

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**LUDIMILLA GONÇALVES DE FIGUEIREDO**

**PESQUISA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL:  
O TERCEIRO SETOR COMO TEMA EM DEBATE**

**DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO  
EM: 25/07/2007**

  
**Rosana Maria Garo**  
Depto de Serviço Social / CSE

**FLORIANÓPOLIS**

**2007/1**

**LUDIMILLA GONÇALVES DE FIGUEIREDO**

**PESQUISA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL:  
O TERCEIRO SETOR COMO TEMA EM DEBATE**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ivete Simionatto

**FLORIANÓPOLIS**

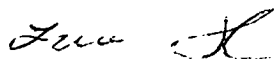
**2007/1**

**LUDIMILLA GONÇALVES DE FIGUEIREDO**

**PESQUISA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL:  
O TERCEIRO SETOR COMO TEMA EM DEBATE**

**Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela banca examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.**

**BANCA EXAMINADORA:**



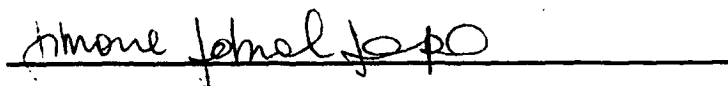
**Orientadora**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivete Simionatto – Universidade Federal de Santa Catarina



**1º Examinador**

Prof. Dr. Helder Boska M. Sarmiento – Universidade Federal de Santa Catarina



**2ª Examinadora**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Sobral Sampaio – Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, Julho de 2007

*Dedico este trabalho a minha filha Júlia, ao meu marido Felipe e a minha mãe "Linda". E a Luna que sempre estará em meu coração.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço pela imensa compreensão, atenção e conhecimento despendido pela Professora Ivete Simionatto durante as orientações.

Meus agradecimentos aos Professores Hélder Samento e Simone Sobral Sampaio pela disponibilidade em compor a Banca Examinadora. A Professora Simone Sobral Sampaio agradeço em especial pelos momentos de aprendizagens durante os meses de monitoria.

Agradeço a todos os professores que participaram da minha vida acadêmica.  
Aos mestres com carinho!

Agradeço a minha família pela força, incentivo e compreensão que suavizaram meus momentos difíceis. A minha mãe Leonilda por estar ao meu lado em todos os momentos, incentivando e dando carinho. Ao meu pai Bolívar por compreender as minhas ausências.

Agradeço aos meus irmãos Márcia, Marcos e Bolívar, e meus respectivos cunhados, por me ajudarem e incentivarem a continuar nesse processo da minha vida. Agradeço em especial o meu irmão Luiz Fernando e minha cunhada Eliete que acreditaram em meu potencial e que sempre me incentivaram. Obrigada!

Agradeço aos meus sogros Clotilde e Renato pelo incentivo incessante aos meus estudos.

Agradeço imensamente a minha filha Júlia, amor maior do mundo, incentivo ímpar na minha vida. Te amo muito, minha Jujubinha!

Ao meu marido Felipe, os meus mais sinceros agradecimentos por estar sempre presente ao meu lado, compartilhando minhas angústias e meus anseios. Te amo!

As minhas amigas Carin, Laura e Simone por compreenderem minhas ausências e que sempre participaram dos melhores momentos durante minha vida acadêmica. Foram momentos incríveis!

Agradeço a Deus por suas gloriosas intervenções que iluminaram minha vida.

FIGUEIREDO, Ludimilla Gonçalves de. **Pesquisa e Produção do Conhecimento no Serviço Social: o Terceiro Setor como tema em debate.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007, 128f.

## RESUMO

O presente trabalho tem como tema o Terceiro Setor, e como objeto as pesquisas apresentadas no fórum denominado Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). Tem por objetivo resgatar as abordagens acerca das temáticas publicadas nos Anais dos ENPESSs de 2000 a 2006 e suas derivações como: Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Parcerias, Responsabilidade Social, Voluntariado e Solidariedade. Busca-se identificar: os temas, os referenciais teórico-metodológicos, a perspectiva ideológica e a relação do tema com a profissão de Serviço Social apresentada pelos pesquisadores. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, com abordagem quanti-qualitativa, que compreendeu a análise de setenta trabalhos selecionados dos respectivos Anais. O trabalho está organizado em três capítulos que abordam: introdução teórica acerca do Terceiro Setor; procedimentos da pesquisa; resultados da pesquisa divididos em seis grandes eixos: o Terceiro Setor em sua inteireza, Organizações Não-Governamentais (OSCIPs e OSs), Parcerias, Responsabilidade Social, Voluntariado e Solidariedade. As pesquisas analisadas evidenciam que as abordagens acerca do Terceiro Setor nas produções do Serviço Social são tomadas num sentido de totalidade frente ao contexto da crise capitalista contemporânea e de suas implicações na sociedade, especialmente a partir das mudanças ocorridas nas relações entre Estado e sociedade. Destacam-se as repercussões na realidade brasileira, no contexto do processo de Reforma do Estado e de sua incidência no âmbito das políticas sociais. Evidencia-se a desresponsabilização da esfera pública e o repasse das funções estatais para as instituições do Terceiro Setor. Além disso, aponta-se para as novas demandas direcionadas à profissão as alterações nos espaços de trabalho e os desafios colocados aos Assistentes Sociais em termos de qualificação e atualização profissional.

**Palavras-chave:** Pesquisa; Serviço Social; Terceiro Setor.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Pesquisas com o tema Terceiro Setor nos ENPESS de 2000 a 2006.....	30
<b>Gráfico 2:</b> Pesquisas que abordam o tema ONG e suas ramificações nos ENPESSs de 2000 a 2006.....	46
<b>Gráfico 3:</b> Tema Parcerias nos ENPESSs de 2000 a 2006.....	65
<b>Gráfico 4:</b> Quantidade de pesquisas com o tema Responsabilidade Social nos ENPESSs de 2000 a 2006.....	73
<b>Gráfico 5:</b> Quantidade de pesquisas com o tema Voluntariado nos ENPESSs de 2000 a 2006.....	96
<b>Gráfico 6:</b> Pesquisas com o tema Solidariedade nos ENPESSs de 2000 a 2006.....	104

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> ENPESS por ano e tema central.....	13
<b>Quadro 2:</b> Pesquisas que apresentam em seu título o tema Terceiro Setor no ENPESS de 2000.....	31
<b>Quadro 3:</b> Pesquisas que apresentam em seu título o tema Terceiro Setor no ENPESS de 2002.....	36
<b>Quadro 4:</b> Pesquisas que apresentam em seu título o tema Terceiro Setor no ENPESS de 2004.....	38
<b>Quadro 5:</b> Pesquisa que apresenta em seu título o tema Terceiro Setor no ENPESS de 2006.....	43
<b>Quadro 6:</b> Pesquisas que apresentam em seu título o tema ONG ou OS no ENPESS de 2002.....	47
<b>Quadro 7:</b> Pesquisas que apresentam em seu título o tema ONG ou OS no ENPESS de 2004.....	53
<b>Quadro 8:</b> Pesquisas que apresentam em seu título o tema ONG ou OS no ENPESS de 2006.....	57
<b>Quadro 9:</b> Pesquisa que apresenta em seu título o tema OSCIP no ENPESS de 2006.....	63
<b>Quadro 10:</b> Pesquisa que apresenta em seu título o tema Parcerias no ENPESS de 2002.....	66
<b>Quadro 11:</b> Pesquisas que apresentam em seu título o tema Parcerias no ENPESS de 2004.....	68
<b>Quadro 12:</b> Pesquisa que apresenta em seu título o tema Parcerias no ENPESS de 2006.....	70
<b>Quadro 13:</b> Pesquisas que apresentam em seu título o tema Responsabilidade Social no ENPESS de 2000.....	73
<b>Quadro 14:</b> Pesquisas que apresentam em seu título o tema Responsabilidade Social no ENPESS de 2002.....	77
<b>Quadro 15:</b> Pesquisas que apresentam em seu título o tema Responsabilidade Social no ENPESS de 2004.....	83



<b>Quadro 16:</b> Pesquisas que apresentam em seu título o tema Responsabilidade Social no ENPESS de 2006.....	88
<b>Quadro 17:</b> Voluntariado – ENPESS 2004.....	97
<b>Quadro 18:</b> Voluntariado – ENPESS 2006.....	99
<b>Quadro 19:</b> Pesquisas que apresentam em seu título o tema Solidariedade no ENPESS de 2000.....	104
<b>Quadro 20:</b> Pesquisas que apresentam em seu título o tema Solidariedade no ENPESS de 2002.....	106
<b>Quadro 21:</b> Pesquisa que apresenta em seu título o tema Solidariedade no ENPESS de 2006.....	111
<b>Quadro 22:</b> Pesquisas que apresentam em seu título o tema Solidariedade no ENPESS de 2006.....	111

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1:</b> Distribuição dos trabalhos científicos por áreas temáticas – 2000.....	25
<b>Tabela 2:</b> Distribuição dos trabalhos científicos por áreas temáticas – 2002.....	26
<b>Tabela 3:</b> Distribuição dos trabalhos científicos por áreas temáticas – 2004.....	27
<b>Tabela 4:</b> Distribuição dos trabalhos científicos por áreas temáticas – 2006.....	27

## **LISTA DE SIGLAS**

<b>ABEPSS</b>	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
<b>ABESS</b>	Associação Brasileira de Ensino Superior em Serviço Social
<b>CMASs</b>	Conselhos Municipais de Assistência Social
<b>CNAS</b>	Conselho Nacional de Assistência Social
<b>COEP</b>	Comitê das Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida
<b>ENPESS</b>	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
<b>ISER</b>	Instituto Superior de Estudo da Religião
<b>LOAS</b>	Lei Orgânica da Assistência Social
<b>MARE</b>	Ministério da Administração e Reforma do Estado
<b>ONGs</b>	Organizações Não-Governamentais
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OSCIPs</b>	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
<b>OSs</b>	Organizações Sociais
<b>PNUD</b>	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
<b>SEPSASS</b>	Setor de Estudos e Pesquisas em Saúde e Serviço Social
<b>UERJ</b>	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
<b>UFRN</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 O TERCEIRO SETOR E SUAS REPERCUSSÕES NO CAMPO DO CONHECIMENTO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 O ENPES E O TERCEIRO SETOR: NATUREZA, MÉTODO E PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.....</b>	<b>23</b>
2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
2.1.1 Tipo de pesquisa.....	23
2.1.2 Universo da pesquisa.....	24
2.1.3 A elaboração do instrumental.....	27
2.1.4 Análise e interpretação dos dados.....	28
<b>3 O TERCEIRO SETOR E O ENPES: EIXOS TEMÁTICOS E EXPLICATIVOS NO ÂMBITO DAS PESQUISAS EM SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>29</b>
3.1 EIXO 1: TERCEIRO SETOR.....	29
3.2 EIXO 2: ONGs, OSCIPs E OSs.....	45
3.3 EIXO 3: PARCERIAS.....	65
3.4 EIXO 4: RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	72
3.5 EIXO 5: VOLUNTARIADO.....	96
3.6 EIXO 6: SOLIDARIEDADE.....	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>120</b>

## INTRODUÇÃO

O debate a respeito do Terceiro Setor no Serviço Social brasileiro é recente em razão da terminologia que começou a ser usual no final da década de 90, devido à urgência de atribuir uma denominação ao “setor público não-estatal” que surge no interior do Projeto de Reforma do Estado. Essa temática torna-se também objeto de estudos dos Assistentes Sociais por constituir-se em novos espaços ocupacionais.

O Terceiro Setor se desenvolve no Brasil como medida e/ou estratégia para o enfrentamento das expressões da “questão social” marcadas pela desregulamentação trabalhista, desemprego estrutural, precarização do sistema de proteção e dentre outras necessidades sociais acentuadas e/ou decorrentes da Reforma do Estado e reforçadas pelo processo de reestruturação produtiva.

A relevância do debate a respeito do Terceiro Setor no Serviço Social tem seu cerne principalmente diante da perda de direitos, da diluição das políticas sociais, das precárias condições de trabalho e dentre outras situações que afetam vários segmentos sociais, sobretudo a classe trabalhadora e os setores mais carentes. Todo esse processo de alterações em seus impactos na política, na economia, na cultura e fundamentalmente no social configura os desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais, que têm como “base de sustentação funcional-ocupacional as políticas sociais”. (MONTAÑO, 2007, p. 15).

O presente trabalho tem por objeto de estudo a produção do conhecimento na área do Serviço Social sobre o tema Terceiro Setor e suas derivações como: Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Parcerias, Responsabilidade Social, Voluntariado e Solidariedade. Tem como objetivo resgatar as pesquisas apresentadas nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESSs) buscando-se identificar: os temas, os referenciais teórico-metodológicos, a perspectiva ideológica e a relação do tema com a profissão de Serviço Social apresentada pelos pesquisadores.

O interesse pelo tema teve origem na experiência de estágio desenvolvida junto ao Instituto Guga Kuerten, caracterizado como uma OSCIP, enquadrado como uma das instituições do Terceiro Setor. Por se tratar de um fenômeno cujas concepções se revelam ainda num terreno “nebuloso”, mas que já manifesta amplas repercussões tanto no âmbito teórico quanto prático-político, consideramos importante o aprofundamento sobre o tema, o

tratamento do mesmo na produção do Serviço Social e suas implicações no campo e prático-operativo por constituir-se num espaço de trabalho para o Assistente Social.

Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, com intuito de resgatar a produção do conhecimento do Serviço Social a respeito do tema Terceiro Setor num tempo-espaço delimitados: os Anais dos ENPESS de 2000 a 2006, período em que se concentra a maior produção de pesquisas a respeito do tema.

O ENPESS é um dos eventos mais importantes na área de Serviço Social. Criado em 1988 pela antiga Associação Brasileira de Ensino Superior em Serviço Social (ABESS), o Encontro tem como objetivo fundamental o fomento de pesquisas e a produção do conhecimento em Serviço Social.

Conforme as novas diretrizes curriculares e gestão da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (2000), que tem como prioridade a construção de um projeto de formação para o Serviço Social com bases na articulação entre graduação e pós-graduação, o ENPESS é a materialização concreta das demandas educacionais e seus desdobramentos no campo do Serviço Social; promove incessantemente a produção de conhecimentos, a discussão e o aprofundamento de temas pertinentes para a capacitação ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão, além de possibilitar o intercâmbio de experiências e divulgação de trabalhos científicos do Serviço Social.

Os temas gerais dos ENPESS do período delimitado para a pesquisa são os seguintes:

**Quadro 1: ENPESS por ano e tema central**

2000	VII ENPESS	Serviço Social e a Questão Social: Direitos e Cidadania
2002	VIII ENPESS	Não apresenta tema central
2004	IX ENPESS	Os desafios da produção do conhecimento em Serviço Social
2006	X ENPESS	Crise Contemporânea, Emancipação Política e Emancipação Humana: desafios do Serviço Social na sociedade brasileira

Fonte: Anais dos ENPESS dos anos de 2000 a 2006. Elaboração própria.

A sistematização do presente estudo está organizada em três capítulos. O primeiro traz uma contextualização do Terceiro Setor no âmbito das transformações societárias, sobretudo no campo político e ideológico, e destaca algumas considerações relevantes para seu debate no âmbito do Serviço Social.

O segundo capítulo aborda os procedimentos metodológicos adotados para a construção deste trabalho.

No terceiro capítulo, apresentamos as pesquisas publicadas nos Anais do ENPESS dos anos de 2000 a 2006 sobre os temas: Terceiro Setor, Organizações Não-Governamentais, Parcerias, Responsabilidade Social, Voluntariado e Solidariedade. Destacam-se as principais abordagens de cada pesquisa, a metodologia adotada, eixos temáticos em que estão localizadas as pesquisas nos Anais e o referencial teórico.

Nas considerações finais são tecidos alguns comentários sobre o tema Terceiro Setor e suas abordagens nas pesquisas em Serviço Social apresentadas no ENPESS de 2000 a 2006.

## 1 O TERCEIRO SETOR E SUAS REPERCUSSÕES NO CAMPO DO CONHECIMENTO

Vivenciamos, na contemporaneidade, os impactos de uma profunda crise estrutural do capitalismo que determina modificações em diferentes níveis da vida social, reconfigura antigas necessidades e cria outras, submetendo os sujeitos sociais a valores políticos, sociais, éticos e ideológicos compatíveis à lógica do capital.

Essa crise estrutural do capitalismo, ao qual vivenciamos intensamente, desde o início nos anos 70, devido à queda das taxas de lucro do capital, à globalização econômica e à desregulamentação da economia mundial, desencadeou inúmeras conseqüências, sobretudo no mundo de trabalho e nas relações entre Estado e sociedade. No âmbito do trabalho, a reestruturação produtiva substitui o modelo taylorista/fordista pela acumulação flexível ou toyotismo. Essa forma de produção flexibilizada subordina os processos sociais à retórica do ideário neoliberal, com efeitos no âmbito da produção e da reprodução das relações sociais.

Os efeitos da vigência do novo padrão produtivo associado à doutrina neoliberal são múltiplos e atingem todos os ângulos que envolvem o processo produtivo, a saber: fragmentação da classe trabalhadora com existência de vários tipos de trabalhadores; redução do trabalho regular e aumento crescente do trabalho precarizado parcial, temporário, subcontratado e terceirizado; surgimento do desemprego estrutural; desindustrialização nas economias dos países periféricos; desregulamentação dos direitos do trabalho; dessindicalização dos trabalhadores e/ou destruição do sindicalismo de classe; maior exploração do trabalho das mulheres; crescimento do trabalho informal; nova forma de exploração dos trabalhadores por meio de atividades polivalentes e multifuncionais. (SERRA, 2001, p. 156).

Essa nova lógica societal no mundo do trabalho traz conseqüências em vários âmbitos da vida social e atinge diferentes camadas de classe. Desregulamentação, flexibilização, terceirização, aumento do trabalho feminino, ausência de possibilidades para os jovens, aumento do desemprego, eliminação de direitos, desestruturação dos sindicatos, são expressões que compõem e definem a lógica societal do capitalismo contemporâneo (ANTUNES, 1999).

Ao lado da reestruturação produtiva, o papel e as funções do Estado sofreram significativa transformação. Os ajustes neoliberais preconizaram a necessidade de modernização e Reforma do Estado sob a idéia de que este havia se tornado ineficiente e



ineficaz. Tanto nos países desenvolvidos com a redução das conquistas do *Welfare State* quanto nos países de capitalismo periférico, a redução do papel do Estado tornou-se meta prioritária da agenda de todos os governos. Especialmente nos países do chamado “terceiro mundo”, as orientações dos organismos internacionais recomendaram que as reformas do Estado fossem orientadas para o mercado, abandonando-se os instrumentos de controle político e exigindo a restrição na alocação de recursos públicos, principalmente na área social. As agências de cooperação internacional, especialmente o Banco Mundial, difundiram intensamente a necessidade de racionalizar os investimentos nessa área, diminuindo o papel do Estado e fortalecendo as ações de natureza privada.

O Estado ao se submeter aos interesses econômicos e políticos hegemônicos e internacionais, deteriora a soberania nacional em prevalência do capital financeiro e gera profundas desigualdades sociais. Consta-se com esse processo a crescente insegurança social, o retrocesso da democracia e a ampliação das desigualdades, cujos imperativos advêm da supremacia econômica e da dominação política dos ajustes neoliberais, consolidando um novo padrão de regulamentação social que define papel e funções estatais numa direção privatizante frente à redução dos gastos públicos no campo social, acarretando a desregulamentação dos direitos sociais e a defesa do Estado mínimo no enfrentamento da “questão social”. Aposta-se no mercado como o grande regulador ou articulador das relações econômicas e transfere-se à sociedade civil a responsabilidade de enfrentar as suas próprias demandas sociais diante das crises decorrentes do mercado e da retração do Estado na área social.

De acordo com Abreu (2000, p. 41), esse processo articula um:

[...] conjunto de exigências que submetem os Estados à dinâmica da globalização capitalista, transferindo as responsabilidades e as decisões do Estado (portanto, da ação política) para o mercado; da esfera pública (portanto, do bem comum dos cidadãos) para a iniciativa privada; da soberania da nação para a ordem social capitalista dominante no cenário mundial.

As alternativas ao enfrentamento da crise do capitalismo conduziram nações periféricas, como o Brasil, a adotarem e promoverem estratégias econômicas de integração subalterna ao capitalismo, nomeadas como planos de ajuste ou reformas, sob exigências impostas pelo projeto neoliberal. A necessidade da reconstrução do Estado, de eliminar a sua presença gigantesca, “cristalizada pelo tempo e entranhada na vida de cada um e no cotidiano

de todos” (NOGUEIRA, 1998, p. 124) apresentou-se como o caminho para modernizar o país ainda nos governos Collor e Itamar Franco no início dos anos 90. O tamanho do Estado foi apresentado como o principal obstáculo ao desenvolvimento e ao progresso social, sendo necessário redefinir suas dimensões, seu formato, para inserir o país na nova ordem econômico-mundial.

Esse projeto prosseguiu no governo Fernando Henrique Cardoso, criando-se para tal o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), tendo como Ministro, Luiz Carlos Bresser Pereira. Este foi o formulador do Plano Diretor de Reforma do Estado que, mediante as diretrizes do Banco Mundial, articulou um projeto de redução de custos e racionalização do gasto público, descentralização dos serviços, repassando-os a outras instituições, em nome da melhoria da eficiência do aparelho do Estado.

Tais diretrizes aparecem detalhadas no Caderno n°. 1 (PEREIRA, 1997, p. 7) editado pelo MARE a partir de quatro componentes básicos: a) a delimitação do tamanho do Estado, reduzindo suas funções através da privatização, terceirização e publicização, que envolve a criação das organizações sociais; b) a redefinição do papel regulador do Estado através da desregulamentação; c) o aumento da governança, ou seja, a recuperação da capacidade financeira e administrativa de implementar decisões políticas tomadas pelo governo através do ajuste fiscal; d) o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade e governar.

Nessa proposta, observa-se que a delimitação do tamanho do Estado se expressa pelas idéias de “privatização, publicização e terceirização”, que, segundo Pereira (1997, p. 14), são essenciais para que o Estado torne-se “mais barato, mais eficiente na realização de suas tarefas, para aliviar o seu custo sobre as empresas nacionais que concorrem internacionalmente”.

Perante essa justificativa de “esgotamento de estratégias estatais” propõe-se, a partir do Plano Diretor da Reforma do Estado, um modelo gerencial caracterizado pela descentralização tendo em vista a maior eficiência, qualidade e produtividade nos serviços oferecidos aos cidadãos. O Estado, portanto, passa a não ser o único responsável pelo desenvolvimento econômico e social. O Estado atuaria simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas.

É precisamente no núcleo “serviços não exclusivos” que o governo estabelece as premissas da Reforma do Estado em sua relação com a sociedade e o mercado, a partir dos seguintes objetivos: transferir os serviços não-exclusivos para entidades denominadas organizações sociais; buscar autonomia e flexibilidade na prestação desses serviços; buscar a

participação da sociedade mediante o controle dos serviços através dos conselhos de administração, com centralidade na figura do cidadão-cliente; fortalecer a parceria entre Estado e sociedade através do contrato de gestão.

Essa parceria é regulamentada pelo Programa Nacional de Publicização através da Lei 9.637, de 15 de março de 1998, que cria as Organizações Sociais, qualificadas como "pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos" que celebram um contrato de gestão com o Estado para a administração de recursos humanos, instalações e equipamentos pertencentes ao poder público e o recebimento de recursos orçamentários para a prestação de serviços sociais.

Inicia-se a partir deste marco um processo intenso que dá sustentação e consolida a noção de "co-responsabilidade". Segundo Kameyama (2000, p. 203), "a filantropia era um dos meios empregados pela burguesia com o propósito de enganar e disfarçar sua face exploradora com a ajuda aos pobres, com a finalidade de amenizar ou camuflar as contradições e as lutas de classes". Contudo, o termo está expresso em muitas das legislações aplicadas ao Terceiro Setor, inclusive é usualmente empregado para se referir à Responsabilidade Social. O Estado passa a ser apenas o promotor e o regulador dos serviços a serem prestados à sociedade, cabendo ao setor privado e à esfera pública não-estatal a execução de atividades voltadas à educação, à saúde, à cultura e à pesquisa científica. Essa gama de instituições situadas na esfera pública não estatal compõe o chamado Terceiro Setor.

Não obstante, ainda não se conseguiu compreender, definir ou conceituar o que de fato venha a ser o Terceiro Setor. O termo se apresenta comumente como um "recorte do social em esferas" (MONTAÑO, 2007, p. 53), como sendo o Estado o primeiro setor; o mercado, o segundo setor; e a sociedade civil, o terceiro setor. Essa construção ideológica, que manifesta apenas o aparente, esconde sua essência, parte de um conceito isolado que desconsidera a história e o movimento real que deu origem ao fenômeno Terceiro Setor.

Surge como conceito cunhado, nos EUA, em 1978, por John D. Rockefeller III. Ao Brasil chega por intermédio de um funcionário da Fundação Roberto Marinho [...] Seria, portanto, um exercício de ingenuidade pensar que a origem norte-americana do termo e sua relação com instituições ligadas diretamente ao grande capital sejam apenas dados de curiosidade. O conceito Terceiro Setor foi cunhado por *intelectuais orgânicos do capital*, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia. (MONTAÑO, 2007, p. 53).

Como alternativa para o enfrentamento da pobreza, da exclusão social e das profundas desigualdades sociais geradas fundamentalmente pelo desemprego, cria-se e se desenvolve o “Terceiro Setor”, segundo afirmativa de Antunes (1999 apud SERRA, 2001, p. 160),

O crescimento do “terceiro setor” decorre da retração do mercado de trabalho industrial e também da redução que começa a sentir o setor de serviços, em decorrência do desemprego estrutural [...] Essa forma de atividade social, movida predominantemente por valores não mercantis, tem tido certa expansão com trabalhos realizados no interior das ONGs e outros organismos em associações similares. Alternativa limitadíssima para repor as perdas de postos de trabalhos [...] não é uma alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista, mas cumpre um papel de funcionalidade ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital.

As concepções são variadas e muitas vezes contraditórias na tentativa de identificar os campos, interesses, práticas e valores que envolvem e constituem o Terceiro Setor. De acordo com Montañó (2007), ao analisar alguns discursos e bibliografias hegemônicas, são inúmeras as debilidades conceituais que vão desde o porquê o termo Terceiro Setor para a sociedade civil organizada e entidades que a compõem, até a confusão quanto os conceitos que tentam esclarecer e definir o setor.

Rosa (2003) expressa que em razão da multiplicidade de denominações e por comportar várias organizações de formas e áreas diversificadas, é indispensável a conceituação ou caracterização do Terceiro Setor. Nesse sentido, na tentativa de conceituar esse setor, revela que só é possível a partir das características comuns a todas as organizações que estão envolvidas nessa esfera, e ressalta a importância dessa criação conceitual para própria identidade e fortalecimento do Terceiro Setor. Portanto, prossegue:

Terceiro Setor é uma denominação mais recente [...]. Para identificar a existência deste Terceiro Setor, faz-se necessário esclarecer que aqueles que utilizam este termo considerem o Estado como Primeiro Setor e o Mercado como Segundo, sendo o Terceiro Setor aquele que apresenta características de ambos. O espaço criado pelo Terceiro Setor se configura, então, como aquele de iniciativas de participação cidadã. As ações que se constituem neste espaço são tipicamente extensões da esfera pública não executadas pelo Estado e caras demais para serem geridas pelos mercados. Começa então o papel do cidadão que, agente ativo da sociedade civil, a organiza de modo a catalisar trabalho voluntário em substituição aos serviços oferecidos pelo Estado via taxação compulsória, e a transformar em doação a busca por lucro do mercado.

Percebe-se que as definições e concepções sobre o Terceiro Setor são muitas vezes contraditórias, confusas e simplistas. Essa heterogenia acerca de sua compreensão se deve, sobretudo, às várias entidades e ações que compõem esse setor. Instituições filantrópicas, fundações sociais, ONGs, OSCIPs, movimentos sociais, voluntariado, Responsabilidade Social, filantropia empresarial e a solidariedade são algumas das várias formas que configuram o Terceiro Setor.

Para Bresser Pereira (1999), o Terceiro Setor é também conhecido como setor produtivo público não estatal, setor não-governamental ou ainda setor sem fins lucrativos. Nessa concepção, o Terceiro Setor reúne uma ampla gama de entidades e ações sociais, inclui organizações formais, organizações informais, filantropia, voluntários, parceiros, solidariedade, Responsabilidade Social ou filantropia empresarial e dentre outras categorias que integram esse setor, compondo, num mesmo espaço ou esfera, categorias que se assemelham ou não, com interesses e propostas diversas e por vezes contraditórias.

É importante esclarecer, contudo, que o chamado campo do Terceiro Setor nasce estreitamente associado ao projeto neoliberal e não pode ser confundido como uma concepção de sociedade civil desvinculada do Estado. Ou seja, o Terceiro Setor ao tornar-se funcional ao projeto neoliberal como modalidade de tratamento da questão social, despolitiza as lutas das classes subalternas, homogeneiza seus interesses e provoca a desresponsabilização da esfera estatal. (DURGUETTO, 2005).

As concepções devem levar em consideração elementos a mais que venham acrescentar a compreensão da funcionalidade, de seu papel, dos atores envolvidos, do significado e dos objetivos reais que o cerceia, para além de conceitos reducionistas e conformistas de acordo com a necessidade de impor a sua legitimidade.

De acordo com Figueiró (2000, p. 18), os estudos recentes acerca do comportamento coletivo e as formas de ação da sociedade civil contemporânea procuram demonstrar que está em curso uma nova concepção de participacionismo. Essa construção difusa e ampla propicia a construção de um setor público não-estatal repleto de interrogações, cujo surgimento advém em resposta ao detrimento das representações políticas tradicionais, que conseqüentemente direciona e contribui para o processo de despolitização do Estado e sem de fato defender os interesses dos segmentos mais frágeis da sociedade.

Essa lógica tão é verdadeira que o fenômeno de Responsabilidade Social, que se alastra numa imensa rapidez entre as corporações, mostra-se repleto de elementos que o torna como algo natural e gratuito por parte das empresas e lança no imaginário social uma suposta preocupação por parte dos empresários em prol do bem comum (PFEIFER, 2006).

A filantropia empresarial, a Responsabilidade Social e a solidariedade são formas modernas de camuflar as novas estratégias de exploração na esfera da produção e do consumo e ignora as contradições existentes entre os setores e segmentos envolvidos (KAMEYAMA, 2000).

No campo ideológico, o Terceiro Setor contribui para o mito do voluntarismo e o dos laços de cooperação e solidariedade, que de fato não correspondem no sentido de direitos de cidadania e preservação das verdadeiras conquistas, mas são integradas as formas e ações desse setor como argumento de defesa e mola propulsora de uma nova cultura carregada de valores altruístas e de co-responsabilidades (MONTAÑO, 2007). Logo, esses termos associados ao Terceiro Setor dão sustentação a cultura de “nova partilha do poder” e, assim, a sociedade civil se torna parte essencial da solução das próprias necessidades e de seus vizinhos e da sua comunidade.

Como consentimentos entre classes, o voluntarismo é amplamente reforçado numa perspectiva de colaboração não-remunerada ou dos próprios funcionários das empresas ditas cidadãs. E o que parece redundância, a realidade determinada pelas “novas formas de domínio do capital sobre o trabalho, realizando uma verdadeira reforma intelectual e moral” constitui uma “nova racionalidade política e ética compatível com atual projeto do capital” (MOTA, 1998, p. 29). Ocorre desta forma, um tendencioso processo de despolitização no atendimento social, cuja sustentação está na promoção da atenção voluntária de ajuda mútua e, por conseguinte, de auto ajuda.

O ator do “terceiro setor”, voluntário ou não, tende a comportar-se desta maneira, ocupando-se em atividades dentro de um sistema considerado como já dado e imutável. Tende a preocupar-se e agir de forma imediata sem crítica, sem visar à transformação, apenas algumas mudanças imediatas, localizadas, que respondam às suas carências diretas. (MONTAÑO, 2007, p. 243).

Tendo em vista essa análise, o mercado de trabalho profissional, sobretudo do Serviço Social, exige um rearranjo de competências técnicas e políticas e demanda uma requalificação no aspecto intelectual (KAMEYAMA, 2000). É imprescindível o debate, essencialmente no âmbito do Serviço Social, acerca da atual crise e as conseqüências da reestruturação capitalista, assim como, pontuar as relevantes considerações sobre o Terceiro Setor e de sua funcionalidade em resposta à “questão social”.

Conforme expresso por Yamamoto (1999, p. 113), um dos maiores desafios na contemporaneidade para o assistente social é a capacidade de decifrar a realidade e construir propostas criativas capazes de preservar e efetivar direitos. O Serviço Social, como profissão, historicamente dependente das políticas sociais e tem na atualidade fortes obstáculos em razão das mudanças corporificadas nas relações Estado e sociedade civil, assim como aborda a autora:

As mudanças históricas que estão hoje alterando tanto a divisão do trabalho na sociedade, quanto a sua divisão técnica, corporificadas em mudanças nas relações Estado/ sociedade e nas formas de organização e de gestão do trabalho, afetam especializações, entre as quais o Serviço Social. (IAMAMOTO, 1999, p. 113).

Nesse sentido, cabe-nos refletir e repensar as demandas postas à profissão no conjunto das necessidades políticas, sociais e culturais situadas na “complexidade das transformações capitalistas contemporâneas” (SIMIONATO, 1999, p. 88). O debate sobre o Terceiro Setor é imprescindível e tarefa para o Serviço Social, principalmente quando se refere a sua “utilidade social” e as demandas do mercado de trabalho em meio à reestruturação produtiva, logo, como afirma Netto (1996 apud MOTA, 1998, p. 26), o Serviço Social não pode conectar-se apenas as demandas do mercado, mas deve ir além, conectar-se às análises das “tendências societárias macroscópicas e aos objetivos e valores do projeto social que privilegiam”.

## **2 O ENPESSE E O TERCEIRO SETOR: NATUREZA, MÉTODO E PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**

Atualmente, os estudos e análises sobre o Terceiro Setor abordam diferentes perspectivas mesmo no âmbito do Serviço Social. As abordagens de análise sobre o tema aparecem sob formas variadas como: voluntariado, filantropia, solidariedade, Responsabilidade Social, OSCIPs e ONGs.

A pesquisa, sobretudo como campo de conhecimento, é um elemento fundamental para efetivar valores éticos, princípios democráticos e a defesa intransigente dos direitos humanos. A produção científica possibilita uma aproximação e captura de interesses e necessidades em suas mais diversificadas explicitações e “formas diferenciadas de organização e luta frente à pobreza e à exclusão social, econômica e cultural” (IAMAMOTO, 1999, p. 126). Entretanto, como já mencionado anteriormente, o desafio está em captar estas realidades, os núcleos e formas de resistência e contestações.

### **2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esse capítulo tem por intuito apresentar os procedimentos metodológicos adotados para o referido estudo. Entendemos nessa pesquisa que tais procedimentos juntamente com a teoria compõem a metodologia propriamente dita. Assim sendo, os procedimentos metodológicos não se referem apenas a etapas técnicas, mas compreendem nosso olhar analítico acerca do objeto de estudo.

Por conseguinte, essa parte do trabalho procura identificar os procedimentos de investigação que foram utilizados para a coleta de dados, o universo da pesquisa e tenta situá-los no âmbito da análise realizada das produções científicas que abordam o tema Terceiro Setor e suas derivações.

#### **2.1.1 Tipo de pesquisa**

A pesquisa se enquadra como bibliográfica e documental, pois é um estudo teórico elaborado a partir de reflexão pessoal e da análise de documentos escritos, principalmente de livros, artigos de periódicos e materiais multimídia já publicados (SILVA, 2004).



A forma de abordagem adotada para o estudo é quanti-qualitativa, pelo qual foi levantada a quantidade de produções científicas publicadas nos Anais do ENPESS acerca da temática do Terceiro Setor e averiguada as formas de abordagens referentes ao tema estudado nestas produções.

De acordo com Silva (2004), toda pesquisa requer um embasamento teórico que dará sustentação ao trabalho. Portanto, este estudo apresenta em seu desenvolvimento um caráter interpretativo, relacionando a pesquisa com o universo teórico, com premissas e pressupostos que fundamentarão a interpretação.

### **2.1.2 Universo da pesquisa**

O universo de estudo do referido trabalho são os Anais dos ENPESSs de 2000 a 2006. Este universo foi escolhido devido sua importância na comunidade pesquisadora, por constituir-se como um espaço privilegiado de debate sobre questões pertinentes às transformações da realidade, às demandas postas à profissão e à expansão significativa das pesquisas e produções do conhecimento no Serviço Social.

Esse universo de estudo totaliza 4 encontros dos anos 2000, 2002, 2004 e 2006. Esse período foi selecionado devido a maior incidência de pesquisas sobre o Terceiro Setor. O aparecimento da temática a partir de 2000, não corresponde que a sua discussão não vinha inserida no contexto dos estudos científicos anteriores a esse ano. Esse tema sempre esteve associado às discussões acerca da reestruturação produtiva e intrinsecamente relacionado às Reformas do Estado.

A seguir serão apresentados os Anais dos ENPESSs do período em análise para melhor situar esse universo de estudo e sua importância para conhecer as abordagens sobre o Terceiro Setor nesse âmbito.

O VII ENPESS, realizado no ano 2000, marca o início de uma nova fase para a profissão de Serviço Social em termos significativos quanto aos avanços da pesquisa e da produção de conhecimento, portanto, exigindo uma redefinição de âmbito coletivo entre as unidades de ensino integradas à ABEPSS.

A aprovação do novo estatuto em 1998 evidencia não somente a alteração da nomenclatura, mas essencialmente pela preocupação com a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa em vários níveis da formação profissional, seja graduação, seja pós-graduação, incentivando a produção de conhecimento, estimulando a discussão e aprofundamento de temas pertinentes, fomentando a capacitação ético-política, teórico-metodológica e técnico-

operativa da profissão, estimulando o intercâmbio de experiências e divulgação de trabalhos científicos do Serviço Social, conforme estabelece as novas diretrizes curriculares e a gestão da ABEPSS (2000).

O VII ENPESS, sob precípua finalidade da ABEPSS em realizar esse evento bienal, pretendeu aprofundar o debate acerca do tema principal “Serviço Social e a Questão Social: Direitos e Cidadania” com a intenção de refletir sobre esse eixo temático por meio da apresentação e divulgação de pesquisas, contribuindo para a qualificação e para o avanço no conhecimento sobre as novas demandas postas ao Serviço Social. Para tanto, o evento foi dividido em 09 áreas temáticas para melhor sistematizar a discussão, sendo selecionados 230 trabalhos científicos, dentre produções de docentes, de discentes e de profissionais, cuja organização e/ ou distribuição ficou estabelecida conforme o quadro ou tabela apresentada pela Diretoria da ABEPSS:

**Tabela 1:** Distribuição dos trabalhos científicos por áreas temáticas – 2000

<b>Temáticas</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
1) Transformações no Mundo do Trabalho	22	9,55
2) Serviço Social e Formação Profissional	18	7,85
3) Processo de trabalho e Serviço Social	13	5,65
4) Política Social, Previdência e Serviço Social	38	16, 52
5) Criança e Adolescente	31	13,47
6) Saúde	40	17,39
7) Cultura, Identidade e Práticas Sociais	26	11,30
8) Gênero	23	10,00
9) Questão Agrária e Questão Urbana	19	8,26
<b>Total</b>	<b>230</b>	<b>100</b>

Fonte: ABEPSS, 2000. Elaboração própria.

No ano 2002, diante da preocupação com o trato mais apurado acerca da questão social e formas de seu enfrentamento, foi realizado o VIII ENPESS dando continuidade ao evento bienal de suma importância na área da produção de conhecimento para o Serviço Social, revelando ser um perpétuo espaço de mostra e debate de produções científicas que está cada vez mais em sintonia com as demandas sociais, portanto, associadas às condições reais para o exercício profissional efetivo e, fundamentalmente, na consolidação do campo teórico para o Serviço Social.

Foi um ano de inovações em termos de organização do evento, pelo qual núcleos temáticos passam a ser apresentados em mesas coordenadas de forma sistemática para uma melhor interlocução entre os pesquisadores, além de possibilitar o debate de maior número de pesquisas. Outra inovação, não menos importante, foi a inserção do eixo temático “iniciação científica”, cujo objetivo é despertar para o conhecimento, incitando a formação de novos pesquisadores em Serviço Social.

Para a realização do VIII Encontro foram selecionados 374 trabalhos, sendo eles divididos em categorias individuais, em grupo e iniciação científica, organizadas nos seguintes núcleos temáticos, conforme demonstrado na Tabela 2:

**Tabela 2:** Distribuição dos trabalhos científicos por áreas temáticas – 2002

<b>Temas</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
1) Infância e Adolescência: políticas e sujeitos	43	11,50%
2) Mundo do Trabalho	39	10,43%
3) Assistência: programas, conteúdos e sujeitos	20	5,35%
4) Urbano e rural: movimentos sociais e intervenções	17	4,55%
5) Trabalho e formação do assistente social	38	10,16%
6) Saúde: políticas, práticas institucionais e usuários	36	9,63%
7) Questões de gênero e opção sexual	22	5,88%
8) Estado, democracia e controle social	41	10,96%
9) Iniciação Científica	118	31,55%
<b>Total</b>	<b>374</b>	<b>100</b>

Fonte: ABEPSS, 2002. Elaboração própria.

As mudanças sociais são profundas e as possibilidades de reversão tornam-se cada vez mais distantes, rompendo com a promessa inicial de que as conseqüências deste ajuste seriam transitórias. Os impactos sociais destes “ajustes” globais são visíveis e têm sido objeto de vários estudos, como evidenciam as pesquisas do VIII ENPESS.

O IX ENPESS, realizado no ano de 2004 na PUC-RS, se propôs a discutir a fundo estas transformações, bem como apontar rumos futuros para a suavização do processo de sucateamento das políticas sociais.

Para a realização do IX Encontro foram selecionados 545 trabalhos, divididos em três eixos principais, cada um deles detalhados em sub-eixos.

**Tabela 3:** Distribuição dos trabalhos científicos por áreas temáticas – 2004

<b>Temas</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
1) Formação Profissional	116	21,28
2) Articulação Entre Formação e Exercício Profissional	426	78,16
3) Educação Continuada	3	0,56
<b>Total</b>	<b>545</b>	<b>100</b>

Fonte: ABEPSS, 2004. Elaboração própria.

O X ENPESS tem por temática a crise contemporânea, emancipação política e emancipação humana: desafios do Serviço Social na sociedade brasileira. Referenda um dos propícios debates acadêmicos da área, do tratar teórica, filosófica e politicamente os desafios profissionais na realidade brasileira no contexto contraditório da dinâmica destrutiva do capitalismo, tendo presente o ideário emancipatório histórico dos povos de todo o mundo. O X ENPESS se propõe a sinalizar novas perspectivas de se superar esta lógica destrutiva do capital.

O X ENPESS, realizado no ano de 2006 na UFPE, conta com 476 trabalhos científicos distribuídos em grandes 4 eixos e um eixo referente aos grupos de pesquisa

**Tabela 4:** Distribuição dos trabalhos científicos por áreas temáticas – 2006

<b>Temas</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
1) Grupos e Redes de Pesquisa	9	1,89%
2) Fundamentos do Serviço Social	48	10,08%
3) Formação profissional e o processo interventivo do Serviço Social	58	12,18%
4) Questão Social e trabalho	232	48,74%
5) Política Social	129	27,10%
<b>Total</b>	<b>476</b>	<b>100</b>

Fonte: ABEPSS, 2006. Elaboração própria.

### 2.1.3 A elaboração do instrumental

Com a escolha do universo de pesquisa, partiu-se para a delimitação da amostra. Devido ao elevado número de publicações nos Anais analisados e do Terceiro Setor constituir-se num tema amplo, utilizaram-se critérios de inclusão e exclusão. Critério de inclusão: as produções científicas publicadas nos Anais do ENPESS dos anos de 2000, 2002,

2004 e 2006 que explicitavam em seu título temas pertinentes ao Terceiro Setor, são eles: Terceiro Setor, Organizações Não-Governamentais (e derivações OSCIPs e OSs (Organizações Sociais)), Responsabilidade Social (e derivações: Empresa-Cidadã, Filantropia Empresarial), Parceiros (Parcerias e Redes), Voluntariado, e Solidariedade. Critérios de exclusão: pesquisas publicadas fora do período estabelecido, pesquisas que não explicitavam em seu título temas referentes ao Terceiro Setor, pesquisas que, apesar de trazerem em seu título o tema em pesquisa, não disponibilizavam o arquivo em forma de texto para sua análise e quando apesar de trazerem em seu título temas referentes ao objeto de estudo, seu corpo textual não abordava o que se propunha.

Para a seleção dos títulos, tomados como objeto de estudos, foi realizada uma busca detalhada em todas as publicações dos ENPESS, com revisão posterior.

#### **2.1.4 Análise e interpretação dos dados**

De um universo de 1625 obras publicadas dos ENPESS analisados, foram abstraídas 75 publicações. Destas publicações, 5 foram descartadas, sendo 4 em razão da não acessibilidade ao arquivo e 1 porque não remetia propriamente ao tema em estudo apesar de constar em seu título uma das derivações do Terceiro Setor (ambas por critérios de exclusão). Portanto, para a realização desta pesquisa se trabalhou com a análise de 70 artigos.

Procedeu-se a leitura e releitura detalhada de cada artigo, pelo qual foram confeccionados resumos para melhor apreciação das abordagens.

Para facilitar a análise das produções selecionadas, fez-se a divisão em eixos temáticos: Terceiro Setor, ONGs, Parceiros, Responsabilidade Social, Voluntariado e Solidariedade.

### 3 O TERCEIRO SETOR E O ENPESS: EIXOS TEMÁTICOS E EXPLICATIVOS NO ÂMBITO DAS PESQUISAS EM SERVIÇO SOCIAL

Após a leitura, identificação e análise das publicações científicas selecionadas, optou-se pela divisão deste trabalho em seis grandes eixos, nos quais foram apresentados os resultados juntamente com as discussões, permitindo ressaltar pontos em comum, bem como fontes de discordância entre os estudos analisados.

#### 3.1 EIXO 1: TERCEIRO SETOR

*O Terceiro Setor é constituído pelas organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pelas ênfases na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na Sociedade Civil.*

(KAMEYAMA, 2000, p. 247)

As pesquisas apresentadas nesse eixo de discussão têm como pontos em comum a crítica face ao Terceiro Setor e suas formas derivadas. As pesquisas tecem o debate contextualizando histórica e politicamente o Terceiro Setor, perpassam suas análises pela Reforma do Estado e pela retração estatal na área social, sobretudo à urgência de um setor público não-estatal. Reforçam a crítica sobre o conceito amplo e concepções contraditórias que definem o Terceiro Setor, assim como a diversidade de entidades que o compõem. Grande parte das pesquisas enfatiza a transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade civil, sob justificativa de co-responsabilidade e parceria. E revelam que as ações decorrentes do Terceiro Setor se manifestam por forte apelo à solidariedade e ao voluntariado.

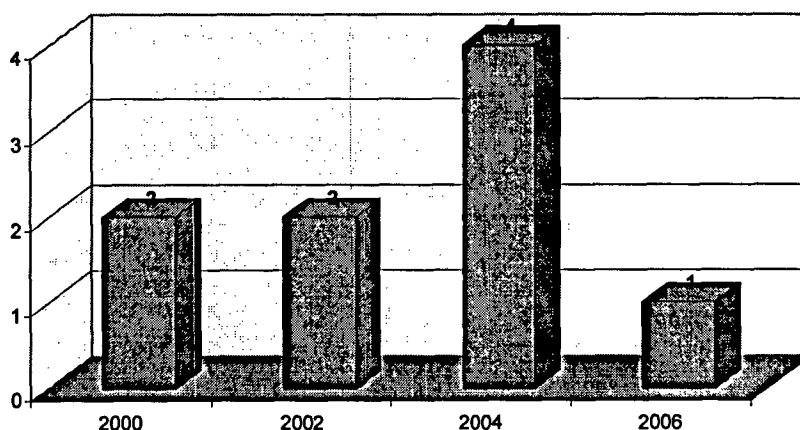
Todas as discussões apresentadas nesse eixo articulam-se com as demandas postas ao Serviço Social, consideradas como desafios à profissão, que condizem ao atual enfrentamento da “questão social” por organizações sociais e entidades privadas, que reforçam a minimização das políticas sociais, incentivam a filantropia, precarizam os serviços sociais e alteram as relações de trabalho. Como enfatiza Montañó (2007), a importância do tema em debate se faz ainda mais evidente, além dos aspectos destacados, ao tratarmos das lutas sociais e de classes pela conquista da hegemonia da sociedade civil, cuja articulação é imprescindível para dificultar a forte hegemonia burguesa presente na atualidade.

Pretende-se nesse eixo identificar os dados relevantes que cerceiam o debate sobre o Terceiro Setor nas pesquisas em Serviço Social, assim como o referencial teórico e metodológico adotados para a produção científica.

A discussão desse tema pressupõe o início de todos outros eixos organizados para análises das pesquisas apresentadas e publicadas nos Anais dos ENPESS dos anos 2000 a 2006, embora com todas as dificuldades conceituais frente à heterogeneidade de organizações, instituições e fundações que são parte integrante do chamado Terceiro Setor.

Para a realização dessa análise, foram levantados os títulos que apresentam como temática o Terceiro Setor. Cabe destacar que o tema aparece na discussão textual na maioria das pesquisas, iniciando o debate das demais formas ou mecanismos que representam esse setor, porém utilizou-se como “delimitação de pesquisa” apenas os trabalhos científicos que explicitam em seu título a expressão Terceiro Setor.

O Terceiro Setor, ainda que se apresente como eixo central de muitas das discussões no âmbito acadêmico, somente aparece explicitamente nos títulos de 9 pesquisas em todos os campos temáticos dos 04 ENPESSs analisados, conforme verificado no Gráfico 1. Observa-se um aumento no ano 2004 que, segundo a ABEPSS, apresenta-se como momento propício e árduo para a pesquisa em Serviço Social, cuja tarefa passa pelo deciframento das refrações da questão social, da identificação das novas demandas e da reedição das velhas demandas mascaradas como “novas”. A diminuição da investigação sobre o Terceiro Setor no ano 2006 se deve ao fato do tema não ser o foco principal de discussão, mas sim, as formas derivadas desse setor. Entretanto, sempre aparece como referência para contextualizar os outros temas decorrentes dessa esfera.



**Gráfico 1:** Pesquisas com o tema Terceiro Setor nos ENPESS de 2000 a 2006

Fonte: Anais dos ENPESSs dos anos de 2000 a 2006. Elaboração própria.

A partir da análise dos Anais do VII ENPESS, foram considerados 02 títulos que explicitam o termo Terceiro Setor, cuja justificativa se apresenta como tentativa de melhor situar as novas formas de representação e prestação de serviços sociais no Brasil. O eixo temático: *Política Social, Assistência e Previdência*, apresenta-se como campo de análise ao qual estão localizados os artigos científicos que abrem o debate acerca do Terceiro Setor.

**Quadro 2:** Pesquisas que apresentam em seu título o tema Terceiro Setor no ENPESS de 2000

<b>Título</b>	<b>Autor (a)</b>
<i>Terceiro Setor: das questões (e imprecisões) conceituais à questão do voluntariado.</i>	Ailta B. de S. R. Coêlho
<i>Terceiro Setor: mudanças e perspectiva.</i>	Maria B. L. Herkenhoff

Fonte: Anais do ENPESS de 2000. Elaboração própria.

A primeira pesquisa analisada foi desenvolvida por Ailta B. de S. Coêlho, cuja discussão se detém nas questões que norteiam o Terceiro Setor, desde elementos conceituais até ações que dele derivam como o voluntariado.

A pesquisa é caracterizada como bibliográfica, cujo objetivo é proporcionar uma melhor compreensão a respeito do Terceiro Setor, para tanto, utilizou em seu estudo as seguintes referências: Perry Anderson (1995) e Asa Cristina Laurell (1995) para contextualizar a implantação do Terceiro Setor no processo histórico brasileiro e americano; Ruth Cardoso (1977), Peter Drucker (1993), Carlos Montaña (1999) e Luiz Carlos Bresser Pereira (1999) com a intenção de discutir o fortalecimento da sociedade civil no âmbito Reforma do Estado como alternativa para o chamado público não estatal, sob a transferência das lógicas do Estado para a sociedade civil; Jeremy Rifkin (1977), Rubem César Fernandes (1977), Valdemar de Oliveira Neto (1991), Leilah Landim (1993), Karl Taro Greenfeld (2000) e Simone C. Tavares Coêlho (2000) para discutir a inserção desse tema no Brasil a partir do modelo Norte Americano. Busca identificar o que vem ser o Terceiro Setor e sua natureza, analisa as organizações que compõem este setor e a nova roupagem da filantropia na atualidade. Apóia-se ainda na Constituição da República Federativa do Brasil e no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90.

Os eixos que articulam o texto passam pela Reforma do Estado e pela retração no campo da prestação de serviços sociais. A Reforma do Estado abriu caminho para a atuação do Terceiro Setor, cuja expansão se deu nas últimas décadas. Coêlho destaca que podem ser



atribuídas duas razões para tal expansão: reação teórica e política contra o Estado, iniciada já na década de 40 e aprofundada na década de 70, com a crise do capitalismo que levou à privatização do financiamento e da produção de serviços, à descentralização do poder local e aos cortes dos gastos sociais, canalizando os gastos apenas aos grupos mais pobres; e a segunda razão, pela transferência do atendimento das demandas sociais ao setor público não estatal ou Terceiro Setor, sob o discurso da plena cidadania.

Coelho ressalta que as dificuldades conceituais, muitas vezes imprecisas e ambíguas a respeito do Terceiro Setor, remetem a sua própria natureza em função da heterogeneidade da legislação constitutiva do seu marco legal. Há várias tendências para determinar o conceito de Terceiro Setor, tanto pelo princípio de exclusão/ inclusão, porém sem estabelecer uma conceituação precisa, como também pode ser determinada em função de seu uso em diferentes países, entretanto, correndo o risco de homogeneização em detrimento das especificidades e idiossincrasias.

A pesquisa aborda que o termo Terceiro Setor é apenas uma das várias expressões usadas nos Estados Unidos para se dirigir às organizações sem fins lucrativos, ou seja, organizações cujos benefícios financeiros não podem ser distribuídos entre seus dirigentes e associados. Outro termo comumente usado é organizações voluntárias, que se trata de um conjunto de organizações cuja criação está assentada na vontade de seus fundadores. Expressa ainda que o termo Organizações Não Governamentais no Brasil começa a ter visibilidade a partir dos anos 80, estabelecendo-as como entidades civis militantes e de caráter não partidário.

O termo Terceiro Setor na realidade brasileira aparece difuso e divergente acerca do próprio conceito, agregando ao termo inúmeras entidades da sociedade civil. Indica também que o termo somente ganha expressão no Brasil com a criação do “Fórum Brasileiro de ONGs”. Apesar da obscuridade conceitual tanto em nível de identidade quanto de interesses, a partir de então, as ONGs se mostram como tradutoras e articuladoras das demandas das classes populares, cuja classificação se dá em função de sua natureza, que nesse período se concentrava na Assistência Social e na Defesa de Direito e Educação Popular.

Imprime em sua pesquisa o estudo cronológico do marco legal do Terceiro Setor no Brasil, argumentando que embora se tenha um conjunto de Leis que define as entidades constitutivas desse setor, seja no sentido da filantropia ou no de qualificação de OSCIP, não resolve o problema da indefinição conceitual.

Revela, mediante este estudo, que nos marcos legais do Terceiro Setor nenhuma referência se tem sobre a questão do voluntariado, entretanto, grande parte das entidades

integrantes desse setor dispõe da presença de voluntários, seja pela forma de doações financeiras, seja pela doação de sua força de trabalho. Indica que nessa época de crise, marcada principalmente pelo desemprego, o apelo à solidariedade provoca resultados positivos em termos de otimização de voluntários, porém em detrimento de uma construção de ética pública em torno da garantia e efetivação de direitos sociais. De acordo com a autora, no Brasil pouco se tem em termos de dados referentes ao voluntariado, entretanto expressa que as atividades tidas como voluntárias já eram observadas nos anos de 1543, associadas à Igreja Católica com a criação da primeira Santa Casa de Misericórdia. Somente em 1988 com a aprovação da Lei nº. 9606, que passa a dispor sobre o serviço voluntário, é que essa área foi legalmente aceita.

Para a autora, o crescimento do Terceiro Setor aponta ser indispensáveis reflexões e estudos tanto quanto à natureza e/ ou definição conceitual das entidades constitutivas desse setor quanto à ética pública e garantia de direitos, não reduzindo essas ações como única alternativa, mas uma opção na área pública não-estatal.

A segunda pesquisa examinada no ENPESS de 2000 é de autoria de Maria B. L. Herkenhoff, que aborda em seu estudo as mudanças e perspectivas a respeito do Terceiro Setor. Este artigo procura traçar um perfil das ONGs da Grande Vitória, no Estado do Espírito Santo, que segundo a autora, constitui um ponto de partida mais aprofundado acerca do conhecimento sobre o Terceiro Setor.

Expressa que a sua expansão se dá em razão das novas formas de reivindicação de direitos. Traz em seu estudo uma pesquisa realizada pelo Instituto Superior de Estudo da Religião (ISER), que analisa o Terceiro Setor em vinte e dois países, revelando que esta área, no Brasil, ocupa 1,5 milhões de pessoas, sendo 1,1 milhão de pessoas são remuneradas e 300 mil são voluntários. Em relação às fontes de recursos, 68,3% são recursos próprios, 14,5% são fornecidos pelo governo e 17% são doações privadas.

Diante desse quadro, demonstra o crescimento do Terceiro Setor tanto no nível de surgimento de organizações, instituições e fundações, quanto em nível de aumento de campo de trabalho/ mercado de trabalho. Herkenhoff expõe a dificuldade dos estudos nessa área por inúmeras razões. Além dessas retratadas anteriormente, destaca problemas que vão desde demandas e clientelas até o papel de mediador entre o Estado e o mercado.

A pesquisa de Maria B. L. Herkenhoff é caracterizada como bibliográfica e exploratória associada à coleta de dados por meio de um questionário contendo perguntas acerca da fundação da ONG, programas desenvolvidos, população atingida, profissionais envolvidos, entre outras. A finalidade era traçar o perfil dessas ONGs que atuam nas áreas da

saúde, terceira idade, educação, movimentos sociais e portadores de deficiência. Os autores utilizados foram Vicente de Paula Faleiros (1996), Raquel Raichelis (1998), Maria da Glória Gohn (1998) e Ana Maria Doimo (1999).

A pesquisa centra-se na discussão do contexto atual em que estão inseridos os movimentos sociais e no surgimento do Terceiro Setor como novo mecanismo associativista frente à Reforma do Estado. Indica como estão conduzidas as políticas sociais e a transferência de funções para a sociedade civil.

A autora enuncia que, a partir dos anos 80, as empresas passam a enfrentar, além dos desafios de competitividade, aumento de produção e desenvolvimento tecnológico, a preocupação com sua legitimidade social. Buscam assim, estabelecer relações de parceria com a sociedade civil, desenvolvendo ações de cunho filantrópico, priorizando a melhoria das políticas sociais básicas. Dessa forma, inserem-se no chamado campo do Terceiro Setor. Contudo, afirma que a expansão do Terceiro Setor no Brasil se deve, como mencionado anteriormente, por várias razões, mas fundamentalmente ao conjunto diversificado de ações desenvolvidas pelas ONGs.

Essa diversidade, segundo Herkenhoff, pode ser constatada já na década de 70, quando essas organizações começam a ser instituídas, desempenhando um importante papel histórico, tanto no sentido de assessoramento às organizações populares quanto no enfrentamento à política autoritária decorrente da Ditadura Militar. Boa parte dessas organizações busca direcionar suas ações na transformação da realidade social.

Nos anos 90, com o financiamento de projetos desenvolvimentistas ou assistencialistas por agências internacionais, proliferam o número de ONGs em campos pouco politizados, caracterizado pelo processo de despolitização do próprio Estado frente à crise geral do capitalismo. Ocorre, a partir desse período, um esvaziamento dos aparatos institucionais pela transferência de ações sociais do Estado ao Terceiro Setor. Ganham visibilidade, autonomia, espaço público, e passam a atuar como parceiros dos governos municipais e estaduais centrados no objetivo de tornar eficazes as ações sociais. Por conseguinte, a sociedade civil passa a ser um espaço composto pela multiplicidade e heterogeneidade de projetos, tanto de natureza pública estatal quanto não-estatal.

A pesquisadora argumenta que o Terceiro Setor estaria assumindo as políticas estatais e esvaziando a dimensão da conquista e do direito no âmbito das políticas sociais, além de assumir um papel de responsabilidade do Estado. Indica que diante dos novos desafios e questionamentos, torna-se indispensável se pensar na articulação entre os três setores, ou seja, Estado, mercado e sociedade civil. Defende a importância da articulação, permeada de

pluralização nas formas de ação coletiva, com reconhecimento dos papéis de cada setor, de cada parceiro envolvido nesse processo, para evidenciar os conflitos e não o escamoteamento.

Conclui a autora que a pesquisa revela que a maior parte das ONGs, principalmente da região da Grande Vitória, foi criada nas décadas de 70 e 80, confirmando a proliferação de ONGs a partir de 1980. Afirma também que essa crescente demanda reflete a redução da participação do Estado na implementação de políticas sociais públicas quando a sociedade civil passa a assumir parte dessa responsabilidade. Além disso, entre as ONGs pesquisadas, nenhuma recebe financiamento de agências internacionais, isto é, sobrevivem com dificuldade, dependendo de doações voluntárias e contribuições de empresas privadas e do poder público. Tal situação evidencia a má remuneração de seus funcionários e o predomínio de serviços de voluntários. Revela com sua pesquisa que os programas contam com a atuação de equipes interprofissionais/ interdisciplinares, cujos resultados mostram uma tendência de maior atenção/ atuação das ONGs no agravamento dos problemas sociais, principalmente com a população de risco e extrema pobreza.

No VIII ENPESS, realizado no ano de 2002, constatou-se o mesmo número de pesquisas, que trazem em seu título o termo Terceiro Setor, que no ano de 2000, ou seja, 2 (dois) trabalhos científicos.

As pesquisas sobre o Terceiro Setor, neste ENPESS, integram aos eixos temáticos: *Estado, Democracia e Controle Social, e Iniciação Científica*. Observa-se uma preocupação em fazer um debate sobre o Terceiro Setor no campo profissional do Serviço Social.

Destaca-se a importância de favorecer a produção de conhecimento, mas acima de tudo, de uma inovação em termos de compartilhamento, de agregação de saberes e possibilidade de incremento das pesquisas nesse campo, além de incentivar o debate coletivo.

**Quadro 3:** Pesquisas que apresentam em seu título o tema Terceiro Setor no ENPESS de 2002

Título	Autor (a)
1. <i>A emergência das Organizações do Terceiro Setor: a gestão das associações de base comunitária de geração de trabalho e renda.</i>	M <sup>a</sup> . Ester Menegasso e Valdir M. Valadão Jr.
2. <i>O mercado de trabalho do Assistente Social na contemporaneidade: o mapeamento das demandas do Terceiro Setor na Região Metropolitana do Recife.</i>	Ana Márcia G. da Silva

Fonte: Anais do ENPESS de 2002. Elaboração própria.

O primeiro trabalho científico analisado tem como autores Maria Ester Menegasso e Valdir M. Valadão Jr.. Detém-se na discussão da emergência das organizações do Terceiro Setor, focalizando a pesquisa em torno da gestão das associações de base comunitária.

Parte do pressuposto de que pouco se tem de pesquisa sobre o assunto e indica que essas organizações vêm se constituindo em espaços de trabalho e geração de renda diante da redução do mercado formal de trabalho.

A pesquisa revela como o cenário mundial altera as condições de comercialização ou produção e as formas de gerir e de trabalhar. Nesse contexto, tem-se o crescimento da insegurança e precariedade dos campos de trabalho, levando à flexibilização do padrão de acumulação como também do processo de trabalho, do mercado de trabalho, dos produtos e, fundamentalmente, dos padrões de consumo. Não obstante, a transferência no atendimento das carências da população excluída para a sociedade civil também aumenta a dificuldade no acesso aos direitos universais e ao emprego formal.

As novas formas organizacionais são consideradas não somente alternativas de enfrentamento para crise no campo da assistência social como também para crise trabalhista. A discussão destaca as diferentes estratégias, técnicas e formas das organizações, até mesmo as de base comunitária. A pesquisa ainda revela que a sociedade pouco reconhece o papel social e econômico destas organizações, e propõe algumas ações que possam melhorar as condições e objetivos como: equipe multidisciplinar para apoio, recursos destinados às dificuldades financeiras iniciais e mecanismos democráticos por parte do poder público, capacitação dos participantes à lógica associativista e cooperativa, transparências nas ações e

discussões, e por fim, realização de campanhas que demonstrem a relevância dessas organizações à sociedade e ao poder público.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa para melhor aferir a realidade em estudo. As referências teóricas mais utilizadas foram: Alberto Guerreiro Ramos (1989) e Mike Hudson (1999) para fundamentar a questão administrativa nas organizações do Terceiro Setor e de âmbito geral; e L. C. Thurow (1997) para enquadrar essas discussões no processo capitalista e sua lógica que molda as ações societárias.

A segunda pesquisa analisada no Encontro de 2002 é da autora Ana Márcia G. da Silva, e tem por objetivo o estudo e o mapeamento das demandas referentes ao trabalho do Assistente Social no Terceiro Setor da Região Metropolitana do Recife, buscando compreender como o trabalho profissional está envolvido às novas exigências desse setor e quais as ações atribuídas aos Assistentes Sociais.

A pesquisa é caracterizada como qualitativa e quantitativa, utilizando como procedimentos entrevistas semi-estruturadas e questionários destinados aos Assistentes Sociais que atuavam nas ONGs da Região Metropolitana do Recife.

O estudo se baseia das leituras de Ricardo Antunes (1995), Osvaldo Coggiola (1995), Gaudêncio Frigotto (1995), I. Meszários (1995), Ana Elizabete S. da Mota Fernandes (1995), Emir Sader e Pablo Gentili (1995), Afrânio Mendes Catani (1996), Edmundo Fernandes Dias (1997) e Carlos Montaña (1999) para analisar e discutir as abordagens referentes ao mundo do trabalho e a reestruturação produtiva decorrente da crise do capitalismo; e Marilda V. Iamamoto (1982 e 1995), Raul de Carvalho (1982), José Paulo Netto (1992 e 1994), Sandra Pereira de Oliveira (1995 e 1996) e ABEESS/CEDEPSS para discutir a formação profissional e as propostas e determinações desses campos de trabalho, repensando as ações atribuídas ao Serviço Social diante das demandas institucionais, contextualizando os processos histórico-metodológicos da profissão de Serviço Social e os dilemas na contemporaneidade. Utilizou-se dos pensamentos de Karl Marx (1974) para sua linha argumentativa acerca do mundo do trabalho, dando ênfase ao Serviço Social.

A investigação constatou que muitas das demandas voltadas ao Serviço Social são destinadas à questão criança e adolescente. Outro ponto levantado por Silva expõe que o mercado de trabalho nessas ONGs acaba seguindo as transformações da reestruturação produtiva, portanto, contribuindo para a despolitização da ação profissional assentada no trabalho terceirizado e voluntário.

Diante desse quadro, de organizações não-governamentais que demandam do profissional de Serviço Social, encontramos o desenvolvimento de atividades que cada vez mais reforçam as contradições de uma formação acadêmica que busca construir profissionais propositivos, críticos, realmente envolvidos com a busca de uma transformação societária que negue os desmandos do sistema vigente. (SILVA, 2000, p. 02).

A pesquisa traz, portanto, análise crítica em relação às ações profissionais desenvolvidas no âmbito do Terceiro Setor e a necessidade de compreender esse espaço de trabalho no âmbito da lógica capitalista.

No ENPESS de 2004, foram examinados 04 artigos que apresentavam em seu título a expressão Terceiro Setor. As pesquisas desse período embora ainda tragam elementos explicativos sobre a emergência do Terceiro Setor, analisam os impactos da política neoliberal e suas repercussões na realidade. Os artigos foram encontrados nos seguintes eixos temáticos: 02 (dois) no eixo *Formação Profissional – Serviço Social, Trabalho e Reprodução Social*; e 02 no eixo - *Articulação entre Formação e Exercício profissional – Serviço Social, Política, Estado e Sociedade*.

**Quadro 4:** Pesquisas que apresentam em seu título o tema Terceiro Setor no ENPESS de 2004

<b>Título</b>	<b>Autores</b>
1. <i>O terceiro setor no contexto brasileiro: a expansão nos 90.</i>	Isabelle Moreira Dantas, Nívea Castro da Silva, Ruth Nascimento Silva, Shirley de Souza Rodrigues e Vanessa Pontes da Costa
2. <i>O Terceiro Setor e assistência social: a questão do público não-estatal.</i>	Jacqueline Oliveira Silva e Marcelino Pedrinho Piem
3. <i>Terceiro Setor e Assistência Social no Vale do Rio dos Sinos – RS.</i>	Jacqueline Oliveira Silva, Viviane de Carvalho e Elias D. François

Fonte: Anais do ENPESS de 2004. Elaboração própria.

A pesquisa desenvolvida por Rose Serra discute as características atuais do mercado de trabalho para os Assistentes Sociais e como se expressa o chamado Terceiro Setor nesse contexto. Partindo da análise da relação emprego e desemprego, buscou como referência a crise capitalista instaurada a partir de 1970 e a sua incidência nos anos 90 até os dias atuais.

Identifica o cenário econômico de absorção de “recursos humanos” e a funcionalidade e desempenho do Terceiro Setor como campo de trabalho.

Autores como Ernest Mandel (1985), David Harvey (1993), Ricardo Antunes (1999), Leilah Landim (1999), Jorge Mattoso (1999), Gilberto Dupas (2001), Marcio Pochmann (2001) e Carlos Montañó (2002) compuseram a pesquisa bibliográfica e a fundamentação dos objetivos de seu estudo, demonstrando uma linha argumentativa crítica acerca da relação trabalho e Terceiro Setor.

Na seqüência, discute sobre o Terceiro Setor, as diversas abordagens e interpretações a respeito da temática. A autora argumenta que se trata de uma discussão relevante sobre a relação Estado e sociedade civil, não apenas sob o ângulo conceitual, mas principalmente em seus aspectos e implicações político-ideológicas, uma vez que se efetiva pela transferência das responsabilidades sociais de competência do Estado para a sociedade civil. Via de regra, para a autora, o trabalho das organizações e instituições sociais se constituem em ações sociais de caráter paliativo, meritocrático e residuais.

Segundo Serra (2004, p. 02), a concepção mais comum sobre o Terceiro Setor é de “setor privado que presta serviços sociais fora do âmbito do Estado, isto é, as chamadas entidades sem fins lucrativos, aquelas que desenvolvem ações sociais de caráter público, sem pretensão de lucro”. Logo, compõe um amplo e diferenciado conjunto de instituições e organizações, cuja natureza jurídica, “sem fins lucrativos”, isentam-nas de tributos fiscais.

Para a autora, muitas dessas entidades acabam reproduzindo a lógica capitalista e reforçam ou consolidam a idéia de que ocupam um espaço entre Estado e o mercado. Num momento de crise do modelo capitalista e de ajuste estrutural, a proposta apresenta-se como alternativa para o enfrentamento dessa crise e para a manutenção do processo produtivo. Conseqüentemente, altera-se a estrutura do emprego, ou seja, as formas, condições e relações de trabalho. “Os efeitos da implantação desse novo modelo de produção associado às políticas neoliberais estatais, atingem todos os ângulos e dimensões da vida social”. (SERRA, 2004, p. 3).

O desenvolvimento do Terceiro Setor no mercado de trabalho e prestação de serviços se dá pelo atendimento a segmentos pobres com o desenvolvimento de programas de assistência social, saúde, educação e geração de renda, e pela absorção de parcela de desempregados que estão fora do potencial exigido pelo setor produtivo. Além disso, Serra ressalta que os governos neoliberais têm sua parcela de culpa na participação da redução de políticas públicas, sobretudo pela diminuição de postos de trabalho estatais.



Assim, a expansão do Terceiro Setor tem seu significado não somente por ser uma alternativa para o enfrentamento da pobreza, mas principalmente como alternativa de absorção de mão-de-obra.

A segunda pesquisa apresentada é de autoria de Isabelle Moreira Dantas, Nívea Castro da Silva, Ruth Nascimento Silva, Shirlei de Souza Rodrigues e Vanessa Pontes da Costa, bolsistas de Iniciação Científica da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), do Programa de Estudos do Trabalho e Reprodução Social, cuja pesquisa é extensão de outra pesquisa, “Transformações Societárias Contemporâneas e a Expansão e Características do Terceiro Setor”, coordenada pela professora Rose Serra.

O estudo centra-se nas concepções e papel do Terceiro Setor na realidade brasileira. Através de uma análise bibliográfica de autores que abordam a temática, pontuam alguns aspectos conceituais, concepções e funcionalidade a respeito do Terceiro Setor. Para a análise bibliográfica foram utilizados Leilah Landim (1999), Gerardo Sarachu (1999), Rose Serra (2002) e Maria Carmelita Yazbek (2002), reforçando a discussão travada pelo grupo de pesquisa acerca dessas “novas” formas de gestão das políticas sociais associadas ao voluntarismo, e a nova roupagem da filantropia, abordando as várias concepções atuais a respeito do Terceiro Setor e das estratégias e outras expressões derivadas para a inserção das organizações sem fins lucrativos no Brasil, trazendo ao Serviço Social um importante acréscimo de conhecimento e reflexão do tema.

Na pesquisa de campo, em que foram investigadas 37 instituições no município do Rio de Janeiro no ano de 2003, enfatiza a natureza jurídica, ações desenvolvidas, os recursos, fontes de financiamento e formas de gestão privada de financiamento e o incentivo a solidariedade e filantropia.

Cabe ressaltar alguns pontos relevantes para a reflexão dessa temática apontados pela pesquisa. Apesar do Terceiro Setor se apresentar, ou ser apresentado, como uma nova alternativa para o enfrentamento da questão social, não passa de uma expressão ideo-política de orientação neoliberal, consistindo numa estratégia atualmente legitimada para atender as metamorfoses societárias do capital.

Contudo, a pesquisa apresenta, como conclusão, que as instituições no campo do Terceiro Setor investigadas tanto trabalham no atendimento das necessidades imediatas como também no sentido de valorização de direitos e resgate da cidadania.

Outros pontos levantados pela pesquisa referem-se à definição das entidades que fazem parte do Terceiro Setor e o grau elevado de informalidade ou ilegalidade de muitas organizações, conforme registros da Secretaria da Receita Federal. Portanto, o favorecimento

dessas organizações sem que haja mecanismos de controle, não há regulação da relação estabelecida entre Estado e sociedade.

A terceira pesquisa identificada nos Anais do ENPESS de 2004 é de autoria de Jacqueline O. Silva, Viviane de Carvalho e Elias D. François. Destaca a importância da discussão entre docentes e discentes, compartilhando saberes para aprimorar a reflexão em meio acadêmico a respeito do tema Terceiro Setor e seus impactos na sociedade atual. A pesquisa aborda o processo de reestruturação das políticas sociais no Brasil, a Reforma do Estado, a nova estrutura das políticas públicas e a configuração do denominado Terceiro Setor.

Cabe ressaltar que o artigo apresentado nos Anais de 2004 é a discussão dos resultados da pesquisa *Organizações Não Governamentais e Assistência Social no Vale do Rio dos Sinos* (FAPERGS/ UNISINOS) realizada pelo laboratório *Políticas Públicas e Terceiro Setor*.

Para a realização do estudo, os autores utilizaram como metodologia um questionário e uma entrevista semi-estruturada, aplicadas às Organizações inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMASs) no Vale dos Sinos/ RS. A discussão da pesquisa tem como base os resultados obtidos, a qual busca compreender o quadro de instituições que compõe o Terceiro Setor, quais as suas ações e impactos no município, o modelo organizacional utilizado, a realização de “parcerias” com o Estado, além do porte quanto à infra-estrutura material e financeira e características da população usuária.

O estudo foi realizado com 64 ONGs registradas nos CMASs, com ênfase nos seguintes dados: origem das entidades, turno de trabalho, abrangência geopolítica das entidades, área de atuação (atendimentos dos setores), grupo etário atendido, procedimento adotado às pessoas não atendidas, faixa de renda da população atendida, atividade mais realizada, formas de encaminhamento, participação dos usuários nas entidades, formas de publicidade, certificado de Filantropia do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), duração do mandato das Diretorias, formas de preenchimento de cargos, legislação mais conhecida e utilizada pelas instituições, quantidade de pessoas que atuam nas organizações, capacitação, supervisão do trabalho voluntário, avaliação do trabalho desenvolvido pelas entidades, infra-estrutura das ONGs, salas disponíveis para o atendimento dos usuários, tamanho da área de atendimento, parcerias, fontes de recursos para o financiamento dos programas, despesas mensais, e instrumentos utilizados pelas organizações para os controles contábeis dos recursos.

Diante dos dados obtidos, o grupo de pesquisa concluiu que o Terceiro Setor na região do Vale do Rio Sinos segue os mesmos padrões encontrados na história de criação do sistema

de proteção social no Brasil, manifestadas em suas características, isto é, sua origem, sua atuação e público alvo. Quase não se constata diferenças entre as ONGs no que se refere aos setores destinados ao Serviço Social, igualando-se inclusive às ações da prefeitura da região. Apresentam lista de espera e baixa resolutividade nas ações propostas e nos encaminhamentos. Nota-se uma interdependência marcante na relação com o Estado, contudo sem que haja mecanismos visíveis que caracterizam uma “rede de proteção social”.

Como aporte bibliográfico, tomam como referências os seguintes autores: Aldaís Sposati (1989), F. de Oliveira (1990), R. M. Marques (1997), Silva e Junqueira (1999 e 2002), cuja reflexão sobre direitos sociais e o novo agir político de proteção social no Brasil contribui intensamente para a discussão proposta na pesquisa.

A última pesquisa encontrada sobre o tema Terceiro Setor, em 2004, foi desenvolvida por Jacqueline Oliveira Silva e Marcelino Pedrinho Pies, centrando-se nas questões pertinentes ao Terceiro Setor com base nos dados da pesquisa, já mencionada anteriormente, *Organizações Não-Governamentais e Assistência Social no Vale do Rio dos Sinos*. O estudo tem como objetivo proporcionar uma melhor compreensão das ações cotidianas do Terceiro Setor enquanto um espaço constitutivo da sociedade civil.

Como referência teórica, utilizam os seguintes autores: Ana Maria Doimo (1995), Edgard Lander (1999), Pereira e Grau (1999), Liszt Vieira (1999), Emil Sobottka (2002) e Ellen M. Wood (2003), complementando teoricamente os estudos acerca do Terceiro Setor, resgatando a noção de participação política e movimentos sociais, debatendo a noção de espaço público não-estatal decorrente da Reforma do Estado.

A pesquisa evidencia que nos últimos anos intensificaram os serviços prestados por estas instituições que anteriormente ficavam a cargo do Estado, principalmente na atenção à educação, saúde e cultura, pelas quais estão pautadas na participação voluntária e práticas filantrópicas. Não bastasse o número elevado de áreas de atenção, observa-se o intenso crescimento do Terceiro Setor.

Das ONGs investigadas na pesquisa, 38,2% são de origem filantrópica, 29,4 % são populares, 26,4% são religiosas e 5,8% são de origem empresarial, tornando evidente a agregação da filantropia aos objetivos e ações propostas pelas organizações analisadas.

Em uma perspectiva crítica, os autores apontam que o desenvolvimento de um conjunto de práticas sociais em nome da defesa das liberdades humanas contra a opressão do Estado pode levar ao risco de transformar a sociedade civil num álibi para as ações capitalistas, devendo-se ter cuidado com a utilização do conceito que vem sendo disseminado.

Sendo assim, torna-se importante ampliar o debate conceitual sobre o Terceiro Setor. Tomado como sinônimo de sociedade civil confunde e disfarça a concepção da mesma.

Pontuam, com a análise, que o Terceiro Setor não organiza os movimentos sociais, e sim, pelo contrário, os desmobiliza, pois não desenvolve reflexões e ações críticas que permitam denunciar os reais motivos que levaram à exclusão social, sendo cúmplice da manutenção e preservação do sistema neoliberal dominante, regulador e excludente.

Com essa pesquisa, os autores concluem que as organizações não-estatais e de interesse público acabam reproduzindo as mesmas ações que comumente criticam no Estado, reforçando, acima de tudo, a longa tradição clientelista e paternalista que marcou o poder público. Revela-se com isso, que as ações desenvolvidas pelas ONGs não vão ao encontro da idéia de “mudança social” que tanto pregam em suas propostas, e sim, optam por programas assistencialistas, com ações seletistas e residuais na atenção ao combate da pobreza. Por conseguinte, pouco contribuem na modificação do cenário de exclusão e desigualdade social.

No ENPESS de 2006, apenas 01 pesquisa aborda o tema Terceiro Setor, cuja discussão está localizada no eixo temático *Política Social*.

**Quadro 5:** Pesquisas que apresentam em seu título o tema Terceiro Setor no ENPESS de 2006

Título	Autores
1. <i>O Universo da Assistência à Saúde e a Gestão no “Terceiro Setor”.</i>	Claudenizia de Oliveira Pereira, Patrícia Barreto Cavalcanti, Ana Paula Rocha Miranda, Lauro Wanderlei e Simone Fernandes Rocha

Fonte: Anais do ENPESS de 2006. Elaboração própria.

A pesquisa foi realizada pelo grupo de estudo composto por Claudenizia de Oliveira Pereira, Patrícia Barreto Calvanti, Ana Paula Rocha Miranda e Simone Fernandes Rocha. Trata-se de uma pesquisa investigativa em torno da gestão do Terceiro Setor associada à atenção da área da saúde de crianças portadoras de câncer na cidade de João Pessoa/ PB. Buscou identificar as dificuldades que as ONGs enfrentam com relação a essa situação e o papel das organizações de modo geral no âmbito da proteção social.

Na referência constam os autores Maria Helena Machado e Mara Inês Carsalade (1992), Leilah Landim (1993), Maria Inês de Souza Bravo (2000), Sonia Fleury (2002), Débora Cristina Bertussi (2002) e Rubem César Fernandes (2005).

Além de todos os determinantes já ressaltados, o estudo desenvolvido pelo grupo centra-se nas atividades sociais no âmbito da saúde e foi realizado pelo Setor de Estudos e Pesquisas em Saúde e Serviço Social (SEPSASS). Com o objetivo de contribuir na compreensão acerca do Terceiro Setor, direcionam a discussão na área da saúde, recorrendo a uma análise crítica norteada pelo princípio que cerne a saúde como direito universal e dever do Estado.

A pesquisa é caracterizada como quanti-qualitativa, aplicada na Associação Paraibana de Combate ao Câncer Infanto-Juvenil. É uma instituição de caráter privado de finalidade social, filantrópica e de interesse público situada na cidade de João Pessoa/PB. O instrumento utilizado para o desenvolvimento da pesquisa foi a entrevista semi-estruturada, aplicada com os funcionários e representantes da sociedade civil que atuam voluntariamente na ONG analisada.

Os autores argumentam de forma crítica que a ausência administrativa e financeira do Estado acaba afirmando legalmente o Terceiro Setor, e assim, as organizações sociais passam a executar tarefas que desresponsabiliza o Estado, levando ao seu esvaziamento. O Estado deixa de ser o responsável direto do desenvolvimento econômico e social, e o mercado surge como promotor, sob a lógica do capital, integrado ao Terceiro Setor como peça importante e estratégica para a manutenção da ordem.

Os autores concluem com a pesquisa que no Brasil há uma conscientização sobre os reflexos em torno da política de saúde, principalmente em razão da privatização, da seletividade e do caráter focalizado, sem qualquer pretensão de universalidade. O conceito de Terceiro Setor se remete às organizações da sociedade civil que compõem um espaço não-estatal e não-mercantil, como se realmente fosse possível dividir a realidade social dessa forma. O que deveria ser um espaço de complementação dos serviços do Estado passa a ser uma desconfiguração da saúde como direito do cidadão e dever constitucional do Estado.

Conforme a pesquisa, 40% das organizações analisadas apontam que o grande obstáculo que enfrentam é referente aos voluntários, contradizendo o que normalmente se prega ao vincular o voluntariado ao Terceiro Setor.

Apresentadas as constatações, os pesquisadores reforçam a importância de se discutir essas novas articulações de representação da sociedade civil para o enfrentamento das expressões da “questão social”, e o incentivo obstinado da re-filantropização e re-mercantilização dos serviços sociais que se apresentam em sintonia com a agenda liberal a qual se insere a Reforma do Estado.

### 3.2 EIXO 2: ONGS, OSCIPs E OSs

*O motivo é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto às políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto-culpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social estatal e do “Terceiro Setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor industrial.*

(MONTAÑO, 2002)

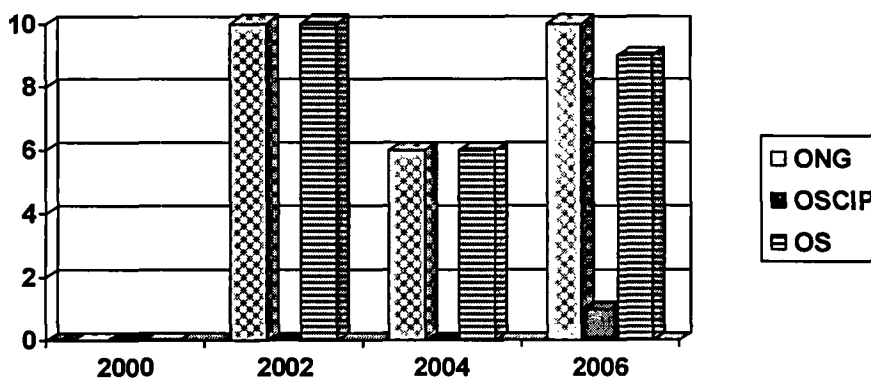
As Organizações Não-Governamentais se inserem no debate acerca do Terceiro Setor em Serviço Social como um dos eixos de discussão com maior número de pesquisas. As discussões apresentam essas organizações sob duas formas associativistas: organizações sociais e organizações da sociedade civil. Sendo a primeira associada aos movimentos sociais de base e mobilização social, já as OSCIPs, como comumente são denominadas, são iniciativas privadas que apresentam certificados do poder público federal e tratam-se de um novo associativismo com bases na economia de mercado.

As pesquisas que abordam essa vertente do Terceiro Setor, geralmente, apresentam-se por estudos de casos, de natureza empírica, do tipo descritiva e explicativa, com a finalidade de conhecer o fenômeno e os fatores que o determinam.

Algumas pesquisas voltadas às ONGs abordam como a formação profissional é colocada à prova quando os Assistentes Sociais são requisitados por essas organizações e passam a integrar uma equipe interdisciplinar para prestar serviços numa perspectiva focalizada e seletista para enfrentamento das expressões da “questão social”. Os Assistentes Sociais encontram inúmeros obstáculos para implementar suas ações nas ONGs, que vão desde falta de recursos até os objetivos institucionais que suplantam os objetivos profissionais limitando sua atuação.

Nesse eixo de discussão, pretende-se evidenciar e analisar as pesquisas que trazem ao debate os temas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Organizações Sociais (OS). Essa dupla análise tem como pressuposto que embora os nomes ou temas sejam semelhantes, apresentam limitações genéricas e objetivos diferentes estabelecidos em leis diferentes, Lei nº. 9.637/98 e nº. 9.790/99. Portanto, merecem as devidas considerações de forma a não confundir os conceitos e princípios, assim como expressa Martins (2000, p. 1) ao fazer uma analogia desse fenômeno:

[...] embora formalmente as organizações sociais e as organizações da sociedade civil tenham a mesma natureza, não têm a mesma feição em origem e espírito. É como se estivéssemos olhando uma estrada de mão dupla: a estrada é a mesma, mas os carros vêm e vão para lados opostos.



**Gráfico 2:** Pesquisas que abordam o tema ONG e suas ramificações nos ENPSSs de 2000 a 2006

Fonte: Anais dos ENPSSs dos anos de 2000 a 2006. Elaboração própria

De acordo com o Gráfico 2, apenas 1 (uma) pesquisa, localizada nos Anais do X ENPSS de 2006, traz em seu título a expressão OSCIP, cuja abordagem se detém a uma análise conceitual e busca uma compreensão em torno desse fenômeno amplamente difundido na atualidade. Porém, como verificado, ainda é incipiente o número de pesquisas que se destina a essa discussão, o que possivelmente compromete o conhecimento e as informações a respeito das organizações que a define, como se somente a figura jurídica desse conta de tamanha e complexa significância e importância.

Já o número de pesquisas que contemplam em seu título o tema Organizações Sociais, como revelado no Gráfico 2, é muito maior do que comparado às pesquisas que se centram na discussão do tema OSCIP. Esse fato pode ser considerado pela confusão conceitual e de definição das entidades que compõem essa instância, que por vez, integram ao Terceiro Setor.

Logo, cabe ressaltar o que seria a OSCIP em relação a ONG, sob a visão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (2003, p. 35) frente ao Código Civil, Lei nº. 10.406/ 2002:

Pode-se dizer que OSCIPs são ONGs, criadas por iniciativa privada, que obtêm um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativas. Como as associações civis não têm formato específico e são bastante livres em estipular suas regras internas, em geral esse tipo de ONG tem ônus administrativo maior. Em contrapartida, podem celebrar com o poder público termos de parceria, que são uma

alternativa interessante aos convênios para ter maior agilidade e razoabilidade em prestar contas.

Em razão do elevado número de pesquisas sobre organizações sociais, a análise que aqui se propõe discorrerá abordando os pontos relevantes de maneira geral com os trabalhos publicado nos ENPESS de 2000 a 2006.

Em 2002, foram localizados 10 artigos que explicitam em seu título e em seu texto o tema Organizações Sociais (OSs). O quadro abaixo demonstra os títulos que contemplam essa temática:

**Quadro 6:** Pesquisas que apresentam em seu título o tema ONG ou OS no ENPESS de 2002

<b>Título</b>	<b>Autores</b>
1. <i>ONGs: A questão do relacionamento da Sociedade civil com o Estado.</i>	Witalo Rubens S. De Lima
2. <i>Movimentos Sociais e Organizações Não-Governamentais: perfil sócio-político.</i>	Maria Carolina R. Portella, Cristina S. Bezerra, Maria Aparecida G. Rodrigues e Michel H. G. Teixeira
3. <i>Participação Feminina nos Movimentos Sociais e ONGs em Juiz de Fora.</i>	Fabiana F. Grossi, Regina C. T. Gomes, Renata P. Palmares e Thatiana P. Cassiano
4. <i>Conselhos Tutelares e Organizações Governamentais e Não-Governamentais na garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.</i>	Maria Helena G. Campelo e Denise Bontempo B. Carvalho
5. <i>A operacionalização do Programa Liberdade Assistida em Organizações Não-Governamentais da cidade do Recife conveniadas à Terceira Vara da Infância e da Juventude.</i>	Cleicy Barro, Jael Cristiane, Patrícia Neves e Selma Santos
6. <i>O Serviço Social nas ONGs Infanto-Juvenis.</i>	Vânia Maria Manfroi, Daniele Vasconcelos Campagnaro e Márcia Carvalho Vieira



7. <i>A dependência Química e as Organizações Não-governamentais no estado do Espírito Santo.</i>	Fabiola Xavier Leal, Claudia Helena dos Reis Simoura, Maria Lúcia Teixeira Garcia e Marluce Macieira
8. <i>Mercado de Trabalho, informalidade e o Estado: a direção dos programas de combate ao desemprego por organizações estatais e não estatais.</i>	Ana Cristina Brito Arcoverde
9. <i>O Projeto Ético-Político da formação profissional do Assistente Social na UFPE na contemporaneidade: suas interrelações com as demandas do mercado de trabalho nas ONGs da Região Metropolitana do Recife.</i>	Andrew José da Silva
10. <i>Trabalho, formação profissional e Serviço Social: um estudo sobre o projeto de formação ético-política do Assistente Social e as demandas do mercado de trabalho dos Assistentes Sociais nas ONGs da Região Metropolitana do Recife (RMR), na contemporaneidade .</i>	Manoela M. da Silva e Maria de Fátima G. de Lucena

Fonte: Anais do ENPESS DE 2002. Elaboração própria.

Conforme a análise das pesquisas do ENPESS de 2002, pode-se constatar que a maioria dos estudos se centra na tentativa de buscar uma associação entre movimentos sociais e organizações não-governamentais como processos ou ações sócio-políticas, entretanto, destacando algumas referências que indicam definições e conotações que os diferenciam, sobretudo com relação às mudanças históricas, sociais, políticas econômicas e culturais de cada período ou época.

A pesquisa de Witalo Rubens S. De Lima, *ONGs: A questão do relacionamento da Sociedade civil com o Estado*, que tem como objeto de estudo os contratos e convênios estabelecidos entre a Secretaria do Estado e as ONGs locais na implementação das políticas sociais numa perspectiva de repartição do poder, faz uma contextualização histórica e social do que vem desencadear essas parcerias.

Com o fim do autoritarismo no Brasil e a implementação do regime democrático, tanto o Estado quanto a sociedade brasileira vêm passando por profundas transformações políticas, econômicas e sociais, que exigem do setor estatal e do público grandes inovações em sua forma de relacionamento. No que se refere à sociedade, sua diferença, heterogeneidade e complexidade cada vez maiores fazem com que os interesses se multipliquem e se organizem, exigindo crescente participação na definição e na gestão dos assuntos de governo. Cria-se a necessidade de multiplicar canais de participação, de negociação e de articulação desses interesses, muitas vezes conflitantes. Os sindicatos cresceram e se fortaleceram, aumentaram as organizações de classe e de representação profissional. Multiplicaram-se as iniciativas, baseadas na mobilização e na organização das comunidades e, sobretudo, criou-se uma extensa rede de organizações não-governamentais – ONGs, cada vez mais presentes e atuantes no cenário nacional. (LIMA, 2002, p. 1).

Nesta perspectiva, em meio aos processos de reordenamento político do Estado, de cunho neoliberal, leva a constituição de vários segmentos e institucionalização dessas organizações como uma possibilidade de gerenciamento compartilhado das políticas públicas. Portanto, na década de 90, tem-se o crescimento das ONGs e se estabelecem as parcerias na implementação das políticas públicas, colocando em debate a construção e ampliação de espaços de participação dos sujeitos sociais, suscitando a criação de uma nova forma de política democrática, a “política pública não-estatal”.

A pesquisa realizada por Maria Carolina R. Portella, Cristina S. Bezerra, Maria Aparecida G. Rodrigues, Michel h. G. Teixeira, com o título *Movimentos Sociais e Organizações Não-Governamentais: perfil sócio-político*, faz uma análise das definições em torno da participação dos sujeitos sociais na dinâmica das relações entre o Estado e a sociedade civil, dando prosseguimento ao que vêm constituir os mais variados espaços de participação social. Na tentativa de evidenciar a diferença e o equívoco existente entre movimentos sociais e sujeitos sociais e associações civis, os autores apontam elementos teórico-explicativos para fundamentar e subsidiar a discussão, especialmente através de Gohn (1997):

Movimentos sociais são ações sócio-políticas constituídas por atores coletivos pertencentes a diferentes classes sociais, articuladas a certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflito, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. (PORTELLA et al, 2002, p. 4 apud GOHN, 1997).

E assim, as ONGs vêm se manifestando como importantes redes de movimentos, dando relevância ao sentido de cidadania, que incorpora características da sociedade contemporânea, numa construção de identidade coletiva, na busca de uma transformação social alicerçada em dimensões culturais e políticas e na difusão de uma construção democrática. Com base nesse contexto, criam-se espaços públicos em que interesses comuns e particulares possam ser discutidos e cooptados pelo poder público, conforme sustenta a pesquisa *Participação Feminina nos Movimentos Sociais e ONGs em Juiz de Fora*, por Fabiana F. Grossi, Regina C. T. Gomes, Renata P. Palmares, e Thatiana P. Cassiano, cuja problematização visa contribuir nos debates acerca da igualdade entre gênero, abrangendo uma análise em torno dos movimentos sociais e mediações entre as demandas da sociedade civil e o Estado.

As ONGs passam a ser concebidas como entidades prestadoras de serviços de várias áreas que tangem às políticas sociais de assistência, como infância, adolescência, idoso, gênero e dentre outros focos de atuação. Tais questionamentos são levantados nas pesquisas *Conselhos Tutelares e Organizações Governamentais e Não-Governamentais na garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes*, e *A operacionalização do Programa Liberdade Assistida em Organizações Não-Governamentais da cidade do Recife conveniadas à Terceira Vara da Infância e da Juventude*, respectivamente realizadas por Maria Helena G. Campelo e Denise Bontempo B. Carvalho, e Cleicy Barros, Jael Cristiane, Patrícia Neves e Selma Santos.

Com o processo de redemocratização do país, as ONGs passaram a ocupar espaços públicos, caracterizando-se como novos canais institucionais de participação, com a finalidade de atender a coletividade, na luta e defesa de direitos e na prestação de serviços considerados de interesse público. Enquanto fenômenos sociais, atualmente, as ONGs apresentam um perfil, predominantemente, pluralista que abarca uma heterogeneidade de entidades que desenvolvem ações nas mais variadas esferas da vida política e social. (BARROS et al, 2002, p. 1).

As duas pesquisas fazem uma abordagem a respeito das ONGs, nas quais discutem a crescente transferência do papel do Estado à sociedade civil em decorrência da redefinição da relação entre as duas esferas, pela qual a participação da sociedade civil passa a ser estimulada como co-responsável no desenvolvimento social. Esse apelo crescente se dá, sobretudo, à ação das ONGs, as quais passam a prestar atendimentos aos segmentos excluídos e pauperizados da população.

De acordo com a segunda pesquisa descrita anteriormente, as ONGs apresentam-se como canais participativos na luta de direitos, porém demonstram uma heterogeneidade quanto ao perfil que se enquadram e ações que se destinam, que, associado a outras questões, demonstram limitações quanto às relações de apoio em razão, principalmente, de suas ações focalizadoras e restritas, e pela falta de recursos financeiros e humanos que possam atender as demandas que lhes são apresentadas.

Conforme ressalta a pesquisa *O Serviço Social nas ONGs Infanto-Juvenis*, desenvolvida por Vânia Maria Manfroi, Daniele Vasconcelos Campagnaro e Márcia Carvalho Vieira, a sociedade civil assume de forma despreparada a co-responsabilidade no enfrentamento da questão social, como expressam a seguir:

[...] é difícil pensarmos uma política totalmente direcionada à garantia de direitos, principalmente em uma sociedade regida por políticas focalizadas, seletivas e imediatistas. O Estado se exime de sua responsabilidade social, ficando essa direcionada à sociedade civil (ONGs), muitas vezes assumindo esse desafio sem devido preparo e principalmente sem as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades sócio-pedagógicas (recursos humanos, recursos financeiros, espaço físico). (2002, p. 7).

Ou como apresenta a pesquisa *A dependência Química e as Organizações Não-governamentais no Estado do Espírito Santo*, realizada por Fabiola Xavier Leal, Claudia Helena dos Reis Simoura, Maria Lúcia Teixeira Garcia e Marluce Macieira, o crescimento do número de ONGs é proporcional ao número de pessoas que procuram pelos atendimentos de suas necessidades, principalmente devido à transferência de serviços assistenciais a essas entidades. Esse elevado número de ONGs também comporta em grande parte organizações de caráter religioso e filantrópico.

Nesse âmbito, insere-se o Assistente Social, sobretudo em relação à demanda apresentada às ONGs, produzindo serviços que visam atender as necessidades sociais, de acordo com as propostas de ações e atividades das entidades. O profissional passa a ser chamado a esse campo de trabalho para que, através do desvelamento da realidade, possa propor e realizar ações criativas e comprometidas, visando à garantia e o acesso aos direitos. Entretanto, expõem que todas essas ações encontram mais limitações que possibilidades no que se refere à instituição, acarretando em muitos casos no fatalismo frente à realidade. O que era para ampliar o acesso aos direitos sociais acaba resultando no contrário, na descrença de uma transformação social, portanto, um desafio imenso ao Serviço Social.

As autoras, contudo, ressaltam que tal fato não se deve à incapacidade ou falta de vontade por parte dos Assistentes Sociais, mas sim devido ao acúmulo de trabalho, falta de espaço físico, falta de recursos, desestabilidade do campo de trabalho, além das próprias condições sociais que encontram para a realização de seu trabalho. Sendo assim, os profissionais ainda encontram obstáculos frente às conquistas sociais, o que torna árdua a consolidação dos direitos sociais universais.

Permanecendo nesse caminho de discussão, a pesquisa *Mercado de Trabalho, informalidade e o Estado: a direção dos programas de combate ao desemprego por organizações estatais e não estatais*, realizada por Ana Cristina Brito Arcoverde, discorre sobre as mudanças no mundo do trabalho, essencialmente após a instalação do neoliberalismo, que propicia o surgimento e força do mercado informal, mecanismo que é aceito e tolerável pelo Estado, apesar de prejudicial. Para tanto, o governo, a partir da década de 90, começa a apoiar programas de combate ao desemprego, delegando a criação, implementação e gerência às ONGs no sentido de descentralizar serviços.

A adoção de estratégias como essas que representam práticas econômicas definidas pelo processo de Reforma do Estado, não resultam de fato em ações de combate ao desemprego e a informalidade.

Já a pesquisa intitulada *O Projeto Ético-Político da formação profissional do Assistente Social na UFPE na contemporaneidade: suas interrelações com as demandas do mercado de trabalho nas ONGs da Região Metropolitana do Recife*, realizada por Andrew José da Silva, discorre como esta temática aparece na formação do Assistente Social em oposição à realidade apresentada pelo mercado profissional multifacetado, tecnicista, acrítico, “adequado” às necessidades produtivas, fundamentalmente no âmbito das ONGs.

No mesmo direcionamento, encontra-se a pesquisa *Trabalho, formação profissional e Serviço Social: um estudo sobre o projeto de formação ético-política do Assistente Social e as demandas do mercado de trabalho dos Assistentes Sociais nas ONGs da Região Metropolitana do Recife (RMR), na contemporaneidade*, desenvolvida por Manoela M. da Silva e Maria de Fátima G. de Lucena. O estudo traz uma abordagem em torno do enfraquecimento-negação da formação ético-política e da banalização do trabalho do Assistente Social, expressando da seguinte maneira:

[...] a realidade do profissional de serviço social, assim como de tantas outras áreas, tem sido submetido aos processos produtivos, novas formas de gestão e consumo da classe que vive do trabalho, num quadro geral de barbarização da vida social. (SILVA; LUCENA, 2002, p. 3).

Já no ENPESS de 2004, ao analisar as publicações, encontrou-se 6 pesquisas que se centram no debate do tema *Organizações Sociais* (OSs), cuja localização nos Anais do ENPESS está no eixo temático II – *Articulação entre Formação e Exercício Profissional*, sendo 1 (uma) pesquisa no sub-eixo 2.1 – *Estado e Sociedade* e 5 pesquisas no sub-eixo 2.6 – *Movimento Social, Organização da Sociedade Civil e Cidadania*. Os títulos analisados são:

**Quadro 7:** Pesquisas que apresentam em seu título o tema ONG ou OS no ENPESS de 2004

<b>Título</b>	<b>Autores</b>
1. <i>O Papel das ONGs na Sociedade Civil Brasileira.</i>	Elaine Freitas de Oliveira e Renata Mena Brasil do Couto
2. <i>Democracia como consequência de uma sociedade justa e igualitária: a perspectiva de sociedade das ONGs do Vale do Rio dos Sinos.</i>	Luciane Lourdes Webber Toss e Jacqueline Oliveira Silva
3. <i>Ong's Ecologistas em Juiz de Fora: perfil sócio-político e ações ambientais.</i>	Mônica Aparecida Grossi Rodrigues e Mauro Diniz Parreiras Neto
4. <i>ONGs: tendências compensatórias e apostas emancipatórias.</i>	Maria Beatriz Lima Herkenhoff
5. <i>Organizações não Governamentais de Atendimento a Crianças e Adolescentes do Município de Vitória/ES.</i>	Sidnéia Bento Duque e Vanda Valadão
6. <i>Organização social de saúde: possibilidades de reconhecimento de um espaço público.</i>	Maria Lúcia Garcia Mira

Fonte: Anais do ENPESS de 2004. Elaboração própria.

A Reforma do Estado, sob o projeto neoliberal, desencadeou um redesenho nas relações entre o Estado e a sociedade civil. Nesse reordenamento, criou-se o Terceiro Setor, cujo predomínio está no estabelecimento das ONGs.

É nessa perspectiva que a pesquisa *O papel das ONGs na Sociedade Civil Brasileira*, desenvolvida por Elaine Freitas de Oliveira e Renata Mena Brasil do Couto, faz uma discussão sobre a implantação e consolidação das ONGs que passaram de grupos de assessoria para intermediárias, prestando serviços sociais na co-responsabilidade e enfrentamento da “questão social”. Notoriamente, essas ações são focalizadas e seletistas, o que perde a perspectiva de universalização dos direitos.

O repasse de recursos, seja do poder público, seja de órgãos multilaterais a tais instituições contribui para que a implementação de políticas que deveriam ser universais para a garantia de estado de cidadania, se torne cada vez mais privatista, personalista, sujeito a intermediações clientelistas que marcam os direitos como favor. (OLIVEIRA; COUTO, p. 4).

As autoras afirmam em seu estudo que as propostas das ONGs, em sua maioria, vêm assumindo um papel que substitui as obrigações do Estado, o que desencadeia um questionamento acerca da parceria entre o Estado e a sociedade. Essa substituição se mostra quando programas nacionais e regionais dão espaços a iniciativas locais.

Essas parcerias de incentivo à ação cidadã representam também a desresponsabilização do Estado frente à questão social e a transferência dessa atenção ao setor privado, o qual passa a valorizar o social sob ótica de obtenção de lucro.

A ascensão das ONGs se deve, sobretudo, pela predominância da concepção de que o bem-estar e o enfrentamento da questão social pode se dar no âmbito privado, estabelecendo-se a criação de setores públicos para pobres e setores privados para quem pode pagar, o que pode trazer conseqüências na ampliação da esfera pública.

O que se observa, segundo as autoras, é a efetivação das políticas sociais a partir das carências da sociedade e não pela afirmação de direitos. Para tanto, fazem um alerta sobre a importância das conquistas sociais, as quais não podem ficar fora desse debate.

A pesquisa de Maria Beatriz L. Herkenhoff, *ONGs: tendências compensatórias e apostas emancipatórias*, traz ao debate uma análise da implantação das ações complementares no Brasil, a criação de entidades que assumem ações do âmbito políticas assistenciais. A autora destaca que a maioria dessas entidades são filantrópicas, com intuito de compensar as carências das populações pobres através da oferta de serviços compensatórios, caracterizados como “ações pontuais, emergenciais, transitórios, parcelares e com fins corretivos”. (2004, p. 2).

Entretanto, a discussão que cerne a pesquisa faz uma associação dessas ações compensatórias com os problemas vivenciados pelas crianças e adolescentes pobres atendidos por propostas de ações complementares desenvolvidas pelas ONGs. Herkenhoff tenta identificar o caráter emancipatório ou compensatório presente nos serviços de atenção às crianças e adolescentes.

Conclui que, apesar das dificuldades e desafios existentes nas ONGs, o perfil emancipatório começa a ser construído por essas entidades à medida que investem na inclusão das crianças e adolescentes, pois muitas ONGs valorizam os conhecimentos e experiências para desenvolverem ações que possibilitam o protagonismo juvenil. Destarte, esse objetivo de construção de uma massa crítica com capacidade argumentativa e propositiva de crianças e adolescentes depende da articulação das ONGs em redes e do desenvolvimento de ações conjuntas com a comunidade na luta por condições melhores de vida da população pobre.

Nesse mesmo caminho de discussão está a pesquisa de Sidnéia B. Duque e Vanda Valadão, cujo título é *Organizações Não-Governamentais de atendimento a crianças e adolescentes do município de Vitória/ES: entre a precarização das políticas sociais e a defesa de direitos*. Dedicase à discussão sobre o trabalho das ONGs na defesa de direitos e a privatização de serviços sociais, principalmente à parcela da sociedade fragilizada, numa perspectiva de compartilhamento na criação e implementação de políticas públicas do Estado e a mera reprodução da filantropia conforme a lógica capitalista.

É nesse cenário conflitante e confuso que a sociedade organizada é representada pelas ONGs. Na relação ou parceria com o Estado predominam as ações que cerceiam as políticas sociais públicas de Assistência, Educação e Saúde. Logo, adotam responsabilidades de um “Estado mínimo e a luta pela ampliação e efetivação dos direitos sociais” (DUQUE; VALADÃO, 2004, p. 7). Entretanto, expressam, ao findar o estudo, que todo esse questionamento quanto à transferência de responsabilidade do Estado à sociedade civil e quanto aos objetivos e ações das entidades não estatais, é fundamental, mas devemos ter cuidado em relação à crítica que se faz a essas instituições para não cairmos no erro de atacar o Estado reforçando a ótica neoliberal privatizante.

As ONGs não representam nenhum instrumento perverso e a favor da lógica do capital, assim como também não representam nenhuma mágica na solução dos problemas sociais. De acordo com as autoras, as ONGs se mostram numa “correlação de forças entre a reprodução do *status quo* e a defesa e efetivação do Estado democrático de direitos” (2004, p. 8).



A pesquisa *Democracia como conseqüências de uma sociedade justa e igualitária: a perspectiva de sociedade das ONGs do Vale do Rio dos Sinos*, de autoria de Luciane Lourdes Webber Toss e Jacqueline O. Silva, debate a entrada desses novos atores sociais na interlocução entre o Estado e o mercado na justificativa de transformar e alterar as situações de desigualdade. Expõem sobre a importância da participação no sentido de democracia que está relacionado aos princípios universais.

As ONGs, em geral, objetivam-se em promover a igualdade e a consciência de cidadania, entretanto, expressam que falta ainda nessas organizações a habilidade, conhecimento e capacidade de participar do processo político, desconhecendo a importância do espaço que ocupam, das ações que desenvolvem e do poder que possuem em termos de reintegrar e integrar de forma efetiva os sujeitos como atores sociais capazes de modificar o espaço público.

A pesquisa *Organização social de saúde: possibilidade de reconhecimento de um espaço público*, realizada por Maria Lúcia G. Mira, traz justamente a discussão da importância dos movimentos sociais para a ampliação desses espaços de interlocução, deliberação e controle social das políticas públicas.

A autora relata que, atualmente, é nítida a associação ou restrição do conceito de sociedade civil e Terceiro Setor, ocorrendo o mesmo com o conceito de cidadão relacionado ao conceito de consumidor. O autoritarismo nas relações sociais ignora a realidade nacional. As parcerias que tanto mencionam na contemporaneidade devem ser orientadas a um outro sentido de parceria, entendida como soma de esforços para atingir objetivos positivos e regulação de espaços públicos.

Diante da expansão das ONGs e de suas áreas de atuação ou atenção, surgem aquelas que se destinam ao enfrentamento da problemática “sócio-ambiental”. A pesquisa *ONGs Ecológicas em Juiz de Fora: perfil sócio-político e ações ambientais*, realizada por Mônica Aparecida G. Rodrigues e Mauro Diniz P. Neto, aborda o confronto entre o mundo da produção e do Estado, que juntos geram uma injustiça social e degradação do meio ambiente ao propiciarem o crescimento desigual da economia. Trata-se quase que exclusivamente da dimensão ecológica da cidadania, pela qual se dá através da organização da sociedade civil e de sua contribuição para a sustentabilidade, portanto evidenciando uma reflexão que perpassa pelos movimentos sociais e pelas ONGs, principalmente ambientalistas.

Nos Anais do ENPESS de 2006, constam 12 pesquisas que discutem a temática ONGs, dividindo-se em 11 com o tema Organizações Sociais (OSs) e 1 (uma) com o tema Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). As pesquisas foram

localizadas nos eixo temáticos: 1 (uma) pesquisa no eixo 2 – *Formação Profissional e o Processo Interventivo do Serviço Social*; e 9 pesquisas no eixo 3 – *Questão Social e Trabalho*, sendo 1 (uma) no sub-eixo 3.1 – *Trabalho e Classe Social* e 8 no sub-eixo 3.2 – *Práticas Sociais, instituições sociais, lutas sociais e organizações*. Os títulos das pesquisas são:

**Quadro 8:** Pesquisas que apresentam em seu título o tema ONG ou OS no ENPESS de 2006

Título	Autores
1. <i>Práticas e Organizações Sociais: discutindo ONG e movimentos sociais à luz das novas dinâmicas globais.</i>	Clarice Cassab
2. <i>O perfil ético-político dos movimentos sociais e das ONGs de Mossoró.</i>	Aione Maria da Costa Sousa, Gilcélia Batista de Góis, Rivânia Lúcia Moura de Assis, Sâmya Rodrigues Ramos e Tássia Rejane Montes dos Santos
3. <i>A relação entre Movimento Feminista e as ONGs: possibilidades e limites para a construção da autonomia das mulheres no Rio Grande do Norte.</i>	Paula Fernanda de Carvalho Lopes
4. <i>Qualificação da Força de Trabalho em ONGs na Atual Reestruturação do Capital: desafios para o Assistente Social.</i>	Marli Alcântara Ferreira
5. <i>Organizações Não-Governamentais e Serviço Social: um estudo sobre o exercício profissional no município de Aracaju/SE.</i>	Lúcia Aranha e Débora Rodrigues Santos
6. <i>As ações das ONGs na área de criança e adolescente no âmbito da Assistência Social em Natal/RN: direitos de cidadania ou assistencialismo?</i>	Lanissa Cristina F. Medeiros Carvalho e Íris Maria de Oliveira

7. <i>A atuação das Organizações Não-Governamentais de João Pessoa junto a crianças e adolescentes.</i>	Revelino Cardoso dos Santos e Áurea Carneiro
8. <i>A direção Social do exercício profissional do Assistente Social nas ONGs: tendências e particularidades.</i>	Janaina do Nascimento Duarte
9. <i>O perfil das Organizações Não-Governamentais da Cidade de Maceió.</i>	Viviane de Soares Medeiros
10. <i>ONGs-Aids de Campina Grande: história e perfil.</i>	Lúcia Maria Patriota

Fonte: Anais do ENPESS de 2006. Elaboração própria.

A pesquisa de Clarice Cassab, com o título *Práticas e Organizações Sociais: discutindo ONG e movimentos sociais à luz das novas dinâmicas globais*, apresenta-se como um estudo bibliográfico ao qual toma como referência autores importantes que se dedicam ao estudo sobre ONGs, como Leilah Landim (2002), Maria da Glória Gohn (2000), Ilse Scherer-Warren (1994), passando pelas reflexões de Pierre Bordieu (2001) e Carlos Montaña (2002).

Cassab discute as mudanças nas formas de organização da sociedade em decorrência das transformações e reorganizações sócio-econômicas e políticas. Direciona seu debate aos movimentos sociais ressaltando a importância desse espaço principalmente para compreensão das práticas sociais.

As ONGs são exemplos das novas formas organizacionais que surgem a partir da década de 90. Segundo Cassab, muitos autores afirmam que o surgimento dessas organizações está associado à crise dos movimentos sociais, o que desencadeou uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil.

Na década de 80, as ONGs surgem como apoio aos movimentos sociais e se reciclam na década de 90 sob novas funções e relações com o Estado e com o mercado, ou seja, mediadoras entre o público e o privado. Ganham centralidade e propõem formas e ações que substituem os movimentos sociais, sobretudo no campo de ação política. Entretanto, ressalta que os movimentos sociais não perderam sua importância ou centralidade, mesmo com outras formas de organização como é o caso das ONGs, e cita o “Movimento dos Trabalhadores Sem Teto” como exemplo de que ele, mesmo sofrendo os impactos dessa nova ordem global, ainda

se mantém como ator social capaz de superar os desafios dessas novas dinâmicas globais (CASSAB, 2006).

Dando prosseguimento a essa linha de discussão, a pesquisa *O perfil ético-político dos movimentos sociais e das ONGs de Mossoró*, desenvolvida por Aione Maria da Costa Sousa, Gilcélia Batista de Góis, Rivânia Lúcia Moura de Assis, Sâmia Rodrigues Ramos e Tássia Rejane Montes dos Santos, tem como objetivo evidenciar as escolhas e valores, através dos conceitos de indivíduo, grupo e organizações, que se confrontam com o perfil ético-político dos Movimentos Sociais e ONGs em Mossoró.

Trata-se de uma pesquisa teórica-prática cuja metodologia se centra em entrevistas realizadas com dirigentes de 10 Movimentos Sociais e 13 ONGs que atuam na cidade de Mossoró. Em sua referência, constam os autores Agnes Heller (1989), Ricardo Antunes (1999), Alain Bihl (1999), Carlos Montaña (2002) e Maria Lúcia Duriguetto (2005).

A pesquisa demonstra que em relação aos Movimentos Sociais há duas tendências: uma assentada em princípios que defendem a sociedade capitalista e outra em defesa da luta dos trabalhadores contra a injustiça social e construção de uma nova sociabilidade. Quanto às ONGs verificou-se três tendências: a primeira que associa o surgimento das ONGs com a institucionalização dos Movimentos Sociais; a segunda que engloba as ONGs na luta contra a discriminação, e a terceira e última que se refere às ONGs como grupos que defendem valores cristãos como “ajuda e solidariedade”.

A pesquisa intitulada de *A relação entre Movimento Feminista e as ONGs: possibilidades e limites para a construção da autonomia das mulheres no Rio Grande do Norte*, de autoria de Paula Fernanda de Carvalho Lopes, enfatiza justamente essa relação ou associação entre Movimentos Sociais e ONGs na contemporaneidade, numa perspectiva de acarretar conseqüências negativas no que se refere à autonomia e representatividade.

A autora afirma que atualmente se constata um conjunto de transformações que leva muitos Movimentos Sociais a um processo de “onguização”, desencadeando uma redefinição teórico-política e política-organizativa.

A pesquisa tem como foco a análise dos Movimentos Feministas, de âmbito geral e local na região de Mossoró, e tenta compreender a crescente substituição das lutas sociais reivindicatórias por ações pragmáticas. Entretanto, trata-se de uma pesquisa em andamento cujos detalhes expressos são resultados preliminares da abordagem qualitativa do estudo.

Utilizam como referência teórica os autores Sonia E. Alvarez (1998 e 2000), Mary Garcia Castro (1997 e 2000), Geneviève Fraisse (1998 e 1999), Tatau Godinho (2000), Ana de Miguel (2001) e Telam Gurgel (2004 e 2005) para fundamentar a discussão acerca do

Movimento Feminista, e autores como Julieta Kirkwood (1990), Ilse Sherer Warren (1999) e Carlos Montaña (2003) como aporte para compreensão sobre Movimentos Sociais, questão social, Terceiro Setor e política social.

Já a pesquisa de Marli Alcântara Ferreira, *Qualificação da Força de Trabalho em ONGs na Atual Reestruturação do Capital: desafios para o Assistente Social*, traz reflexões acerca dos desdobramentos e repercussões da reestruturação do capital, direcionando seu debate especificamente à área de qualificação profissional, e aborda os desafios impostos à prática do Assistente Social no âmbito das ONGs.

A pesquisa, de natureza teórico-prática, tem como referências teóricas David Harvey (1994), István Mészáros (1996), Marilda V. Yamamoto (1998), Ana Elizabete Mota (2000), Marina Maciel Abreu (2002) e Carlos Montaña (2002).

Ferreira faz uma abordagem a respeito da reestruturação do capital e os impactos causados por esta lógica que atinge vários setores e regiões do país. Nessa perspectiva, discute os impactos profundos sofridos no mundo do trabalho e evidencia a atuação das ONGs no processo de qualificação da força de trabalho no Brasil, como sujeitos privilegiados na socialização de valores requisitados pelo capital.

Ressalta que o estudo não tem por intenção negar o papel histórico das ONGs e de suas lutas junto aos Movimentos Sociais, mas não pode deixar de questionar o crescente surgimento das ONGs no contexto da Reforma do Estado.

A autora aborda justamente esses espaços sócio-institucionais – campo de atuação profissional do Serviço Social – como um grande desafio para os Assistentes Sociais, principalmente em razão da direção ético-política da categoria profissional, cujo comprometimento está alicerçado na luta dos interesses da classe trabalhadora. As ONGs, para a autora, mostram-se vinculadas aos interesses propostos pelo mercado, pelo qual se efetiva na parceria estabelecida entre público e privado.

Nessa perspectiva, a prática dos Assistentes Sociais nas ONGs que atuam na área de qualificação profissional, no atual processo de reestruturação produtiva, é permeada pela lógica dos tempos mais versáteis, próprios à flexibilização, e que exige a constituição de uma força de trabalho efêmera e fragmentada e, portanto, ágil, inconstante, flexível e maleável, sempre renovável em tempos cada vez mais curtos. (FERREIRA, 2006, p. 5).

Conclui seu estudo destacando que o desafio à profissão é lutar contra a esfera pública burguesa, lutar pelos interesses das classes subalternas e não por interesses das classes

detentoras do capital. É nesse sentido que deve se dirigir a transformação do Estado e da sociedade, por isso coloca como fundamental um redirecionamento das práticas sociais para o plano coletivo e público sob a perspectiva de “destruição de qualquer forma de subsunção da humanidade a interesses privados”. (FERREIRA, 2006, p. 8).

A pesquisa *Organizações Não-Governamentais e Serviço Social: um estudo sobre o exercício profissional no município de Aracaju/SE*, das autoras Lúcia Aranha e Débora Rodrigues Santos, também segue a mesma análise reflexiva sobre a prática profissional nas ONGs, porém se direciona mais a uma análise local sobre esse processo.

Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagens qualitativas e quantitativas. Adotou como metodologia a aplicação de um formulário semi-estruturado numa amostra de 48,6% da população composta por Assistentes Sociais que atuam em ONGs. Na bibliografia da pesquisa encontram-se os autores F. Chesnais (1996), Marilda V. Yamamoto (1999, 2001 e 2002), Rose Serra (2001), Carlos Montañó (2002), C. Z. Tafarel (2003), Elaine R. Behring (2003) e José Paulo Netto (2004).

As autoras apontam que a ampliação e re-significação das ONGs criou novos espaços sócio-ocupacionais contraditórios, sobretudo para o Serviço Social, profissão que tem como discernimento um projeto ético-político profissional.

A pesquisa revela que grande parte dos profissionais é chamada a trabalhar nessas instituições por indicações ou convites, cujo salário varia de dois a quatro salários mínimos. O projeto de intervenção está associado a uma equipe multidisciplinar (composta geralmente por psicólogos, médicos, enfermeiros e pedagogos) e se efetua por esclarecimentos de direito, benefícios e serviços sociais. Constatou que, dentre as principais dificuldades enfrentadas pelos Assistentes Sociais, a falta de recursos financeiros é a mais citada, além de outras menos citadas, como apelo à multidisciplinaridade, jogo de cintura e busca por recursos.

Já as pesquisas: *As ações das ONGs na área de criança e adolescente no âmbito da Assistência Social em Natal/RN: direitos de cidadania ou assistencialismo?* e *A atuação das Organizações Não-Governamentais de João Pessoa junto a crianças e adolescentes*, realizadas respectivamente por Lanissa Cristina F. Medeiros Carvalho e Íris Maria de Oliveira, e Revelino Cardoso dos Santos e Áurea Carneiro, fazem uma discussão semelhante das ONGs que propõem ações de atenção à criança e ao adolescente.

Ambas abordam as ações desenvolvidas por essas entidades, porém o estudo de Carvalho e Oliveira verifica se as ações são para assegurar direitos ou são medidas que reproduzem práticas assistencialistas; enquanto que o estudo de Santos e Carneiro faz uma análise geral dessas ações quanto à natureza, serviço prestado, público alvo, capacidade de

atendimento e dentre outros indicadores que permitam compreender o acompanhamento das ONGs às crianças e aos adolescentes.

A metodologia da pesquisa de Santos e Oliveira constitui-se por técnicas de entrevistas semi-estruturadas, realizadas numa amostra de 15 ONGs. No referencial utilizado, constam os autores Maria da Glória Gohn (2000) e Edson Passeti (1995).

Na pesquisa de Carvalho e Carneiro, a metodologia se baseia numa revisão bibliográfica/literatura. Os autores citados na pesquisa são Hebe S. Gonçalves (1996), Leilah Landim (1998) e Carlos Montaña (1999 e 2003).

Santos e Oliveira expressam que os serviços prestados pelas ONGs são de cunho social que refletem a curto e a longo prazo uma mudança significativa na vida das pessoas atendidas. Executam ações assistencialistas no atendimento apenas das necessidades básicas das crianças e adolescentes. Justifica-se o caráter assistencial pela realidade econômica que, segundo a pesquisa realizada nessas ONGs, as impedem de evoluir no sentido de transformar as realidades locais.

Concluem que as ONGs assumem de fato a relação de parceria nas políticas públicas, entretanto não direcionam suas ações para pressionar os governos para que estes também assumam suas responsabilidades quanto às políticas sociais. Portanto, as ONGs devem assumir o posicionamento frente aos governos para combater a visão errônea sobre as entidades sociais ao fato de substituírem o governo na sua funcionalidade.

Já o estudo de Carvalho e Oliveira, a partir da revisão literária, constata que muitos autores expressam que as ONGs têm elevada funcionalidade e importância na manutenção no sistema capitalista. Essas organizações apresentam peculiaridades distintas ao longo da história. Logo, o que especifica o tipo de ação dessas organizações é a concepção política dos agentes envolvidos nessas organizações e como garantem e ampliam os direitos de seu público alvo.

Ressaltam que o ajuste estrutural imposto pelo sistema capitalista na contemporaneidade tenciona apropriações e redefinições de conceitos reivindicatórios, como democracia e cidadania como um reforço ao assistencialismo. As ações focalistas, residuais, fragmentadas e solidárias negam os direitos sociais, reforçam a exclusão social e negligenciam conceitos citados acima.

As pesquisas intituladas: *A direção Social do exercício profissional do Assistente social nas ONGs: tendências e particularidades*, de Janaina do Nascimento Duarte; *O perfil das Organizações Não-Governamentais da Cidade de Maceió*, de Viviane de Soares

Medeiros; e *ONGs-Aids de Campina Grande: história e perfil*, de Lúcia Maria Patriota, não constam na análise porque não foi possível ter acesso aos estudos.

**Quadro 9:** Pesquisa que apresenta em seu título o tema OSCIP no ENPESS de 2006

Título	Autor
1. <i>Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) do Município de Porto Alegre: espaços sócio-ocupacionais do serviço social?</i>	Tiago Martinelli

Fonte: Anais do ENPESS de 2006. Elaboração própria.

A pesquisa encontrada nos Anais do ENPESS de 2006 que se detém ao tema OSCIP foi localizada no eixo temático *Questão Social e Trabalho* (eixo 3), especificamente no sub-eixo – *Práticas sociais, instituições sociais, lutas sociais e organizações* (3.2). O estudo de autoria de Tiago Martinelli, identificado pelo título *Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) do Município de Porto Alegre: espaços sócio-ocupacionais do serviço social?*, apresenta um resgate analítico do contexto profissional a partir da década de 80, momento de implantação das políticas econômicas de cunho neoliberal, e direciona a discussão às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público como possibilidade de inserção para o Assistente Social.

Caracteriza-se por uma pesquisa do tipo quali-quantitativa fundamentada nos princípios do método dialético. A base teórica conceitual está assentada nas produções de Karl Marx, utilizando como referências os autores Laurence Bardin (1977), Maria da Glória Gohn (2000), Laura T. Soares (2000), Vera da Silva Telles (2001), Marilda V. Iamamoto (2001 e 2002), Elaine R. Behring (2003), Emil A. Sobottka (2003), Berenice R. Couto (2004), Hans-Georg Flickinger (2004), Cristiano de Carvalho (2005), e documentos do CRESS (1996), ABEPSS (1996), e AFINCO/ABONG (Administração e Finanças para o Desenvolvimento Comunitário) (2003).

Para tanto, o autor discute a composição sóciopolítico das OSCIPs enquanto espaço sócio-ocupacional, a relação entre Estado, mercado e sociedade civil e problematiza o reordenamento dos movimentos sociais na égide da economia do mercado.

Ao contextualizar historicamente a década de 80, expõe a relevância desse período à área do Serviço Social, no sentido de priorização das políticas e garantias dos direitos sociais.



Entretanto, em 1990, culminam as transformações societárias alicerçadas na reestruturação produtiva do trabalho e na contra-Reforma do Estado; tem-se a implementação das políticas econômicas de corte teórico neoliberal e a execução de um sistema de proteção social composto por políticas sociais. E assim em 1999, assiste-se a aprovação legal das OSCIPs e promoção das parcerias entre o público e o privado.

O Serviço Social, em meio a esse contexto, vê-se protagonista das formas de enfrentamento da questão social. O autor afirma como indispensável o debate acerca desta retórica, fundamentalmente pelo fato de como o Assistente Social pode desenvolver seu processo de trabalho nas OSCIPs, tendo em vista a garantia e defesa dos direitos como estabelecido pelo projeto ético-político que cerne a profissão de Serviço Social. Ao mesmo tempo, surgem novas propostas de formação – as Diretrizes Curriculares, evidenciando a importância de ocupação de espaços de trabalho de forma qualificada – que propõem uma identidade profissional norteada pelo projeto ético-político do Serviço Social.

A denominação ONGs, Organizações Não-Governamentais, surge em 1992 com a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), centralizando-as no cenário das demandas sociais. Martinelli (2006) relata que o Brasil, neste período, vive o ápice da instauração democrática e de conquistas constitucionais dos direitos civis, políticos e sociais, garantidos na chamada Constituição Cidadã de 1988, porém, paralelamente, torna-se signatário do acordo com os organismos financeiros internacionais.

O Terceiro Setor, com a justificativa de complementação das ações do Estado, utiliza do aparato estatal e reforça as políticas econômicas de cunho neoliberal. De acordo com o autor, as OSCIPs são sinônimos de Terceiro Setor, e complementa que são registros facultativos que definem o papel das organizações, conforme estabelecido no Código Civil (Lei n.º 10.406/ 2002), e as caracterizam como entidades que não visam fins lucrativos e devem ser registradas juridicamente como associações civis ou fundações.

Com as novas possibilidades na atenção das expressões da questão social, como é o caso das entidades qualificadas como OSCIPs, vê-se a necessidade de capacitação e ampliação do quadro de profissionais e dos espaços de inserção de Assistentes Sociais. Assim, o autor chama a atenção para esse ponto de discussão no âmbito do Serviço Social, tendo em vista o projeto ético-político da profissão como orientador desse debate, reforçando permanentemente a articulação política no interior da sociedade civil organizada com a finalidade de defesa dos princípios democráticos. A percepção da conjuntura, do trato da questão social, do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão são indispensáveis para se pensar e discutir o processo de trabalho do Assistente Social. A

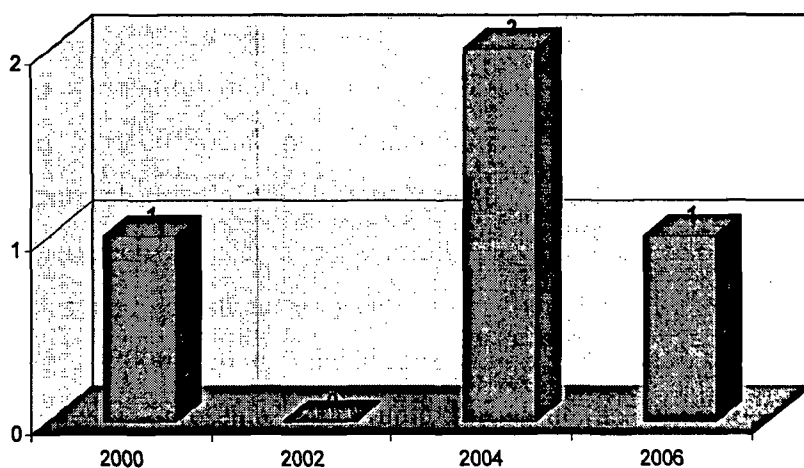
importância do Serviço Social também é valorizada quando o produto ou resultado de seu processo de trabalho é efetivado e demonstrado. Contudo, vive-se uma situação que dificulta a articulação das propostas do Estado via OSCIP, com as questões de universalidade de acesso aos bens e serviços que incrementam as políticas sociais.

### 3.3 EIXO 3: PARCERIAS

*La situación convenio pone en cuestión la propia definición del actor: son organizaciones no gubernamentales y no lucrativas. Sin embargo, participan gestionando políticas sociales gubernamentales y se incluyen en el mercado, generando un nuevo espacio ocupacional. Entendemos que la discusión teórica sobre las características del sector no abordan la complejidad de esta problemática en su totalidad.*

(RIVERO; OBERTI; PACCI, 2004, p. 5)

O tema parcerias constitui mais um eixo de discussão nas abordagens do Terceiro Setor nas pesquisas em Serviço Social, principalmente por se tratar de um termo decorrente desse setor e comumente observado nos discursos tanto de âmbito privado quanto público, permitindo variadas perspectivas acerca do sentido que lhe é conferido. Embora poucas pesquisas tenham se destinado a estudar e discutir a temática em questão, a partir da análise dos Anais dos ENPESS de 2000 a 2006, é indispensável reservar um espaço de discussão para tal terminologia, já que se apresenta como uma forma de ação ou idéia frente à co-responsabilidade assumida pelos três setores (Estado, Mercado e sociedade civil), ganhando forte expansão na atualidade.



**Gráfico 3:** Tema Parcerias nos ENPESSs de 2000 a 2006

Fonte: Anais dos ENPESS dos anos de 2000 a 2006. Elaboração própria.

Conforme demonstrado no Gráfico 3, somente quatro pesquisas abordam explicitamente o termo parcerias ou parceiros em seu título, apesar do tema também ser debatido em outras pesquisas que tratam da temática Terceiro Setor, tendo em vista que agrega valores relativos ao sentido de compartilhar e ações conjuntas principalmente no que se destina ao “bem comum”.

**Quadro 10:** Pesquisas que apresentam em seu título o tema Parcerias no ENPESS de 2002

Título	Autora
1. <i>Parceria: os caminhos da relação entre o poder público estatal e ONGs.</i>	Sâmbara P. F. Ribeiro

Fonte: Anais do ENPESS de 2002. Elaboração própria.

No ENPESS de 2000, a pesquisa que cerceia a discussão da *parceria* foi desenvolvida pela autora Sâmbara Paula Francelino Ribeiro, cujo título é *Parceria: os caminhos da relação entre o poder público estatal e ONGs*. Aborda as alterações na relação entre o Estado e o setor privado de caráter não lucrativo, que implica nas ações do campo das políticas sociais desenvolvidas por ONGs. A pesquisa foi desenvolvida no município de Fortaleza.

Trata-se de um estudo analítico com base em dados qualitativos, enfatizando a busca pela compreensão das ações implementadas por meio das parcerias entre ONGs e poder público no enfrentamento da “questão social”. A investigação se deu através de coleta de dados junto aos representantes do poder público municipal, além do embasamento teórico apreendido a partir de fontes bibliográficas que permitiram a análise das categorias centrais sobre parceria.

Ribeiro, ao analisar a historicidade da esfera pública, constatou que o Estado sempre buscou desencadear mecanismos de consenso social e de representante do “bem comum”, a exemplo das lutas da incorporação de determinada classe trabalhadora na Constituição 1988 e o incentivo de democratização das relações Estado-sociedade civil. Contudo, esse processo somente tinha uma direção, a minimização das desigualdades sociais.

Diante desse contexto, as ONG’s passam a ter maior visibilidade, ganhando formas de lutas sociais, apesar de se apresentarem como policlassistas, incorporando um discurso salvacionista e de bem comum, com iniciativas autônomas e voluntárias. O Estado, por sua vez, promove a regulamentação e fortalecimento do Terceiro Setor, dando origem a uma esfera pública não estatal, reforçando uma relação de parceria entre órgãos governamentais e

organizações não-governamentais em detrimento das instâncias de participação e representação, formuladores de políticas, sobretudo na área da seguridade social.

Sendo assim, expõe Ribeiro, a sociedade civil passa a ser considerada como conjunto de organizações diferenciadas e complementares que evocam a solidariedade como forma de encobrir as contradições e conflitos de classes.

A parceria é assumida e entendida sob a ótica de compromisso, pela qual o Estado e a sociedade civil se responsabilizam no enfrentamento da crise e agravamento da questão social. Para tanto, “as ONGs passam a se constituir como um tipo de mediação adequada à superação da ineficácia do aparelho estatal” (RIBEIRO, p. 204). Segundo Ribeiro, cria-se então um paradoxo, ou seja, “um aumento da demanda por ampliação de políticas compensatórias e ao mesmo tempo a expansão do Terceiro Setor com políticas defensoras da minimização do Estado” (p. 205). A partir da análise da investigação realizada com os dirigentes do poder público, a relação de parceria com as ONGs está voltada na potencialização das ações desenvolvidas nessas organizações, que nada mais são do que ações complementares às da prefeitura na perspectiva de enfrentamento dos problemas sociais.

A grande dificuldade apontada por Ribeiro, em seu estudo, é que a idéia de democratização da relação entre Estado e sociedade civil não coloca em pauta o enfrentamento do modo de reprodução social, e sim, somente a correção dos efeitos ou impactos ocasionados por esta lógica, através de uma suposta partilha para que possa se atingir o “bem comum”. Portanto, ressalta que embora seja fundamental a participação da sociedade civil na elaboração e controle das políticas sociais, a proposta de parceria em relação ao Estado não seria suficiente para garantir os interesses da classe subalterna.

O referencial teórico adotado na pesquisa recorre às perspectivas de autores como José Paulo Netto, Antonio Gramsci, Karel Kosik (1976), Marilda V. Yamamoto (1982 e 1999), Maria Amélia Andery (1988), Raquel Raichelis (1988), Rubem Cesar Fernandes (1994), Ana Elizabete Mota (1995), Celson Daniel (1994), Edmundo Fernandes Dias (1997), Maria da Glória Gohn (1997), Leilah Landim (1998), Elaine Rossetti Behring (1998), Alan Bihr (1999), Ricardo Antunes (1999) e Haroldo Baptista de Abreu (1999).

No ENPESS de 2002, no levantamento realizado nos Anais desse encontro, não foi encontrado em nenhum título de trabalho a explicitação dessa temática. Mas, como já mencionado anteriormente, pode ser que este tema seja abordado em outros estudos acerca do Terceiro Setor, como parte constituinte de sua e/ou compreensão.

Em 2004, nos Anais do IX ENPESS, foram encontradas 2 (duas) pesquisas dirigidas à discussão sobre *Parcerias*, sendo apresentadas nos seguintes eixos temáticos: 1 (uma)

pesquisa no eixo *Articulação entre Formação e Exercício Profissional – Serviço Social, Política Social, Estado e Sociedade*, e 01 (uma) pesquisa no eixo *Serviço Social, Política Social e Sociedade*.

**Quadro 11:** Pesquisas que apresentam em seu título o tema Parcerias no ENPESS de 2004

Título	Autores
1. <i>Assistência social e filantropia: uma análise sobre a relação de parceria entre o poder público e as entidades beneficentes de assistência social.</i>	Rosângela Bujokas de Siqueira e Lucia Cortes da Costa
2. <i>Las nuevas formas de implementación de Políticas Sociales: articulación Sociedad Civil – Estado o desarticulación de las organizaciones sociales?</i>	Silvia Riveiro, Patrícia Oberti e Gabriela Pacci

Fonte: Anais do ENPESS de 2004. Elaboração própria.

A pesquisa de Rosângela Bujokas de Siqueira e Lucia Cortes da Costa traz a análise da relação de parceria entre as esferas pública e privada no município de Ponta Grossa, tentando identificar os papéis do poder público municipal e das entidades beneficentes de assistência social no desenvolvimento de ações na área da política de Assistência Social, no âmbito de um processo que visa o rompimento da visão caritativa dessa política pública.

A análise investigativa está baseada em depoimentos, a partir das consultas das entidades cadastradas no CMAS, além de entrevistas realizadas com 4 entidades beneficentes de assistência social e com 2 (dois) membros do CMAS, cujo objetivo era identificar qual o papel destas entidades sob a ótica de seus atendimentos.

Argumentam que as expressões da questão social até 1930 no Brasil, não eram assumidas como pobreza ou então remetidas à caridade privada. Somente com o advento da industrialização, em que as condições de pobreza passam a ser agravadas, que o Estado se vê obrigado a intervir, com a ajuda da iniciativa privada, nas demandas sociais. Embora que com a Constituição de 1988 e com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, a Assistência Social passe a ser entendida como um direito de cidadania e promoção da inclusão social, a filantropia também passa a ser parte da rede de atendimento assistencial. Portanto, a Assistência Social se torna alvo do desenvolvimento de ações de programas e

projetos em entidades públicas e beneficentes, constituindo uma nova forma de enfrentar a questão social no Brasil diante da Reforma do Estado, resultando na chamada “re-filantropização”.

Assim, de acordo com Siqueira e Costa, as parcerias ganham força, principalmente com a promulgação da Lei nº. 9.790/ 99, crescendo o número de voluntários e ações de caráter filantrópico com a finalidade de ajudar àqueles que necessitam da assistência social. O estabelecimento de parcerias entre o poder público e as entidades filantrópicas visa ampliar a prestação de serviços e, além disso, prevê isenções fiscais, subsídios e convênios.

Para ter acesso aos subsídios públicos, as entidades devem estar inscritas no CMAS, como também há necessidade de ter um projeto ou programa condizente com as diretrizes da LOAS. Porém, as pesquisadoras expressam, mediante análise das entidades assistenciais, que o CMAS é visto como espaço de auxílio, principalmente no sentido de fiscalização no que se refere aos repasses de verbas. Os conselhos paritários e deliberativos constituem instrumentos importantes diante deste processo, como mecanismo de controle social sobre as ações estatais, por isso é imprescindível que haja a participação da sociedade civil nesses espaços.

A parceria aparece como fundamental, principalmente em razão do custeio para o pagamento dos funcionários das instituições, pois sem ela algumas entidades não conseguiriam operacionalizar os atendimentos. Entretanto, quando as entidades são questionadas sobre o papel da Assistência Social, as respostas são diversificadas, indo do “amor ao próximo” e da solidariedade à política pública.

Contudo, Siqueira e Costa expõem que são muitos os desafios a serem superados pela área da Assistência Social, até mesmo pelo entendimento e interpretações variadas que a cerne, por isso cabe ao CMAS a fiscalização das entidades de assistência social para que se tenha o uso adequado dos recursos públicos e atendimentos de qualidade e de visibilidade pública. E, considerando a dinamicidade do tema, a pesquisa não tem por intenção esgotar a discussão sobre essa temática.

Constam na referência da pesquisa, autores importantes para a reflexão sobre Parcerias e Assistência Social como: André A. Brandão (1991), Maria Amélia Cohn (1998), Carlos Montañó (1999), Aldaíza Sposati (2001), Luciana Tatagiba (2002), Maria Carmelita Yasbek (2001), além de referirem-se à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Emenda Constitucional nº. 35 de 2001) e à LOAS (Lei nº. 8742/ 93).

A segunda pesquisa que aborda a relação de parceria foi desenvolvida por Silvia Rivero, Patricia Oberti, e Gabriela Pacci, expondo os problemas enfrentados pela sociedade civil frente às novas formas de implementação das Políticas Sociais. Direcionam a discussão

em torno da desarticulação das organizações sociais que podem ser desencadeadas por estas formas impostas pelo modelo neoliberal.

Os autores iniciam sua discussão acerca das novas formas ou alternativas de proteção social. Perpassa por suas análises a transferência das funções do Estado ao chamado Terceiro Setor, constituído por um conjunto de instituições sociais diversificadas. Apresentam-se como interlocutores da esfera pública e promotores da participação de novos atores na definição e controle das políticas sociais, logo, disseminam a Responsabilidade Social da sociedade civil.

A organização da sociedade civil também é outra questão abordada pelos autores, principalmente pela parceria estabelecida em demasia com o Estado para o desenvolvimento de serviços sociais, asseguradas pelo aparato jurídico. Contudo, indagam que as organizações sociais apresentam uma estrutura diversificada com funções heterogêneas e sem fins lucrativos.

Entretanto, os autores evidenciam que a parceria estabelecida entre Estado e sociedade civil corre o risco de transformar as políticas públicas em ações compensatórias e paliativas. Por isso, apontam algumas dificuldades ou problemas das parcerias entre o Estado e a sociedade civil na implantação das políticas sociais, como os recursos públicos, as características e identidades da organização sociais, as lógicas de funcionamento, a promoção e prevenção de espaços de decisão política e o compromisso e participação voluntária.

O referencial teórico do estudo se baseia nos autores R. Fernández (1994), Luis Murias (1997), Carlos A. Morales (1998), Juan C. Navarro (1998) e Carmem Midaglia (2000), auxiliando na compreensão da relação de parceria entre os setores, Estado e sociedade civil na co-responsabilidade no atendimento das situações de pobreza e de exclusão social.

Nos Anais do ENPESS de 2006, apenas uma pesquisa traz em seu título e em seu corpo textual a análise a respeito do tema Parceria.

**Quadro 12:** Pesquisas que apresentam em seu título o tema Parcerias no ENPESS de 2006

<b>Título</b>	<b>Autor</b>
1. <i>Estado e Sociedade civil: crítica as parcerias na assistência social.</i>	Marcelo Sitcovsky Santos Pereira.

Fonte: Anais do ENPESS de 2006. Elaboração própria.

A pesquisa, *Estado e Sociedade civil: crítica as parcerias na assistência social*, desenvolvida por Marcelo Sitcovsky Santos Pereira, apresentada no eixo temático 4 – *Política*

*Social* (Sub-eixo 4.2 - *Seguridade Social e Políticas Sociais Setoriais*), discute as implicações da participação das OSCIPs na execução de programas de assistência social. Destaca a expansão das relações de parcerias entre os governos municipais e as organizações da sociedade civil no município do Recife, compreendendo uma nova tendência de ações de assistência social no Brasil.

A compreensão de parceria adotada no desenvolvimento do trabalho diz respeito às iniciativas das classes dominantes na construção de sua hegemonia e refuncionalização da relação entre o Estado e sociedade civil. Observou-se que tanto na literatura como nos discursos oficiais, as parcerias são defendidas e reforçadas como sendo uma medida eficaz na viabilização de programas de assistência social. Portanto, com uma clara ideologia política quanto ao sentido de parceria, principalmente pelo fato de ser uma expressão nova para designar a relação entre o Estado e a sociedade civil.

Pereira expõe que a parceria quando analisada mais profundamente é percebida como um mecanismo de subordinação e despolitização das organizações da sociedade com o propósito de legitimar outro modo de intervenção do Estado, marcado pelas configurações do capitalismo e mediado por ideologias e práticas de cunho neoliberal e privatizantes.

Nesse sentido, a parceria refuncionaliza a relação entre Estado e sociedade civil de acordo com os interesses do projeto hegemônico, que leva o Estado a uma aparente restrição e a ampliação da sociedade civil. Pereira argumenta que a expressão parceria não pode ser assumida como participação complementar, pois estaríamos cancelando a sociedade de classes e embaraçando o conceito de sociedade civil.

Atualmente, as tendências norteadoras da política de assistência social se concentram nos programas de combate à pobreza. As parcerias propagam a idéia de co-responsabilidade, que, no entanto, constitui o deslocamento do papel social do Estado a organizações da sociedade civil. Essa dinâmica se justifica pela idéia de que o Estado é ineficiente e a sociedade civil é mais capacitada. É nesta perspectiva que a concepção de descentralização ganha visibilidade, principalmente com a expansão da idéia de público não estatal e de Terceiro Setor.

Pereira conclui, com sua pesquisa, que a questão dos parceiros do Estado é de suma importância para a compreensão da funcionalização estatal na reprodução social. A conciliação entre as classes e a busca do “bem comum” dilui as lutas de classes e reforça a subalternidade, sobretudo da classe trabalhadora. Logo, a parceria cumpre um papel decisivo na estratégia de passivização das classes subalternas e garantia da reprodução da ordem burguesa.



O autor toma como referência teórica autores como Asa Laurell (1997), Nobuko Kameyama (2001), Antonio Gramsci (2001), Marina Maciel Abreu (2001), Edmundo F. Dias (2004) e Laura Tavares Soares (2005).

### 3.4 EIXO 4: RESPONSABILIDADE SOCIAL

*Predomina no discurso empresarial, inserido nos debates sobre redução dos investimentos nas políticas sociais e o agravamento da exclusão social, a preocupação em garantir maior legitimidade junto à sociedade e de legitimar seus valores e propostas econômicas e políticas, inserindo-se, por um lado de sua responsabilidade com relação aos determinantes dos problemas e, por outro, assumindo sua “cota” de responsabilidade na solução dos mesmos.*

(CÉSAR, 2002, p. 08)

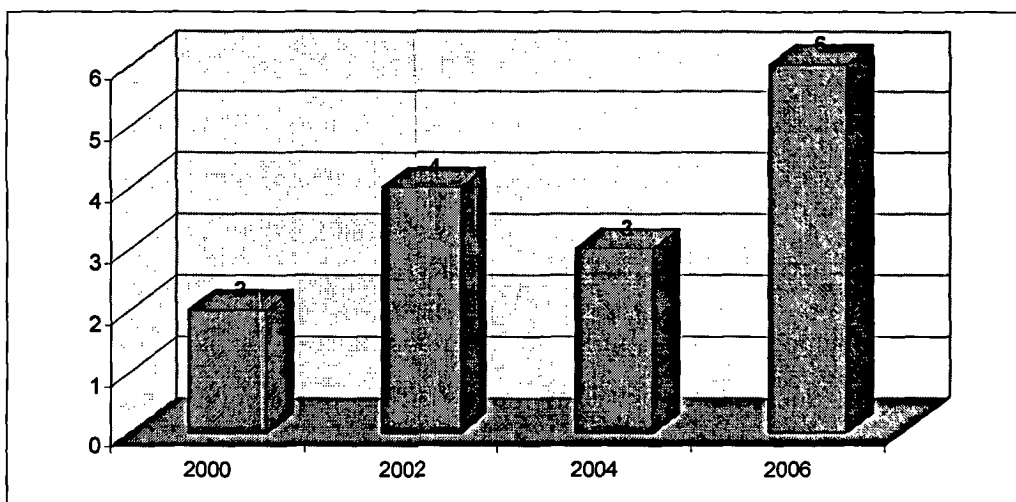
As pesquisas que trazem o debate sobre o tema Responsabilidade Social se apresentam nas mais variadas intitulações. Encontram-se nos títulos derivações como Filantropia Empresarial, políticas sociais empresariais, redes de sociabilidade privada e, no sentido que o constitui, Responsabilidade Social Empresarial. Sempre referentes a uma interpretação analítica crítica sobre as ações de refilantropização no âmbito dos processos produtivos. Algumas pesquisas abordam que essa vertente do Terceiro Setor muitas vezes é utilizada como *marketing* social, cujas empresas se apresentam como cidadãs, manifestando como uma política social privada.

O debate sobre a Responsabilidade Social se faz tanto pelo valor social agregado à empresa quanto como essa prática se manifesta externa e internamente ao espaço privado. A Responsabilidade Social das Empresas, no que condiz a sua manifestação externa, refere-se ao desenvolvimento de programas e projetos que são financiados pelas “empresas cidadãs”, tornando-se parceiras do Estado ao oferecer serviços sociais complementares em isenção de impostos fiscais e tributários.

Entretanto, a Responsabilidade Social interna à empresa se manifesta através do “voluntário empresarial”, ou seja, os funcionários exercem as atividades e ações sociais nos programas e projetos financiados pelas empresas, passam a representá-la no desenvolvimento dessas ações, sem abdicar das suas horas de trabalho e sem bonificação pelas horas a mais que exercem na atividade “voluntária”. Dessa maneira, as pesquisas evidenciam as condições que são postas aos funcionários em seus locais de trabalho frente à reestruturação produtiva e fragmentação do trabalho.

O eixo temático Responsabilidade Social foi uma das derivações que se abstrai da discussão acerca do tema Terceiro Setor, constatado na análise das pesquisas apresentadas no ENPESS entre os anos 2000 e 2006.

A partir da análise dos Anais dos ENPESS, nos anos correspondentes a esta pesquisa, o termo Responsabilidade Social aparece nos títulos ou no contexto da discussão das pesquisas, conforme evidencia o Gráfico 1, em 15 artigos examinados, em todos os eixos de discussão organizados pela diretoria da ABEPSS, para melhor sistematização e apresentação da temática central do texto/estudo.



**Gráfico 4:** Quantidade de pesquisas com o tema Responsabilidade Social nos ENPESSs de 2000 a 2006

Fonte: Anais dos ENPESS dos anos de 2000 a 2006. Elaboração própria.

A partir da meta-análise realizada com os trabalhos científicos, pode-se identificar que, no ano 2000, foram produzidas duas pesquisas cuja abordagem se norteou no exame de reconhecimento da configuração que a filantropia apresenta a partir das ações sociais desenvolvidas por empresas diversas.

**Quadro 13:** Pesquisas que apresentam em seu título o tema Responsabilidade Social no ENPESS de 2000

Título	Autoras
1. <i>Terceiro Setor e Políticas Sociais Empresariais.</i>	Nobuco Kameyama
2. <i>Filantropia empresarial: uma alternativa não alterativa.</i>	Diana R. da Silva

Fonte: Anais do ENPESS de 2000. Elaboração própria.

Os dois estudos desenvolvidos, respectivamente por Nobuco Kameyama e Diana Rodrigues da Silva (2000), apresentam uma interpretação analítica e histórico-crítica como tentativa de compreender o enquadramento dessas novas ações filantrópicas ou refilantropização no âmbito do processo produtivo e estimular uma atitude reflexiva diante da expansão das políticas sociais privadas. Portanto, ambas as pesquisas demonstram uma complementação no trato da temática Responsabilidade Social como uma das vertentes do Terceiro Setor.

Nobuco Kameyama traz como título de seu trabalho: *Terceiro Setor e Políticas Sociais Empresariais*, discutindo as mudanças que vêm ocorrendo nas políticas sociais diante da privatização do Estado, do repasse das ações de sua responsabilidade para às instituições sociais, entidades filantrópicas, entidades de direitos civis, movimentos sociais, órgãos autônomos de administração descentralizadas, fundações e instituições sociais, que constituem o chamado Terceiro Setor. Posteriormente, a referida autora, numa forma de compreender o papel desse setor, analisou entre os interlocutores (políticos, intelectuais, meios de comunicação) as interpretações que dão a esse fenômeno, verificando a existência de pontos de vista diferentes e contraditórios. Três abordagens são definidas, embora ainda possam subsistir outras: Estado X Mercado, Terceiro Setor = ONGs, e Público X Privado.

Kameyama utiliza como referencial teórico conhecimentos de autores como Jeremy Rifkin (1995), Rubem César Fernandes (1994 e 1997), Marcos Kisil (1996 e 1997), G. J. Rafael (1997) e R. Cardoso (1997) para descrever essa relação e caracterizar, sob distintas formas, as novas formas de fazer na área social. Para analisar as ações empresarias, a autora utiliza a fundamentação de P. Dulany (1997), R. M. Fischer (1999), M. I. Barreto (1999), R.C. Bernardes (1997), Neto & Froes (1999) e R. M. Sucupira (1999). Já autores como R. Castel (1995) e L. Landin (1998) são utilizados para fazer alusão quanto as metamorfoses sofridas pela “questão social” nas sociedades contemporâneas face a lógica de mercado, contestando

que o surgimento dessas organizações públicas, porém não-estatais, não passam de uma reconfiguração das ações empresariais, diluindo a participação, a mobilização da comunidade e das entidades representativas e a universalização dos direitos sociais.

Alicerçada a essas bases teóricas, Kameyama sinaliza que a proposta neoliberal para a área social representa um processo de privatização das políticas sociais à medida que transfere suas atribuições às instituições da sociedade civil, delegando a responsabilidade de solucionar os impactos e seqüelas da “questão social”. Contudo, o Estado acaba estimulando a participação das empresas por meio dos incentivos fiscais, constituindo, portanto, uma condição vantajosa em complemento a outras estratégias empresariais que torna o “social” um elemento atrativo ao mercado e reforça a sua “boa imagem”. Conclui, com esse quadro, que muitas empresas não tratam de forma adequada seus programas e projetos de âmbito social, revelando que essas ações divergem das ações empresarias, utilizando-as com o marketing em benefício da organização e não para a comunidade onde atuam.

A pesquisa apresentada pela acadêmica e bolsista de Iniciação Científica do CNPq Diana Rodrigues da Silva, acaba por complementar os estudos de Kameyama ao analisar numa perspectiva crítica as ações desenvolvidas pelas empresas. Utilizando a mesma linha argumentativa de Kameyama, na tentativa de configurar a filantropia empresarial, expressa que os programas e projetos mantidos por essas corporações privadas assumem diversas frentes de atuação, caracterizadas pela benevolência e filantropia, articulando-se ao processo produtivo na tentativa de alcançar um retorno ao exercer a Responsabilidade Social.

Silva (2000) inicia seu artigo discutindo as transformações ocorridas no Brasil no que diz respeito à organização do trabalho e mudanças no perfil do Estado, marcadas pela redução das possibilidades de financiamento dos serviços públicos e pelo enxugamento dos gastos sociais, o que abre caminho para a entrada e expansão da filantropia empresarial, resultando em políticas públicas focalizadas, descentralizadas e privatizadas de caráter residual ou assistencial. Ressalta que a perpetuação e reprodução da pobreza se intensificam na sociedade brasileira à medida que ações paliativas vêm sendo desenvolvidas sem que se tenha o enfrentamento da relação capital X trabalho. Analisa o contexto histórico e social que despontam as organizações da sociedade civil e dentre outras várias instituições que passam a ser mantidas por corporações privadas sob o argumento de estabelecer parcerias. A autora ainda analisa a relação solidariedade/caridade na visão durkheimiana, tratando-se de uma atividade inerente ao homem e associada tanto à bondade como também a interesses múltiplos, logo podendo ser assumido e inserido tanto no discurso de cunho religioso quanto

nos discursos empresariais. Surgem assim, possíveis respostas para o enfrentamento da “questão social” transvestidas de solidarismo e humanismo.

Segundo os estudos de Silva, o Terceiro Setor se apresenta como alternativa na relação entre o Estado e o mercado, distinguindo destes por não ser estatal ou governamental e por não visar o lucro, ou seja, o lucro não se apresenta como razão para o desenvolvimento de ações no campo social. Entretanto, o Terceiro Setor ultrapassa os limites do Estado, vivenciando uma dupla situação, ou seja, embora não seja governamental, esse setor acaba por cumprir funções semelhantes as do Estado, sendo assim, aproximando-se das instituições estatais, mesmo com iniciativa privada. Sintetiza que as empresas ao investirem no social não somente aumentam sua lucratividade, como usufruem das vantagens oferecidas pelo Estado e adquirem uma boa imagem institucional, mesmo financiando e prestando serviços, considerados e de conhecimento por parte do empresariado, incipientes, fragmentados, descontínuos, residuais e assistencialistas, portanto não constituindo uma alternativa alterativa.

Silva utilizava como referencial teórico Nobuco Kameyama (1994), Aldáisa Sposati (1989), Marilda Iamamoto (1998) para enfatizar o momento de aparecimento do Terceiro Setor, principalmente as organizações mantidas por empresas. Ressalta as tendências recorrentes dessa “privatização” e “publicização dos serviços sociais”. Para fundamentar a discussão sobre solidariedade e sua associação com a “nova questão social”, toma como referência Rosanvallon (1981). Para teorizar a respeito da ampla gama de instituições sem fins lucrativos que se encontra situada entre o Estado e o Mercado, cita Bernardo Kliksberg (1998), Rubem César Fernandes (1994), Elizabete de Melo Rico (1998), L. Coutinho (1992) e Leilah Landim (1993). E para configurar essa situação no contexto social e histórico diante das propostas neoliberais, da Reforma do Estado, das metamorfoses no mundo do trabalho e a condição posta à sociedade civil em razão desse quadro, utiliza como referência Harry Braverman (1981), Norberto Bobbio (1982), E. Mendel (1982), M. Neto (1989), P. Vizentini (1992), David Harvey (1993), M. P. Leite (1994), Ricardo Antunes (1995), Perry Anderson (1995), J. Mattoso (1995), J. Humphrey (1996), Otávio Ianni (1996) e Ruy Braga (1996).

Conforme demonstrado nessa análise do ENPESS de 2000, a bibliografia se equipara nas duas pesquisas apresentadas, cuja abordagem se baseia na tradição marxista. Tanto Kameyama como Silva, fazem uso de uma metodologia de análise bibliográfica e documental sobre a temática central Terceiro Setor e Responsabilidade Social/ Filantropia Empresarial.

No VIII ENPESS, realizado no ano 2002, o tema Responsabilidade Social ou derivações do termo aparece em 04 pesquisas entre os temários organizados pela direção do

evento. Deixa de ser discutido apenas em um eixo para instituir-se em outros âmbitos, com aprofundamento crítico sobre as demandas sociais presentes na contemporaneidade postas ao Serviço Social. Essa discussão mais ampliada tem devido merecimento, pois se trata de um termo cujo alcance e efetividade ultrapassa as políticas sociais de assistência, trazendo à “luz do debate” os variados campos ou áreas as quais o Terceiro Setor e, fundamentalmente, o objeto de discussão dessa análise, Responsabilidade Social ou Filantropia Empresarial, estão intrinsecamente associados.

Duas pesquisas fazem parte deste núcleo temático: *Estado, Democracia e Controle Social*; e 02 (duas) pesquisas localizadas no núcleo temático: *Iniciação Científica*. As pesquisas refletem a importância da ampliação do conhecimento de análise crítica quanto ao papel das práticas empresariais e de sua posição no contexto do Terceiro Setor. Destaca-se a importância de produção científica na compreensão do objeto próprio da profissão de Serviço Social: a “questão social” e de seu trato em meio propostas reducionistas na área social. Os estudos contribuem para o enriquecimento do acervo de pesquisas desenvolvidas sobre o tema.

**Quadro 14:** Pesquisas que apresentam em seu título o tema Responsabilidade Social no ENPESS de 2002

Título	Autor (a)
1. <i>Responsabilidade Social Empresarial e os desafios e possibilidades de atuação do Serviço Social nesta área: caminhos globais e realidade local – um estudo de caso.</i>	Edson M. Oliveira
2. <i>Responsabilidade Social: o novo ethos do discurso empresarial.</i>	Mônica de Jesus César
3. <i>Empresariado e questão social: uma análise dos discursos do empresariado brasileiro sobre a “Responsabilidade Social”.</i>	Aline Oliveira Santos
4. <i>Filantropia empresarial: uma nova modalidade de controle social?</i>	Núbia Maria Dias da Cunha

Fonte: Anais do ENPESS de 2002. Elaboração própria.

Na pesquisa desenvolvida por Edson Marques de Oliveira, o autor discute a relação conceitual global da Responsabilidade Social Empresarial e a realidade local, expondo o quanto o Assistente Social pode contribuir neste processo, tanto no sentido conceitual como no debate acerca da prática dos empresários e de toda comunidade, ressaltando a consultoria para o direcionamento mais crítico e efetivo na construção das ações propostas pelas empresas/ empresários.

Oliveira se reporta à importância e necessidade do aprofundamento teórico e político para não haver o escamoteamento dos conflitos e interesses que estão em jogo, complementando que esse processo é ainda um desafio, porém de incontestável discussão diante do projeto ético-político profissional do Serviço Social. De acordo com a análise efetuada pelo autor, a bibliografia atual e disponível demonstra uma ampla divulgação do conceito e da prática de Responsabilidade Social Empresarial, porém com pouco aprofundamento teórico.

A linha de estudo empregada por Oliveira buscou captar os fatores que levaram as empresas aderirem à Responsabilidade Social Empresarial, e como seu conceito está em construção, associando seus resultados com bibliografias que discutem as idéias de Responsabilidade Social.

Sinaliza em seu estudo, a existência do Certificado de Qualidade Social Empresarial, semelhante ao ISO 9000, entretanto, na versão destinada ao campo social, cuja denominação é AS 8000 – Social Accountability 8000, desenvolvida pela Social Accountability Internacional (SAI), e sintetiza que essas ações assumidas pelas empresas não passam de prestação de contas de seu desempenho, utilizando dos recursos que originalmente não lhes pertencem, agregando valores sociais às ações sociais como diferenciador competitivo. Afirma que a construção do conceito de Responsabilidade Social Empresarial é algo distante de ser concluído ou pelo menos determinado, tratando-se de uma construção sempre em desenvolvimento, já que o termo tem diferentes significados e nem sempre são entendidos da mesma maneira pelas pessoas. Por isso, acaba sendo assumida vez sob a idéia de obrigação legal, vez por contribuição generosa, caridosa. Por tanto, a conceituação ainda carece de mais detalhamento de fundamentação para que as ações não caiam no erro da filantropia ou oportunismo mercadológico, destacado pelo autor como “pilantrópia”.

Conclui, com sua pesquisa, que é fundamental ampliar o entendimento do papel social das empresas para que seja possível obter uma mudança na cultura empresarial no aspecto de contribuição, fazendo com que as ações e recursos sejam realizados de forma adequada no atendimento das necessidades e não baseado no atendimento de maneira isolada pelas

entidades. Expressa também, que essas ações precisam ser além de boas intenções e assumir um caráter profissionalizante e não amadoras e paternalistas; defende a necessidade de superação de dependência e da criação de espaços e processos de autonomia para os cidadãos e não apenas aos necessitados. Cabe aos Assistentes Sociais, segundo o autor, o conhecimento das demandas globais, a realidade local e o aprimoramento dos processos políticos, requerendo cautela e cuidados ao se tratar de ações de Responsabilidade Social Empresarial.

A pesquisa realizada por Oliveira é um estudo exploratório de caráter qualitativo, tendo como contexto sócio-político a cidade de Toledo/PR.

Utiliza como bibliografia: Vicente de Paula Faleiros (1997), Marilda V. Yamamoto (2000) e Rose Serra (2000) para situar o Serviço Social em meio a esse processo de constituição e legitimação da Responsabilidade Social em termos globais e locais; Andes Pablo Falconer (2001), Paulo Rogério dos Santos (2000), Francisco Paulo de Melo Neto e César Froes (1999) e Maria Célia Paoli (2002) para situar o tema Responsabilidade Social no âmbito Nacional; e Antônio Carlos Gil (1995) e Elizabete M. Marchesia Pádua (1997) para sistematizar a metodologia de sua pesquisa.

A segunda pesquisa analisada nos anais do VIII ENPESS, que constitui o eixo de análise desse presente trabalho, foi desenvolvida por Mônica de Jesus César e traz à discussão os novos contornos de gestão expressos nas políticas de recursos humanos que colocam os trabalhadores diante de novas exigências de qualidade e produtividade. Em meio a esse contexto, discute a empregabilidade, a qualidade de vida e amplia a idéia de Responsabilidade Social Empresarial articulada a uma intervenção não-estatal no campo social, consolidando efetivamente a idéia de solidariedade e a figura comunitarista da empresa-cidadã. Destaca que esse conjunto de mudanças implica também em alterações na prática profissional dos Assistentes Sociais, levando-os ao redirecionamento da sua qualificação técnica na perspectiva das exigências postas pelo mercado de trabalho.

Na argumentação travada por César em seu estudo, ele expõe que, sob o espectro da crise do capitalismo, recriam-se estratégias para o estabelecimento de consensos de uma nova racionalidade, de socialização de valores, de informações e de visões de mundo, que por sua vez propiciam a cooperação dos trabalhadores com a justificativa de que a crise atinge a todos sem distinção. Estabelece-se assim a idéia de que a sobrevivência do trabalhador depende da sobrevivência da empresa, portanto estabelece uma nova cultura do comando. Diante dessa situação, discorre sobre a nova cultura corporativa que associa a intervenção social à lógica de mercado, ou seja, as empresas passam a se basear nos movimentos de natureza policlassista,



amparadas na ideologia da solidariedade com um discurso salvacionista, propondo uma nova consciência de cidadania.

César ressalta que há uma “revalorização das atividades filantrópicas, do enaltecimento da competência do privado em detrimento do estatal, do voluntariado social e do apoliticismo”, tudo isso se desencadeia em meio a um contexto internacional que compõe o mecanismo de legitimação da nova ordem mundial. As empresas buscam difundir, através da Responsabilidade Social corporativa, a idéia da compatibilidade entre investimentos sociais e lucratividade, utilizando desse recurso para o fortalecimento de sua imagem institucional frente ao mercado consumidor/ público.

Logo, forma e dissemina-se um novo conformismo social que incorpora as ordens da burguesia brasileira às necessidades sociais dos trabalhadores, à mercantilização e à abertura de mercados privados de serviços sociais.

A autora constata a escassa literatura crítica sobre o tema e as diversas definições conceituais. Sendo que uma das perspectivas mais usuais entre empresariado é de que a Responsabilidade Social se constitui numa estratégia de integração social, promotora da cidadania individual e coletiva.

César conclui que ao tentar definir Responsabilidade Social corporativa, as empresas tentam desvincular a sua associação com as estratégias de *marketing* institucional, porém quando apontam as vantagens dessas ações evidenciam a sua agregação à imagem e à marca da empresa. Portanto, o exercício da Responsabilidade Social se mostra orientado à melhoria da imagem empresarial, empresa-cidadã, empresa responsável, que não só aumenta consumidores, mas, conseqüentemente, o seu potencial de venda, gerando lucratividade aos seus acionistas. É justamente por meio da transferência dos valores que se sedimenta o *ethos* da Responsabilidade Social corporativa, como alternativa para os “males sociais”, estimulando a solidariedade nas relações que são regidas pelas leis capitalistas de mercado.

É frente a essas condições que a autora afirma que esse novo *ethos* do discurso corporativo tem por intenção recriar formas de organização do consenso e da adesão, compondo uma nova racionalidade econômica e política resultante do processo de reestruturação produtiva, do neoliberalismo e das parcerias entre Estado, Mercado e sociedade no rearranjo das políticas sociais.

A metodologia usada por César é caracterizada como um estudo exploratório acerca do discurso empresarial sobre Responsabilidade Social Corporativa, com coleta de dados por meio de questionários aplicados em 88 empresas, escolhidas aleatoriamente, que publicam o balanço social. Na referência bibliográfica constam os seguintes autores: Denise B. M.

Andrade (2000) para situar a ação de Responsabilidade Social como demanda para o Serviço Social; Ruy Braga (1997), Ana Lúcia Gomes (1999), Ana Elizabete Mota (1995), Francisco Paulo de M. Neto e Froes César (1996 e 2001), Elizabeth de Melo Rico (1998) e Patrícia Ashley (2001) para analisar o contexto histórico e social em que se instauram as ações empresariais para o enfrentamento da “questão social”; e se utiliza da teoria de Edmundo Fernandes Dias (1996) e Rute Gusmão para discutir a ideologia da solidariedade adotada pelos empresariados, com as análises baseadas na teoria de Gramsci.

Aline Oliveira Santos é a autora da terceira pesquisa examinada. A autora inicia sua linha argumentativa expondo os dilemas sociais contemporâneos e o engajamento empresarial na implementação das políticas sociais no Brasil, como forma de enfrentamento dos problemas sociais, em especial à pobreza, contudo, impedindo a concretização, de fato, dessas políticas ou, então, reformando-as em conformidade aos seus interesses.

Santos traça uma linha histórica para contextualizar a inserção do empresariado na implementação da legislação social, na criação de programas sociais e instituições de auxílio ao trabalhador urbano, colocando em destaque a construção dos discursos “paternalistas e benevolentes” como justificativas e afirmações para legitimar essas ações.

A pesquisa de Santos discute as denominadas “inovações” propostas pelas empresas no enfrentamento e solução para a “questão social”, e as características do novo ou atual discurso de Responsabilidade Social adotado pelo empresariado comparado ao discurso tradicional.

Analisando os discursos contemporâneos acerca do tema Responsabilidade Social, Santos assinala que podem ser entendidos como respeito aos valores éticos, às pessoas, à comunidade e ao meio ambiente, contudo aparecem também como soluções estratégicas para a crise econômica, política, social e cultural. Muitos deles salientam os problemas de ordem social e moral, pelo qual cada indivíduo tem responsabilidade para com a sociedade, mas expressa ao mesmo tempo essa ambigüidade: as desigualdades fatalmente aumentarão em razão da profunda desagregação econômica, devendo-se buscar novas formas de intervenção para o enfrentamento dessa crise. Os empresários sugerem a necessidade da relação entre o setor produtivo e os consumidores, pois assim haveria maior lucratividade e, ao mesmo tempo, ajudaria na redução das taxas de desemprego. Propõe um “grande pacto nacional” em que as empresas, sociedade civil e indivíduos pudessem atuar em conjunto para superar os problemas sociais, os dilemas nacionais, como a fome, a violência, o desemprego: caminho para o desenvolvimento.

Santos finaliza, em suas considerações, que embora os empresários reconheçam a gravidade da crise nacional, não se reconhecem inseridos como mediadores dessa crise, logo, propõem ações sem que especifiquem ou definam seus papéis nesse processo. Enfatiza que a pobreza e a desigualdade no Brasil sempre se constituíram fatores importantes para a elite empresarial, por conseguinte, sua interferência nas políticas sociais foi e é imprescindível para a manutenção e legitimação do processo neoliberal.

O estudo de Santos consiste numa pesquisa documental e bibliográfica. Analisa as publicações do jornal Folha de São Paulo” de 1994 a 1998, com o objetivo de situar o tema da pesquisa na sua dimensão temporal, inscrevendo-o nos marcos gerais do debate sobre proteção social e “questão social”.

O tipo de pesquisa adotada por Santos se caracterizou como documental de cunho exploratório, cujo recorte de tempo estabelecido tem por objetivo examinar a questão central da pesquisa, localizando-a em sua dimensão mais contemporânea. Foram analisados 153 artigos, os quais foram agrupados por categorias e submetidos à análise.

A quarta e última pesquisa examinada em 2002 foi desenvolvida por Núbia Maria Dias da Cunha, cuja abordagem se centra na Filantropia Empresarial e tem como objetivo possibilitar o seu aprofundamento, principalmente por parte do Serviço Social, a fim de repensar o redirecionamento da prática profissional diante da “re-filantropização” da questão social na atualidade.

Como em pesquisas anteriores, a autora retrata as conseqüências da Reforma do Estado, que incentiva a participação cooperativa e solidária da sociedade no enfrentamento da “questão social”, confirmando a transferência das responsabilidades estatais para a sociedade.

O termo Filantropia Empresarial compõe o campo do “Terceiro Setor”, mostrando-se como estratégia, sobretudo de controle social e privatização dos serviços públicos, encobrendo as contradições e lutas da classe trabalhadora. Para a autora, a Filantropia Empresarial surge no Brasil como derivação do processo produtivo e articulada às demandas capitalistas constituídas como novas ações sociais, cujo desenvolvimento de programas e projetos são financiados a partir dos lucros resultante do *marketing* social adotado pela empresa. Estabelece parcerias com o Estado através da isenção fiscal e tributária, assumindo suas ações ou mantendo-as, porém em âmbito privado. Expõe também a respeito do trabalho voluntariado empresarial, apontando como um tipo de mecanismo de controle e redução dos custos com os programas e projetos desenvolvidos pelas empresas. Constata que o “voluntariado empresarial” é o termo utilizado para caracterizar os funcionários que realizam um conjunto de atividades sem remuneração em comunidades onde as empresas desenvolvem

seus projetos de cunho social, motivados pela ideologia de solidariedade. Esta é assumida pela empresa e disseminada aos funcionários, que acabam incorporando a prática voluntária por imposição empresarial sob pena da perda de seu posto de trabalho. Nessa perspectiva, Cunha afirma que esses processos não deixam de ser uma redução de custos para o desenvolvimento dos programas e projetos desenvolvidos e/ou financiados pelas empresas, pois assim, não há a necessidade de contratação de outros profissionais para exercerem a atividade “voluntária”. Portanto, investem em seu próprio quadro de funcionários, como é o caso da capacitação, para modelá-los numa multifuncionalidade ao encontro dos interesses da empresa. Conclui que o voluntariado empresarial é um novo modelo de intensificação da mão-de-obra dos empregados.

Cunha aponta que os programas e projetos sociais assumidos pelas empresas preservam o caráter residual e assistencialista no atendimento das demandas sociais, e não como se apresentam nos discursos empresariais, isto é, “melhoria da qualidade de vida”. Melhoria para quem?

A metodologia de pesquisa adotada por Núbia Maria Dias da Cunha se caracteriza como bibliográfica, análise de recortes de notícias vinculadas na Internet, e de campo, com entrevista aplicada às empresas de São Luís/MA. Nesse caso, na bibliografia da pesquisa constam autores como Marilda V. Iamamoto (1998), Josefa Batista Lopes (1999), Nobuco Kameyama (2000) e Marina Maciel Abreu (2001), utilizados para fundamentar a importância do Serviço Social nesse debate, ou seja, imperativo para repensar a prática profissional nesse campo e as outras formas de ações que os trabalhadores das empresas são submetidos; Ana Lígia Gomes (1998), Ana Elizabeth Mota (1998), Elizabeth de Melo Rico (1998), Diana Rodrigues da Silva (1999) e Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) (1999) foram usados na tentativa de conceituar e situar o Terceiro Setor e a Responsabilidade Social, discutindo a nova regulamentação da filantropia, das formas de enfrentar a “questão social” propostas e assumidas pelas empresas. Contextualizando histórico-socialmente diante à reestruturação produtiva/ capital e da conseqüente fragmentação do trabalho.

No IX ENPESS realizado em 2004, foram encontradas três pesquisas que trazem o termo Responsabilidade Social em seu título. As pesquisas estão situadas nos eixos na seguinte disposição: 02 (duas) pesquisas no eixo I – *Formação Profissional – Serviço Social Trabalho e Reprodução Social* e 01 (uma) pesquisa no eixo II – *Articulação entre Formação e Exercício Profissional (Serviço Social, Política Social, Estado e Sociedade)*.

**Quadro 15:** Pesquisas que apresentam em seu título o tema Responsabilidade Social no ENPESS de 2004

<b>Título</b>	<b>Autores</b>
1. <i>Responsabilidade Social Empresarial: práticas e auto-representações.</i>	João Bosco Hora Góis, Aline Oliveira Santos e Isis Santos Costa
2. <i>Responsabilidade Social: uma abordagem em empresas de Maceió.</i>	Aline de Almeida Araújo; Fernanda Karla Eleutério dos Santos; Flávia Kelly Silva Mendes dos Santos e Thaís Mendes Cavalcanti
3. <i>Trabalho Alienado e Responsabilidade Social.</i>	Maria Virgínia Borges Amaral

Fonte: Anais do ENPESS de 2004. Elaboração própria.

A primeira pesquisa, realizada por João Bosco Hora Góis, Aline Oliveira Santos e Isis Santos Costa, tem como tema central a atuação do empresariado no enfrentamento da “questão social”, examinando o complexo contexto político-econômico e sócio-cultural no Brasil dos anos 90, justamente no período de expansão da chamada Responsabilidade Social Empresarial.

Os autores contextualizam historicamente o que seriam as primeiras representações de ações de Responsabilidade Social Empresarial, assumidas de forma reativa como uma atitude de negociação pela pressão exercida pelos trabalhadores aos empresariados nas primeiras décadas do século XX. Acreditava-se, naquele período, que era mais produtivo para a empresa se houvesse uma melhoria nas condições de vida dos operários, desencadeando um retorno positivo à organização empresarial. Portanto, surgiram as primeiras creches, escolas, casas e dentre outros auxílios aos empregados, além da implantação de políticas de “concessão de bonificação”, cuja intenção era incentivar o desempenho na realização das tarefas e proporcionar o sentido de pertencimento de funcionário padrão da empresa. Para tanto, os autores citam o exemplo do industrial Jorge Street, no período inicial do século XX, para melhor exprimir como essas ações, tidas como inovadoras para o período, podem ser consideradas representações modernas da atuação dos empresariados na atualidade. Os pesquisadores indagam se realmente essas ações constituem práticas antigas, porém com uma nova roupagem, sendo empregadas em discursos como ações inovadoras e alternativas para o enfrentamento da “questão social”.

Expressam que os anos 90, no Brasil, foram extremamente complexos, principalmente no campo da política, sobretudo diante da Reforma do Estado, pela qual resultou na exclusão de inúmeros setores sociais, reduzindo a capacidade e funcionalidade do Estado na resolução das crises sociais, levando o empresariado a interceder e interagir com os mandatários do poder. Esse quadro, segundo os autores da pesquisa, favoreceu não somente a segmentação produtiva como também as estruturas representativas, levando em consideração de que essa diversificação na articulação dos empresários permitiu a existência de “novas e amplas percepções sobre os compromissos éticos do setor produtivo”.

Os pesquisadores ressaltam que naquele momento a concepção de Responsabilidade Social nas empresas centrava-se na necessidade de cobertura social empresarial em detrimento da proteção social estatal, contudo abriu-se caminho para a passagem de novas idéias, como a parceria, no sentido de estratégia para o estabelecimento de uma nova relação entre o mercado, o Estado e as organizações da sociedade civil.

Na referência teórica, fazem uso da linha argumentativa de P. T. Petralti (1990), Leilah Landin (1998), E. Reis (1999), A. M. Peliano (2000), A. Bianchi (2001), Cheibub e Locke (2002) e Firjan (2002 e 2003) para contextualizar o tema em discussão, destacando as iniciativas privadas no âmbito das responsabilidades sociais.

A segunda pesquisa do ENPESS 2004, desenvolvida por Aline de Almeida Araújo, Fernanda Eleutéri dos Santos, Flavia Kelly Silva Mendes dos Santos e Thais Mendes Cavalcante, traz ao debate as ações competentes dos programas de qualidade de vida e de Responsabilidade Social desenvolvidas por empresas de Maceió, analisadas através de entrevistas e aplicação de questionários. O estudo consiste numa parte da pesquisa *Qualidade de vida no trabalho e o sentido de Responsabilidade Social no discurso empresarial* e o objetivo era identificar as ações, os dispositivos legais e os incentivos de custo-benefício dos programas de qualidade de vida e de Responsabilidade Social no âmbito empresarial, além de analisar os discursos apresentados por empresários e trabalhadores.

Trata-se de uma pesquisa exploratória em jornais, periódicos e Internet e de uma pesquisa de campo, numa abordagem quantitativa e qualitativa, a fim de estabelecer a mediação entre a teoria e a realidade. Os questionários foram aplicados em quatro empresas de Maceió, mais especificamente aos gerentes de recursos humanos e funcionários, mas ressaltam que apenas duas das empresas possibilitaram a aplicação do questionário com os funcionários.

Os autores destacam que a Responsabilidade Social é entendida na pesquisa como qualquer ação que contribua para a qualidade de vida da sociedade. A partir dessa idéia, o

discurso empresarial sustenta essas ações como sendo compromissos da empresa com o desenvolvimento, bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos empregados, seus familiares e com a comunidade em geral, ainda que a responsabilidade se encaixe nos padrões postos pelo capitalismo financeiro.

Diante da competitividade e do avanço tecnológico, as empresas adotam estratégias para que se tenha mais produção, porém com menos custo, investindo não apenas em maquinários, mas, fundamentalmente, na promoção do bem-estar, implicando à saúde física, psicológica e cultural de seus empregados.

O princípio da Responsabilidade Social não só é utilizado para a sustentabilidade na produção, como também, consiste numa estratégia para aumentar seu lucro e sua potencialidade, cujos produtos passam a ser preferências para os consumidores, no sentido de que as empresas fabricantes ao desenvolver programas e projetos possam melhorar a sociedade, contribuindo para preservação do meio ambiente e levando melhorias para as comunidades circunvizinhas. Portanto, são “empresas socialmente responsáveis”, que incentivam as relações solidárias e saudáveis, e preocupadas com a sociedade em geral.

A pesquisa revela que, embora se sustente a idéia de ações positivas entre as empresas, tais ações precisam ser repensadas, pois as intencionalidades que as envolvem busca enquadrar os empregados nas exigências que resultam em maior produtividade, maior eficiência na execução e estimula a polivalência no âmbito fabril.

Logo, a relação positiva e negativa das ações de Responsabilidade Social revela para que lado pende essa balança quando mais acirrada ficam as desigualdades sociais, tanto internamente como externamente ao meio empresarial. Nesse sentido, os autores abordam que as ações internas são estimuladas por meio de benefícios que vão desde assistência médica, hospitalar e odontológica, programas de nutrição, palestras educativas e preventivas até a capacitação dos funcionários e de seus familiares, estimulando a dedicação e lealdade de seus trabalhadores. Assim, o empresariado pode otimizar o desempenho de seu quadro de funcionários e contribuir para a existência de uma ambiente “agradável” de trabalho.

Concluem, com esse estudo, que os programas de qualidade de vida apresentam uma política de benefícios sociais, mas, acima de tudo, são práticas paternalistas e assistencialistas que escamoteiam os direitos adquiridos pelos trabalhadores ou os invertem em benefícios oferecidos pela empresa. Nota-se ainda que os funcionários pouco conhecem as empresas em que trabalham. Através dos questionários aplicados por intermédio da pesquisa, constatou-se que muitas das respostas são diversificadas e contraditórias, levando-se a questionar a efetividade dos programas de Responsabilidade Social. Outra observação, também realizada

por intermédio desse estudo, foi o conhecimento das ONGs financiadas ou que atuam por meio de convênio com as empresas no município de Maceió, e a grande dificuldade apontada por essas organizações em termos de recursos financeiros para atender a todas as demandas e necessidades da instituição. Além disso, identificou uma grande concentração de ações destinadas à área da criança e adolescente, podendo ser justificada pela intenção de gerar novas forças produtivas. As ONGs ressaltam que as doações não são suficientes, além de serem esporádicas e de caráter caritativo e filantrópico. Por conseguinte, a Responsabilidade Social no município de Maceió está mais presente no desenvolvimento de projetos focalizados do que propriamente em ações que venham viabilizar direitos.

Como referência teórica, os autores citam Elizabeth de Melo Rico (1998), Nobuco Kameyama (2000) e Patrícia Almeida Ashley (2002) para fundamentar o objetivo proposto pelo estudo, situando a noção de Responsabilidade Social às ações empresariais, tanto internamente como externamente, questionando a relação dessas iniciativas com o projeto econômico da classe empresarial.

Na última pesquisa do ENPESS de 2004 que aborda o tema Responsabilidade Social, a autora Maria Virgínia Borges Amaral debate um estudo realizado e integrado ao Projeto *Qualidade de vida no trabalho e o sentido de Responsabilidade Social no discurso empresarial*, do grupo de pesquisa Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Esse estudo tenta revelar a prática discursiva de Responsabilidade Social orientada pelo discurso das estratégias, omitindo sua verdadeira função de minimizar os efeitos do trabalho alienado.

A Responsabilidade Social está articulada à idéia de capacitação do trabalhador, resultando numa forma atualizada de gestão dos recursos humanos sob o argumento de fortalecer o processo produtivo das empresas. Conforme exposto na pesquisa, em muitas das falas dos empresários está explícita a ligação entre qualidade de vida dos funcionários e bons resultados no trabalho. Entretanto, a autora destaca que os programas direcionados à melhoria das condições de vida do trabalhador estão intrinsecamente associados à natureza alienante do trabalho sustentada pelo capitalismo.

Ressalta que nos discursos das empresas é possível identificar o estímulo e sugestões de benefícios que proporcionem efeitos de felicidade e bem-estar. Seguindo a linha de pensamento de Marx, Amaral argumenta que tanto os discursos como a prática de Responsabilidade Social demonstram nada mais do que uma dimensão moral da reprodução da força de trabalho, ou seja, formas pelas quais o capital molda a sociabilidade, compensando as perdas ocasionadas pelo processo de produção.



Amaral reforça que o trabalho é uma atividade vital e não exclusiva do modo capitalista, portanto o problema está no trabalho alienado que torna a atividade vital num objeto ou meio único de satisfação, enaltecido pelo discurso empresarial como realização individual. E assim, o trabalho, alienante, passa a ser um trabalho desgastante e fora de sua vontade, cuja prática discursiva de Responsabilidade Social prega a satisfação e a felicidade como justificativas ou estratégias, segundo o empresariado, para amenizar os efeitos do processo alienante do trabalho.

Na referência teórica observam-se autores como Odete Pacheco (2001), Rui Lima do Nascimento (2002) Roberto Sousa Gonzalez (2003) e Charaudeau e Maingueneau (2004) trazendo o discurso empresarial de Responsabilidade Social; e Robert Kurz (1997), Michel Pêcheux (1998) e Francisco de Oliveira (2001) para análise crítica das semânticas e discursos, além de Karl Marx (1982, 1988 e 1989) e ABEPSS (2001) como aporte fundamental na teorização do tema que a pesquisa propõe estudar.

Em 2006, a partir da análise dos Anais do ENPESS, foram encontrados 06 (seis) trabalhos científicos que tratam a temática de Responsabilidade Social Empresarial e, como na maioria das pesquisas apresentadas que tem a abordagem no Terceiro Setor, apresentam uma contextualização ampla, passando pelo enquadramento do âmbito desse setor ao voluntariado, que assume na atualidade uma característica de ação promovida pelas empresas. Os eixos de discussão que organizam o debate dos trabalhos estão dispostos da seguinte maneira, 01 (uma) pesquisa no eixo II – *Formação Profissional e o Processo Interventivo do Serviço Social*, 04 pesquisas no eixo III – *Questão Social e Trabalho*, no mesmo sub-eixo 3.1 – *Trabalho e Classes Sociais* e 01 (uma) pesquisa no eixo IV – *Política Social*, no sub-eixo 4.3 - *Desenvolvimento Social e Regional*.

**Quadro 16:** Pesquisas que apresentam em seu título o tema Responsabilidade Social no ENPESS de 2006

Título	Autor (a)
1. <i>Responsabilidade Social Empresarial: percepções e práticas do empresariado natalense.</i>	Carla Montefusco de Oliveira
2. <i>Pensando a Responsabilidade Social Empresarial: a concepção dos alunos de Serviço Social de Natal – RN.</i>	Cláudia Aparecida de Lima e Maria do Rosário de L. Oliveira
3. <i>As Estratégias de Responsabilidade Social</i>	Mariana Pfeifer

<i>das Empresas e a Conquista da Subjetividade do Trabalhador.</i>	
<i>4. Trabalho Voluntário na Órbita da Responsabilidade Social Empresarial: estratégia de exploração e controle da força de trabalho.</i>	Núbia Maria Dias da Cunha
<i>5. O Serviço Social no Campo do Trabalho e o Discurso da Responsabilidade Social.</i>	Maria Virgínia Borges Amaral
<i>6. Os Programas de Responsabilidade Social nas empresas de Maceió Frente à Legislação Trabalhista para as Minorias.</i>	Janaina Julião Amorim

Fonte: Anais do ENPESS de 2006. Elaboração própria.

Com o objetivo de analisar as perspectivas e práticas dos empresariados acerca da temática Responsabilidade Social na cidade de Natal/RN, Carla Montefusco de Oliveira desenvolveu sua pesquisa por meio de um estudo bibliográfico e de campo com dados qualitativos e quantitativos, a fim de identificar as possíveis contribuições da ação das empresas para o desenvolvimento social.

Ao contextualizar, numa perspectiva histórica, o aparecimento da Responsabilidade Social nas empresas, a autora aborda que a concepção norteadora está na lógica de que indivíduos mais afortunados devem ter caridade com os menos afortunados, logo sustentando uma concepção baseada na prática caritativa, adotando as obrigações sociais nas empresas a partir de valores pessoais. Nos dias atuais, essas práticas, assim como os conceitos, passam a adquirir um espaço privilegiado nas discussões empresariais, tornando-se uma obrigatoriedade às empresas na responsabilidade perante à comunidade, ao meio ambiente e ao próprio corpo funcional.

A Responsabilidade Social Empresarial, segundo Oliveira, implica a construção de relacionamentos éticos com os sujeitos afetados pelos modos de produção das empresas, pela qual incluem em sua missão um compromisso que agrega o valor social aos seus negócios, sob a justificativa de benefício para a sociedade, levando a caracterização da chamada “cidadania corporativa”, ou seja, conscientização social para a promoção e investimento em diversos tipos de ação social.

Frente ao levantamento teórico para o estudo bibliográfico proposto por Oliveira, expõe perspectivas dos seguintes autores: Freeman e Stoner (1992), Gideon C. Benedicto

(1997), Thomas Bateman e Scott Thomas (1998), Francisco P. Melo Neto e César Froes (1999 e 2001), Patrícia Almeida Ashley (2002), Leonardo Boff (2003), Tânia Linda Rothgiesser (2004) e Antônio Carlos Martinelli (2005). Estes trazem a discussão das práticas e ações de Responsabilidade Social Empresarial enquadrando-as à administração, portanto como estratégias inovadoras para a transformação da sociedade civil situada no âmbito do Terceiro Setor; e Karl Polanyi (2002), Victor Pinedo (2003), Anna Maria Pelliano (2005), José Luciano Penido (2005), Maria Cecília Prates Rodrigues (2005) que já travam uma discussão mais crítica a respeito das ações sociais empresariais, cujo argumento se foca se realmente constituem ações de bondade ou interesse; e por fim, utiliza as teorias de Maria Cecília de Souza Minayo (1996) e Robert Jarry Richardson (1999) ressaltando a importância do conhecimento científico nas áreas das Ciências Sociais para a abordagem em questão.

A pesquisa desenvolvida pelas graduandas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Cláudia Aparecida de Lima e Maria do Rosário de L. Oliveira, aborda uma análise reflexiva da percepção e concepção dos alunos do curso de Serviço Social frente às ações de Responsabilidade Social Empresarial, levando em consideração a requisição do Assistente Social nessas organizações no planejamento e execução de projetos sociais, bem como a relevância e abrangência na sociedade atual no que cerne às ações de Responsabilidade Social no campo privado.

As autoras apontam que cada vez mais tem se discutido a respeito do papel do setor empresarial tanto em razão das ações sociais que desenvolvem quanto da postura corporativa pela qual a cidadania se torna diferencial na competitividade de mercado. A Responsabilidade Social Empresarial abrange basicamente ações de apoio para melhorar as condições de desenvolvimento da comunidade circunvizinha, preservação do meio-ambiente, qualidade e bem-estar dos funcionários e dependentes, bom relacionamento com os parceiros e satisfação dos clientes e consumidores. Embora se tenha o conhecimento dessas ações, o conceito ainda é vago, assim como as interpretações e concepções adotadas pelas empresas, o que resulta em opiniões parciais e diversificadas da temática. Essa situação, segundo o estudo apresentado, deve-se também ao fato das práticas serem analisadas mais sob a ótica da administração empresarial do que pelos resultados que provocam e os atores envolvidos. Portanto, é indispensável a discussão no âmbito do Serviço Social, tendo em vista que se trata também de um espaço ou posto de trabalho para muitos Assistentes Sociais, cuja requisição está na sua contribuição nas equipes multidisciplinares e na sua formação teórico-metodológica. O profissional de Serviço Social possui competências relevantes para atuar em ações de Responsabilidade Social, conforme o art. 4º da Lei 8.662/93 citado pelas autoras, sendo assim

requisitado pelas empresas privadas para exercerem a atividade em programas específicos voltados aos funcionários ou às comunidades.

Para tanto, a pesquisa traz, à luz do debate, a concepção dos alunos de Serviço Social de Natal/RN, futuros profissionais e atuantes no desenvolvimento de ações de Responsabilidade Social Empresarial. O estudo apresenta dados quantitativos, levantados a partir da aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas com alunos de três instituições de ensino superior em Serviço Social de Natal e uma abordagem teórico-analítica, constituindo numa pesquisa documental e bibliográfica.

Lima e Oliveira ao analisarem os dados coletados com o questionário e as entrevistas, consideram que o conceito de Responsabilidade Social Empresarial está em concordância com a atuação do Assistente Social ao identificarem o exercício profissional junto às ações de âmbito privado. Entretanto, os dados demonstram pouco conhecimento da forma com que o profissional de Serviço Social pode contribuir nas ações sociais, tendo em vista as poucas discussões no meio acadêmico sobre a temática e o exercício profissional - sobretudo a postura ética - nas organizações privadas que assumem a Responsabilidade Social.

Na parte teórico-analítica, Silva e Oliveira adotam autores como Paula e Rohden (1998), Melo Neto e Froes (1999), Maria Carmelita Yazbek (2002), Patrícia A. Ashley (2002) e Gois, Santos e Costa (2004).

Seguindo o mesmo direcionamento de discussão das pesquisas sobre Responsabilidade Social Empresarial, apresentadas no ENPESS de 2006, como um processo analítico sobre o tema, o trabalho científico desenvolvido por Mariana Pfeifer tem por objeto de estudo as estratégias adotadas pelas organizações empresariais, mediante recursos discursivos e mecanismos participativos, que acarretam no enquadramento do trabalhador às necessidades do processo produtivo atual.

A pesquisadora faz uma abordagem em torno das mudanças ocorridas nas relações entre o Estado e a sociedade civil, seguindo a discussão especificamente às manifestações de Responsabilidade Social Empresarial e os elementos incorporados à força de trabalho no âmbito das empresas que assumiram essas ações. Utilizou-se da metodologia de análise de discurso de 14 Balanços Sociais elaborados por 07 companhias de grande porte e de diferentes setores da economia que atuam no Brasil e estado de Santa Catarina.

Pfeifer faz uma reflexão dos recursos discursivos e mecanismos participativos que levam o trabalhador a concordar com o padrão organizacional, construindo no âmbito interno da empresa um verdadeiro espaço de prestação de serviços sociais através das práticas de Responsabilidade Social Empresarial. A autora ressalta que atualmente a estrutura produtiva

propõe uma flexibilidade funcional aos trabalhadores. No quadro laboral se exigem certas características necessárias à manutenção do modo de produção como a “polivalência” ou múltiplas qualificações do trabalhador, achatamento da estrutura hierárquica, capacitação técnica, trabalho em equipe, relações cooperativas, iniciativa, confiabilidade, compromisso com a qualidade, metas e objetivos comerciais e financeiros. Assim, os empregados acabam aceitando as condições de instabilidade e insegurança no espaço de trabalho, construindo ou reconstruindo hábitos, costumes e valores que perpassam o ambiente laboral e transitam em todos os segmentos da sociedade.

Nesta perspectiva, apresentam-se novas, ou renovadas, estratégias político-ideológicas para formar consensos e perpetuar a hegemonia do capital, as quais incluem, nos procedimentos organizacionais, um conjunto de ações sociais a fim de promover o lado humanitário do capital e tornar a empresa cidadã. Os recursos materiais e simbólicos utilizados contribuem para enquadrar o trabalhador ao imperativo do processo produtivo e subordinação do trabalho capital.

Segundo a análise realizada na inteireza da pesquisa, Pfeifer considera a Responsabilidade Social como um elemento constitutivo da hegemonia do capital e auxiliador na formação de um novo tipo humano adequado ao processo neoliberal, que resulta na figura do trabalhador explorado e subordinado à empresa, sob a égide de “colaborador”, que veste a camisa de sua firma e sente-se motivado a atingir as metas e objetivos empresariais. Por conseguinte, as ações de Responsabilidade Social direcionadas ao funcionário da empresa não se configuram como consciência social e espírito solidário no interior da empresa, e sim, concretizam a importância dessas ações no processo de desenvolvimento do sistema produtivo para o crescimento e excelência empresarial.

Como referências teóricas, a pesquisadora cita Gosta Esping-Andersen (1995), Jorge Mattoso (1995), Eneide Oto Shiroma (1996), Ana Elizabete Mota (2000), além de direcionar sua interpretação analítica com base em Antonio Gramsci (2001 e 2002).

O trabalho apresentado por Núbia Maria Dias da Cunha dá prosseguimento às outras pesquisas que abordam o tema Responsabilidade Social Empresarial, frente à análise dos trabalhadores envolvidos na execução de ações tidas como filantrópicas. Faz uma discussão acerca do trabalho voluntário como estratégia que expropria o empregado do “tempo livre” para o desenvolvimento de ações decorrentes da Responsabilidade Social Empresarial, resultando na ampliação da exploração e no controle sobre a força de trabalho, sob o argumento de aproveitamento do tempo livre.

O objeto de discussão do referente estudo é a Responsabilidade Social Empresarial como modalidade que impõe o envolvimento de funcionários na operacionalização e execução de ações de caráter filantrópico, numa perspectiva de incentivo ao voluntariado e aproveitamento do tempo livre. Segundo Cunha, o intuito dessas ações, pregadas principalmente nos discursos dos empresários, é mobilizar força de trabalho não remunerada para o desenvolvimento de ações sociais que dificultam o conhecimento ou reconhecimento das garantias e condições materiais dos trabalhadores, sobretudo diante de suas próprias necessidades.

Nesse sentido, a autora entende que a promoção e incentivo à participação dos funcionários no trabalho voluntário têm suas bases na importância econômica e política para o capital. Em outros termos, o voluntariado não somente constitui diminuição de gastos como também amplia o controle da força de trabalho, acentuando as condições de exploração e manipulação subjetiva do trabalhador com vistas à formação adequada de um funcionário comprometido com as necessidades do novo padrão produtivo e de gestão laboral.

Cunha apresenta alguns elementos teórico-conceituais acerca da Responsabilidade Social Empresarial, discutindo que o termo não se restringe ao âmbito privado, e que na atualidade ganha força e veemência justamente no meio empresarial, quando este passa a assumir sua parcela de responsabilidade no compromisso com a melhoria e qualidade de vida dos segmentos mais vulnerabilizados da sociedade, logo, incentivando a prática voluntária tanto interior como exterior à empresa.

Ressalta ainda que a discussão travada em seu estudo constitui apenas uma dimensão da Responsabilidade Social, já que esta envolve um conjunto amplo de relações (empresariais, sociedade civil e Estado). O protagonismo empresarial passa a ser questionado em razão de sua lógica, que é o lucro, e que passa a agregar o sentido de solidariedade aos seus negócios (política de investimento social). Sendo assim, essa associação entre o lucro e a Responsabilidade Social depende de uma postura ética e solidária por parte da empresa.

O trabalho voluntário, tomado como ponto de discussão, consiste em impulsionar o funcionário na realização e participação solidária em ações de combate à pobreza, levando-o a se abdicar do seu tempo livre, convertendo-o em tempo produtivo só que para o capital. Cunha ainda revela que muitas vezes os funcionários são incitados a não somente despendar seu tempo livre como também fazer contribuições materiais e financeiras. Tais situações acabam se confirmando e sendo aceitas pelos trabalhadores com o intuito de valorizar sua imagem na organização, como uma forma de buscar o reconhecimento e, fundamentalmente, como uma garantia de permanência no posto de trabalho.

A discussão exposta pela autora indica que o trabalho voluntário, na órbita da Responsabilidade Social Empresarial, expropria o trabalhador não somente de seu tempo livre, mas principalmente de suas conquistas trabalhistas, de seus direitos e garantias de trabalho, direcionando suas funções aos interesses exclusivos das empresas, sobretudo a lucratividade.

Para a discussão e análise teórica do tema Responsabilidade Social Empresarial e a fim de dar sustentação à fundamentação discorrida no trabalho científico, Cunha tem como referência David Harvey (1994), J. Ramalho (1997), Ricardo Antunes (1997), David Grayson (2003), Ken Allen (2004), Jennifer Gonzales (2004) e Maria Célia Paoli (2005).

O trabalho de Maria Virgínia Amaral, no mesmo caminho de discussão, analisa o discurso sobre os direitos dos trabalhadores, focalizando o Serviço Social como profissão atuante na área das políticas sociais, pontuando alguns desafios frente aos programas de Responsabilidade Social desenvolvidos pelas empresas. Mediante a este objeto de estudo – os direitos dos trabalhadores – faz uma análise relacional do sentido de Responsabilidade Social na prática empresarial e os programas e políticas de assistência ao trabalhador.

As mudanças nas relações de trabalho chamam a atenção na atualidade principalmente em razão da crescente expansão da Responsabilidade Social Empresarial, que afeta sobremaneira a legislação social e trabalhista ao impor uma série de exigências para os profissionais envolvidos, que inclui o Assistente Social.

Na elaboração de projetos com vistas à melhoria na qualidade de vida tanto dos trabalhadores quanto na comunidade que atua, o profissional de Serviço Social se depara com a necessidade de conhecimento e de prática, de análise de conjuntura e de identificação do cenário econômico, político e social que desenvolve as relações de trabalho.

É em meio a esse campo que se situa a pesquisa desenvolvida por Amaral, cuja reflexão perpassa as ações e programas de Responsabilidade Social a partir dos discursos, analisando e problematizando o deslocamento do sentido do campo do direito para o campo do “*marketing social*”. Toma para a seguinte análise, materiais discursivos da mídia, da legislação trabalhista, de trabalhadores e de empresas.

Mediante o estudo detalhado do discurso de Responsabilidade Social, Amaral revela a presença marcante da ideologia capitalista nos discursos empresariais, em outros termos, incitando a liberdade e participação num processo de dominação, e assim, coibindo a garantia dos direitos do trabalhador, tomando esse direcionamento como premissa na análise textual.

A autora expõe que as ações de Responsabilidade Social nas empresas nada mais são do que uma obrigatoriedade em resposta às leis que asseguram os direitos do trabalhador,

embora expropriem direitos, conforme afirmativa da autora, portanto, assumem um caráter compensatório ao fornecerem apenas benefícios aos funcionários, sobrepondo ao discurso comumente usado, deslocando a legalidade em sociabilidade. Sendo assim, evidencia um duplo enunciado ou dois tipos de discursos: o discurso agente, moderno e atual, que possibilita o cumprimento de obrigações para o atendimento de determinadas necessidades da sociedade; e o discurso paciente, que constitui um discurso concreto que propõe a efetividade de condições reais.

Como discutido e analisado na pesquisa, o discurso de Responsabilidade Social Empresarial proclama idéias de autonomia, de liberdade, de livre escolha, veiculando idéias invertidas sobre direitos. A cidadania passa a ser associada ao conceito de Responsabilidade Social, comumente utilizada no discurso empresarial e nos programas desenvolvidos junto à comunidade. Diante esse contexto, Amaral finaliza sua pesquisa indagando como o Serviço Social poderá contribuir com a efetivação dos direitos sociais, já que a prática exigida se choca com os princípios do projeto ético-político da profissão.

Na análise teórica, faz uso das reflexões de Michel Pêcheux (1988), Istvan Meszaros (1989), Éster Vaisman (1989), Manfredo Araújo (1995), José Paulo Netto (1999), além das reflexões de Karl Marx e Georg Lukács (1979).

A pesquisa de autoria de Janaina Julião Amorim, intitulada de *Os Programas de Responsabilidade Social nas empresas de Maceió Frente à Legislação Trabalhista para as Minorias*, não passou pela análise devido à indisponibilidade de acesso ao seu arquivo.

Frente às análises realizadas nas pesquisas que discutem a temática Responsabilidade Social, verificou-se que as reflexões apontam essas ações como de iniciativas privadas e que esse fenômeno, manifestado na atualidade, é decorrente dos processos do Terceiro Setor a serviço do projeto neoliberal.

As abordagens se mostram bastante críticas quanto ao debate sobre Responsabilidade Social das empresas, principalmente pelo fato de resgatar a filantropia – dar-lhe uma outra roupagem –, pelo incentivo de propostas de solidariedade e voluntariado e por promoverem a inserção das empresas de formas diferenciadas na sociedade, na justificativa de enfrentamento da “questão social”. Apontam também a tendência de requisição de Assistentes Sociais nos espaços ocupacionais que desenvolvem as ações de Responsabilidade Social no âmbito das empresas, caracterizando-se como mais um desafio posto à profissão.



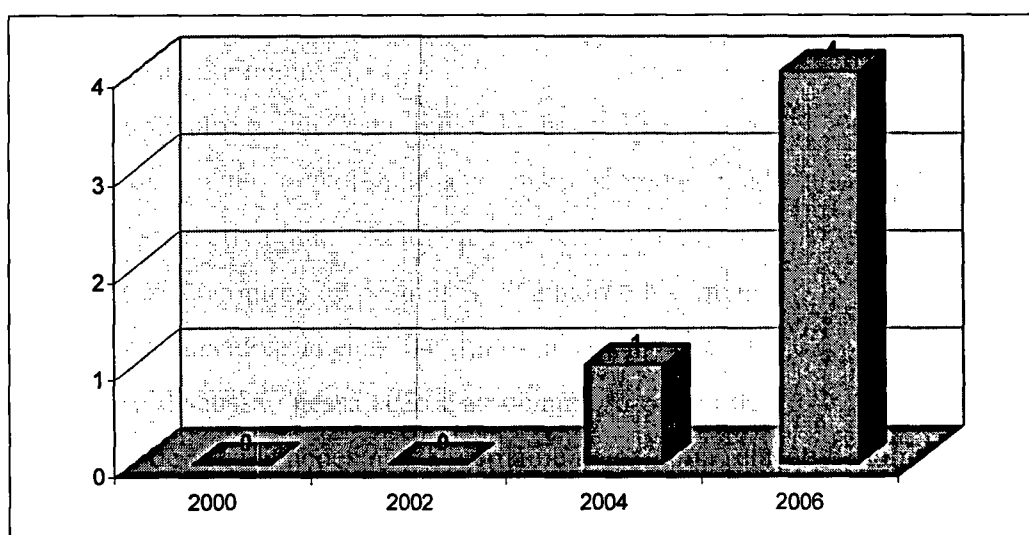
### 3.5 EIXO 5: VOLUNTARIADO

*O voluntariado faz parte de uma investida a favor do desmonte dos direitos sociais universais, acoplada a uma operação ideológica que transforma esses direitos em benefícios eventuais e os sujeitos de direitos em súditos, dependentes dos eventuais favores da sociedade. Assim, a atuação do voluntariado vai na contramão da luta pela preservação, efetivação e ampliação dos direitos sociais universais inscritos na institucionalidade democrática e dotados de respaldo legal e canais jurídicos para a sua defesa.*

(IAMAMOTO, 2002, p. 44-45)

O tema do voluntariado aparece, nas pesquisas apresentadas nos quatro ENPESS analisados, como um trabalho vinculado aos projetos do Terceiro Setor. Portanto, indispensável para fomentar o debate acerca do Terceiro Setor e das pesquisas que deram devido tratamento a essa temática.

De acordo com o que está indicado no gráfico 3, poucos foram os títulos que trouxeram explícito o termo voluntariado, como já mencionado anteriormente em outros capítulos. Essa afirmativa não exclui que o tema esteja presente em outras produções apresentadas nesses encontros de pesquisas. Segundo o levantamento realizado nos Anais dos quatro ENPESS analisados, apenas 04 títulos apresentam o termo voluntariado, centrando prioritariamente a discussão nessa ação e associando-o com o desenvolvimento de programas e projetos sociais de organizações não-governamentais, numa relação denominada de parceria com as duas outras esferas, Estado e Mercado.



**Gráfico 5:** Quantidade de pesquisas com o tema Voluntariado nos ENPESSs de 2000 a 2006

Fonte: Anais dos ENPESS dos anos de 2000 a 2006. Elaboração própria.

Como constatado nos Encontros de 2000 e 2002, não houve nenhum artigo que trouxesse em seu título a expressão voluntariado. Somente, a partir de 2004, aparecem pesquisas sobre o tema. A abordagem revela ações e práticas associadas a esse setor e demonstra que o voluntariado e a filantropia ressurgem no cenário contemporâneo como colaboradoras do desenvolvimento das propostas de ONGs, fundações, Responsabilidade Social Empresarial, instituições e entidades que compõem o Terceiro Setor.

No IX ENPESS, de acordo com a apresentação do gráfico 5, consta apenas uma pesquisa que expõe o tema *voluntariado* em seu título, cuja discussão se encontra no eixo II – *Articulação entre Formação e Exercício Profissional – Serviço Social, Estado e Sociedade (Movimentos Sociais, Organizações da Sociedade Civil e Cidadania)*.

**Quadro 17: Voluntariado – ENPESS 2004**

Título	Autores
1. <i>O voluntariado e suas motivações.</i>	Jacqueline Oliveira Silva; Sara Feitosa e Elias D. França

Fonte: Anais do ENPESS de 2004. Elaboração própria.

A pesquisa desenvolvida por Jacqueline O. Silva, Sara Feitosa e Elias Davi França foi realizada junto a ONG “Parceiros Voluntários”, com o objetivo de compreender as motivações presentes na nova roupagem dada ao voluntariado social. Busca identificar o perfil desta ação com base em três categorias: assistencial; humanitária; profissional, política e pessoal. Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas entrevistas e analisadas 1174 fichas cadastrais com nomes de voluntários inativos. Destas, 610 fichas fizeram parte da amostra da pesquisa.

O artigo é um sub-projeto da pesquisa *Trabalho Social voluntário e Terceiro Setor no município de Porto Alegre, Unisinos/RS*, realizado junto ao Laboratório de Pesquisa sobre Políticas Públicas e Terceiro Setor. O objetivo foi identificar e analisar o processo de adesão/evasão do voluntariado ao trabalho social, bem como traçar o perfil dos sujeitos participantes. Como a pesquisa se baseou prioritariamente nas respostas contidas nas fichas dos voluntários inscritos na ONG Parceiros Voluntários, não há referência quanto à bibliografia realizada.

A pesquisa possibilitou constatar as razões que motivam o trabalho do voluntariado. O desejo de ajudar é o fator mais forte de motivação da adesão dos voluntários inscritos na ONG; constitui-se como uma motivação assistencial e humanitária, desejo de contribuir de

alguma forma para ajudar o próximo, revelando um sentido de troca estabelecido entre o voluntário e o usuário do serviço, na tentativa de elevação espiritual daquele que exerce a atividade.

No âmbito político, os voluntários expressam preocupação com a cidadania e com a ação emancipatória, tanto para o voluntário quanto para o usuário. Já quanto ao sentido profissional, a experiência de voluntariado aparece como possibilidade de enriquecimento dos conhecimentos adquiridos na universidade, além da expectativa da possibilidade de emprego através da ONG.

A motivação pessoal foi outro ponto abordado pelos voluntários, interpretado na pesquisa como atividade que promove uma experiência de vida e retorno emocional como tratamento terapêutico.

Concluem que o principal elemento de inserção dos voluntários à ONG é o próprio recorte exposto por essas organizações, ou seja, a busca da transformação social e a necessidade de “reformatar o mundo”. A subalternização “do outro” passa a ser considerada a base discursiva da motivação para o trabalho voluntário, por isso a “ajuda” se manifesta amplamente como motivo principal da inserção do voluntariado.

Conforme evidenciado no gráfico 5, foram encontrados três trabalhos científicos nos Anais do X ENPESS, cuja abordagem se centra no trabalho voluntário. Estão localizados no eixo temático *Questão Social e Trabalho*, no sub-eixo: *Práticas Sociais, Instituições Sociais, Lutas Sociais e Organizações*. O sub-eixo possibilita uma melhor compreensão teórica e prática a respeito do tema.

**Quadro 18:** Voluntariado – ENPESS 2006

<b>Título</b>	<b>Autores</b>
1. <i>Voluntariado na Educação: o estudo do Projeto Amigos da Escola – Todos pela Educação nas escolas estaduais em Aracaju-SE.</i>	Albany Mendonça Silva
2. <i>Trabalho Voluntário e seus Rebatimentos na Efetivação das Políticas Sociais.</i>	Maria Beatriz Herkenhoff e Adriana Estela Custódio Carletto
3. <i>Estado, Políticas Sociais e Voluntariado: a minimização da ação social do Estado e a ampliação da ação social da sociedade.</i>	Lourdes Karoline Almeida Silva e Francisco de Oliveira Barros Júnior
4. <i>Solidariedade e Políticas Públicas: uma análise do voluntariado pelo viés da identidade social.</i>	Lourdes Karoline Almeida e Francisco de Oliveira B. Júnior

Fonte: Anais do ENPESS de 2006. Elaboração própria.

A pesquisa desenvolvida pela Assistente Social Albany Mendonça da Silva tem por objetivo, a partir da reflexão acerca do voluntariado no âmbito do contexto neoliberal, analisar a atuação do *Projeto Amigos da Escola – Todos pela Educação* nas escolas estaduais em Aracaju/SE. Para tanto, Silva aplicou questionários semi-estruturados em 14 escolas inscritas no Projeto, cujos resultados foram analisados levando em consideração todos os impactos decorrentes da precarização e sucateamento do setor público, e, sobretudo da área educacional.

Para a discussão da pesquisa, Silva se utiliza das seguintes referências em seu estudo: José Paulo Netto (1993), P. Gentili (1995), J. Mattoso (1995), A. E. Mota (1995), M. Silva (1999), Ricardo Antunes (2000), Maria Carmelita Yazbek (2001), Carlos Montañó (2002), L. T. Soares (2002), Savani e Lombardi (2002), I. G. Silva (2003), P. B. G. Cabral (2004) e E. Vieira (2004), autores que fundamentam as questões que norteiam a re-implantação do voluntariado no processo da política não-estatal pública, apontando as contradições e debilidades das alternativas propostas pelo neoliberalismo nessa configuração pluralista da política social e a emergência pela intervenção da sociedade civil na consolidação desse processo.

A pesquisa de Silva (2006) revela a existência de uma nova cultura político-ideológica de “possibilitismo” que, apesar de apontar como objetivo desse projeto a busca ou resgate da

cidadania, resulta, na verdade, no seu desmonte. Promovido intensamente e idealizado pela mídia, o Projeto mobiliza a sociedade civil para o exercício de Responsabilidade Social, cuja solicitação está na busca de melhorias na área da educação. Porém, segundo a pesquisa, o projeto carece de direcionamento e conta com uma equivocada concepção sobre voluntariado, constatando que não assegura melhorias para a educação. A autora conclui que as escolas públicas não podem resolver seus problemas por meio do trabalho voluntário e, sim, necessariamente por meio da intervenção do Estado através de financiamentos para a política educacional.

A segunda pesquisa constatada nos Anais do ENPESS de 2006, apresentada por Maria Beatriz Herkenhoff e Adriana Estela Custódio Carletto, aborda como tema central o trabalho voluntário na efetivação das políticas sociais e investiga se essa prática constitui uma forma de precarização das relações de trabalho e um processo de desqualificação no enfrentamento da “questão social”.

As autoras ressaltam a importância da análise dos processos de complementaridade e parceria estabelecida entre o Estado e sociedade civil, reforçada pela consolidação e disseminação do trabalho voluntário associado a uma concepção de cidadania para o desenvolvimento de ações propostas pelas ONGs.

As autoras indicam que a pesquisa não tem intenção de negar a importância do trabalho voluntário, porém tenta evidenciar os problemas decorrentes dessa proposta para o enfrentamento da questão social, à medida que se transfere a responsabilidade do Estado à sociedade civil. Logo, torna-se imprescindível a problematização para uma interpretação que ultrapasse o imediatismo e os equívocos que permeiam o voluntariado.

A pesquisa foi realizada no município de Vitória/ES; através do método crítico-dialético, busca analisar os fenômenos sociais, permitindo uma compreensão acerca da atuação dos voluntários inseridos nas organizações não-governamentais. A expansão do voluntariado ocorre justamente num momento de transformações nas relações de trabalho, principalmente pela redução de postos de trabalhos formais e salariais. Além disso, o voluntariado acaba sendo caracterizado por ações assistencialistas, fragmentadas e com ausência de competência técnica em substituição do trabalho profissional no âmbito destas instituições.

Enfatizam que o trabalho voluntário está em elevada expansão, disseminando não somente um caminho “alternativo” para a realização de ações sociais, mas, sobretudo, como opção menos onerosa às instituições em detrimento do trabalho formal. Promove assim, a redução de contratação de profissionais de nível superior.

A metodologia utilizada compreende um estudo bibliográfico, documental e de campo, abordando elementos quantitativos e qualitativos por meio de coleta de dados com aplicação de entrevistas semi-estruturadas com questões abertas e fechadas. Realiza um mapeamento das organizações não-governamentais que possuem voluntários e profissionais inseridos no quadro de funcionários.

A problematização do objeto e fundamentação de Silva (2006) parte das reflexões de Marilda V. Iamamoto (2003), Potyara Amazoneida Pereira Pereira (2003), Laura Tavares Soares (2003), Amélia Cohn (2004), Evelina Dagnino (2004) e Carlos Montañó (2005). A argumentação de Silva perpassa que a pesquisa associa o voluntariado como um novo modelo de proteção social, trazendo para o debate questões referentes à sociedade civil, suas formas de participação e a noção de cidadania. Herkenhoff e Carletto (2006) ainda se pautam nas reflexões de Marx (1978) para uma análise crítica sobre a relação entre o Estado e sociedade civil.

Outro artigo, apresentado em 2006, foi um estudo realizado por Lourdes Karoline Almeida Silva e Francisco de Oliveira Barros Júnior, que traz para a arena de discussão a relação Estado e voluntariado. A pesquisa aborda, na linha de estudos anteriormente indicados, a lógica da crescente substituição do caráter universal das políticas públicas pelo trabalho do Terceiro Setor, especialmente as ações observadas pelo voluntariado, o que tem caracterizado a privatização das políticas sociais.

A pesquisa indica a supervalorização do voluntariado, principalmente na área das políticas públicas. Não quer dizer que o Terceiro Setor deva ser “demonizado”, mas que uma postura crítica e analítica deva existir em relação a ele e a sua funcionalidade no âmbito estatal. Atualmente, existem inúmeras leis que regem o Terceiro Setor, sendo o Estado o principal viabilizador e favorecedor da sua implantação, repassando a responsabilidade das demandas sociais, sob o argumento de co-responsabilidade, incitando estratégias de promoção e legitimação do voluntariado no Brasil.

Expressam que o estudo não teve a intenção de criticar negativamente o Terceiro Setor e o trabalho voluntário, porém apontar que a discussão e a reflexão são imprescindíveis num momento de urgência tanto em relação à redução das políticas públicas estatais quanto às mudanças no mundo do trabalho.

Os autores estruturam a pesquisa em duas partes: primeiramente, fazem uma abordagem teórica acerca do projeto neoliberal e sobre o Estado de Bem-Estar Social. Apóiam-se nos autores Bresser Pereira (1997), Esping-Andersen (1995), Marcelo Medeiros (2001), Sônia Draibe (1993), Marta Arretche (1995), Raimundo Faoro (1993) e Francisco de

Oliveira (1999). No segundo momento, apresentam duas vertentes de discussão sobre o Terceiro Setor: a que defende esse campo, apoiada nos autores Ruth Cardoso (2005), Rubem Fernandes (2002), e a outra de questionamento, sustentada nos autores: Simone de Castro Coelho (2002), Carlos Montaña (2003), Potyara Pereira (2003) e Elaine Behring (2003).

O debate de Silva e Barros Júnior sobre o Estado de Bem-Estar Social é apresentado nas vertentes europeia e americana. Os indícios de sua implementação na realidade brasileira, através do enfoque universalista das políticas sociais, é apontado, a partir da década de 90, pelo processo de Reforma do Estado sob perspectiva do ajuste neoliberal.

Os autores abordam as implicações desse processo com a privatização e terceirização que gradualmente vão reduzindo a atuação estatal, transferindo para o setor privado e para o setor público não-estatal ações que são de responsabilidade do Estado. Portanto, o público é descaracterizado e passa a fazer parte o discurso que afirma a falência do Estado.

As abordagens sobre o Terceiro Setor na perspectiva do voluntariado aparecem em quatro trabalhos científicos nos Anais dos ENPESS entre 2000 e 2006. As pesquisas constituem-se em estudos de natureza técnica, documentais e empíricos. Buscam identificar o significado da ação voluntária no âmbito da esfera pública não-estatal e como suporte à discussão das políticas sociais.

Articulado ao tema da sociedade civil, da polaridade e da cidadania, os estudos evidenciam que as ações do voluntariado são amplamente incentivadas pela mídia. Constituiu-se uma justificativa inversa do que venha ser de fato solidariedade, participação política e cidadania. Dissemina que toda a ação proveniente do Estado é “ruim”, tudo que é público não “presta” e deve ser substituído pelo mercado ou pela esfera pública não-estatal.

A pesquisa *Solidariedade e Políticas Públicas: uma análise do voluntariado pelo viés da identidade social* foi realizada pelos autores Lourdes Karoline Almeida Silva e Francisco de Oliveira Barros Júnior, e debate sobre o processo de construção identitária dos voluntariados, focando a análise no método da interdisciplinaridade nas ações desenvolvidas no projeto social da Casa de Apoio à Criança com Câncer – Lar de Maria no estado do Piauí.

Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, intersectando com técnicas de observação participante e entrevistas. Como referencial teórico, adota os seguintes autores: M. Thiollent (1987), A. Cicourel (1990), P. S. Oliveira (1998), T. Silva (2000), S. C. Coelho (2002), D. Cucho (2002), D. Lopes (2002), Carlos Montaña (2003), M. Goldenberg (2003) e D. Gaskell (2003).

Os autores iniciam seu estudo discutindo a revalorização sobre o Terceiro Setor, entendido como substituto da universalidade da solidariedade e dos serviços sociais.

Enfatizam a discussão em torno do voluntariado ou trabalho voluntário e a relação com o Estado no sentido de promotor dessas ações. E ressaltam que esse debate é de suma importância e necessário na agenda de políticas públicas.

O trabalho enfoca sua análise no trabalho voluntário executado na Casa de Apoio à Criança com Câncer, que é uma entidade filantrópica, cuja razão social é de apoio assistencial; a manutenção dessa instituição é através de doações por meio do serviço de *telemarketing*, campanhas, bazares, eventos beneficentes, e seu quadro de trabalho é formado por um grupo de voluntários. A solidariedade aparece como valores de compaixão, caridade e amor ao próximo, principalmente ao doente e ao necessitado, e pela qual se assentam os objetivos da instituição social.

A condição de voluntário é motivada pela solidariedade, no qual os sujeitos são nomeados para exercer atividades, que posteriormente resulta na construção identitária no âmbito desse processo. Logo, a solidariedade que se promove atualmente se dá em substituição à solidariedade social.

As pesquisas apontam para uma abordagem crítica sobre a ação voluntária que se promove atualmente, sobretudo nas ONGs. Revelam que a noção de voluntariado está amplamente associada à noção de solidariedade. Essa concepção se dá de maneira deturpada, pela qual o voluntariado, que é uma decisão pessoal e própria, assume o papel de ação prática nos discursos de defesa, configurando-se na forma de trabalho voluntário e atividade assistencial. Trata-se de uma nova ideologia do voluntariado social que agrega a experiência de vida e contribuição emocional própria ao se materializar em oportunidade de emprego.

### 3.6. EIXO 6: SOLIDARIEDADE

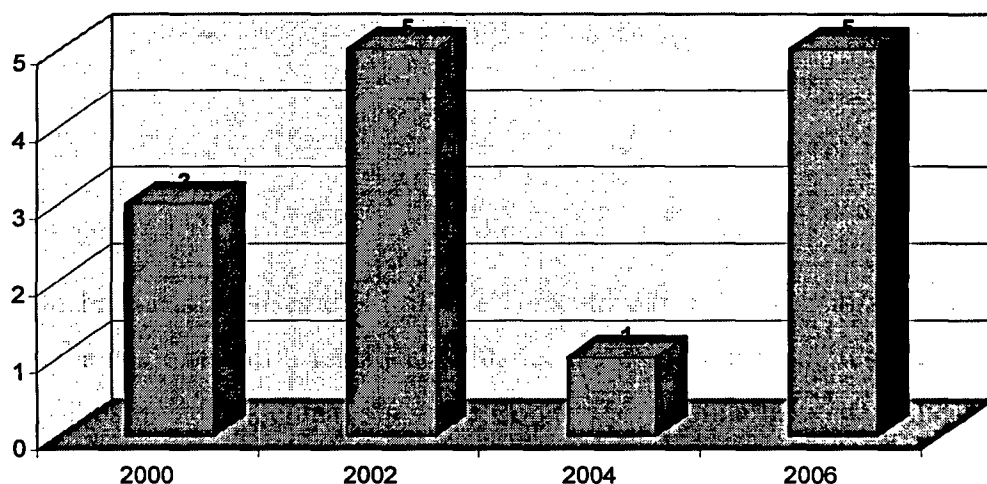
*A solidariedade social é, pois, o contraponto da solidariedade de classe e afirma-se concretamente como uma modalidade de ideologização e mascaramento da distribuição desigual da riqueza e da suposta superação dos antagonismos de classe.*

(LOPES; ABREU; CARDOSO, 2002, p. 2).

Tal temática constitui mais um ponto de debate que permite perceber as abordagens aplicadas às pesquisas acerca do Terceiro Setor. Pode-se identificar que se trata de mais uma expressão que tece a trama das ações estratégicas intrínsecas e necessárias para a consolidação do Terceiro Setor. Destarte, é imprescindível que seja incluída tal temática no tocante à discussão.



Com base nas análises dos títulos e contexto das pesquisas, foram encontrados, ao todo, 14 trabalhos que têm a temática solidariedade como objeto de discussão. No âmbito desses trabalhos, incluem-se análises sobre Comunidade Solidária, Rede Solidária, Rede de Sociabilidade, Ação Solidária e Economia Solidária, além de outras derivações ou representações dessa temática.



**Gráfico 6:** Pesquisas com o tema Solidariedade nos ENPESSs de 2000 a 2006

Fonte: Anais dos ENPESSs dos anos de 2000 a 2006. Elaboração própria.

Conforme evidenciado no Gráfico 6, no ENPESS de 2000, foram verificados 3 trabalhos que trazem em seu título e contexto a expressão solidariedade. A discussão dessas pesquisas se deu no eixo temático 4 – *Política Social, Assistência e Previdência*. Os títulos que correspondem a esse eixo são:

**Quadro 19:** Pesquisas que apresentam em seu título o tema Solidariedade no ENPESS de 2000

Título	Autores
1. <i>Comunidade Solidária: focalização ou fragmentação?</i>	Maria Ozanira da Silva e Silva, Maria Virgínia Moreira Guilhon e Valéria Ferreira Santos Almada Lima
2. <i>Ação Solidária nos Cantos e Recantos da Amazônia.</i>	Elenise Scherer e Waldileya Caldas Rocha
3. <i>A ação anti-aids e os dilemas da solidariedade.</i>	João Bôscio Hora Góis

Fonte: Anais do ENPESS de 2000. Elaboração própria.

No Brasil, o termo passa a ser largamente difundido e se tornando objeto de estudos a partir do Programa “Comunidade Solidária”, criado no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). No ENPESS de 2000, dos 3 trabalhos apresentados no eixo teórico *Política Social, Assistência e Previdência*, 2 (dois) centram-se na análise e repercussão do projeto acima citado. São as pesquisas: *Comunidade Solidária: focalização ou fragmentação?* e *Ação Solidária nos Cantos e Recantos da Amazônia*, respectivamente desenvolvidas por Maria Ozanira da Silva e Silva, Maria Virgínia Moreira Guilhon e Valéria Ferreira Santos Almada Lima; e de Elenise Scherer e Waldileya Caldas Rocha.

As duas pesquisas apontam como as ações de solidariedade aparecem no Programa “Comunidade Solidária” para o enfrentamento da pobreza, banalizando questões diante do mercado capitalista e desviando as políticas sociais de suas reais intenções.

Ressaltam que o Programa reforça a carência ao mesmo tempo em que sustenta a noção de privilégio por meio da distribuição da cesta básica, ou seja, quem merece ou não receber a ação solidária, delegando esta responsabilidade aos prefeitos e à Comissão Gestora por eles definidas. Dessa forma, as famílias se sentem beneficiadas pela atitude bondosa dos prefeitos; o que evidencia é a existência de um rearranjo do clientelismo, pelo quais as intenções de solidariedade são apenas um simulacro.

Enquanto isso, a área social vem sofrendo medidas compensatórias em razão dos ajustes econômicos, pelas quais as classes populares passam a adquirir uma condição de assistidos e não de usuários de um serviço social de caráter universal.

A terceira pesquisa analisada, cujo título é *A ação anti-aids e os dilemas da solidariedade*, foi desenvolvida por João Bôsco Hora Góis, e traz ao debate uma investigação sobre as idéias acerca da solidariedade, a nível nacional e local na cidade do Rio de Janeiro, e como essa discussão vem sendo integrada às formas de atenção às pessoas portadoras do HIV.

Embora não contemple a metodologia adotada para a análise, tudo indica que o autor utilizou de um estudo bibliográfico para compreender o discurso usual sobre solidariedade, sobretudo como elemento essencial para a afirmação e vinculação às ONG/ AIDS. Para essa análise, utiliza a matriz teórica de Richard Rorty (1995, 1996 e 1998) e de sua releitura por H. Saatkamp (1995).

De acordo com o autor (2000), a solidariedade é tomada de diferentes formas pelas organizações, como amálgama do conjunto de ações e esforços pretendidos, e elemento central na constituição da democracia política, civil e social, portanto, uma alternativa à crueldade e discriminação, rompendo com as dicotomias entre infectados e não-infectados.

Góis relata que em meados de 1980, ao reconhecerem sua função transformadora, as ONGs/ AIDS foram porta-vozes da ascensão da solidariedade, cujos discursos incessantes incitavam novos agentes, indivíduos solidários que pudessem dar materialidade ao projeto pretendido.

Para tanto, o autor se apropria dos pensamentos de Richard Rorty como caminho de análise dos limites e possibilidades da afirmação brasileira sobre solidariedade (2000). Expressa que segundo Rorty, a solidariedade deve ser tomada como um exercício permanente de melhoria da nossa capacidade de ver as pessoas, e pela qual construímos o senso de pertencimento e criamos habilidade de perceber o outro como mercedores da nossa solidariedade. Logo, Góis (2000) chama-nos a atenção de que a solidariedade tem sido tomada de forma genérica, sobretudo como compromisso humano, dando sentido de obrigatoriedade em relação ao próximo, o que automaticamente não ativa uma ação concreta.

No ENPESS de 2002, como já mencionado, foram encontrados 5 trabalhos referentes ao tema solidariedade, discutidos nos eixos temáticos do evento: *Assistência: Programas, Conteúdos e Sujeitos; Grupos Institucionais de Pesquisa; e Iniciação Científica*. Os títulos são:

**Quadro 20:** Pesquisas que apresentam em seu título o tema Solidariedade no ENPESS de 2002

<b>Título</b>	<b>Autores</b>
1. <i>As “novas” políticas sociais: ações sociais focalizadas e solidárias.</i>	Alejandra Pastorini
2. <i>Gestão de uma Rede Solidária: o caso do Comitê das Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida.</i>	Sônia Fleury, Danielle Migueletto e Renata Bloch
3. <i>O Programa Capacitação Solidária: Polêmicas e Resultados.</i>	Rivânia Lucia M. de Assis
4. <i>A Questão da Solidariedade e a Organização/ Reorganização da Cultura no Brasil: dimensão ideológica e a reatualização de estratégias.</i>	Josefa Batista Lopes, Marina Maciel Abreu e Franci G. Cardoso
5. <i>O desencantamento do Urbano e a Solidariedade.</i>	Fábio de Souza Luiz e Cassirlene Maria A. Luiz

Fonte: Anais do ENPESS de 2002. Elaboração própria.

A pesquisa intitulada *As “novas” políticas sociais: ações sociais focalizadas e solidárias* foi desenvolvida por Alejandra Pastorini, centrando a discussão nas estratégias governamentais e nos instrumentos utilizados para atendimento das expressões da “questão social” na contemporaneidade brasileira.

A autora, em sua análise, parte do pressuposto que a pobreza é um problema inerente à sociedade capitalista e não como usualmente se observa ou escuta, isto é, como um problema individual. Entende como uma questão histórica, vinculada às relações sociais. Atualmente, a pobreza é naturalizada e identificada como atraso, que por vez, impossibilita a compreensão e interpretação dos processos sociais, políticos e econômicos que desencadeiam a pobreza, as desigualdades sociais e o desemprego. Portanto, não são fenômenos novos de uma nova questão social, como pressupõe a autora, já que a questão social não foi superada na ordem capitalista.

Nesse sentido, os programas e políticas que integram o sistema de proteção social brasileiro confrontam-se com uma sobrecarga de demandas, que com tão poucos recursos ficam impossíveis de serem atendidas. Surgem em meio a essas situações, propostas apoiadas no princípio da solidariedade coletiva para as políticas sociais, cujas ações permanecem com o caráter assistencialista, porém agora, reforçadas com as características compensatórias e emergenciais, focalizadas nos setores mais pobres da população e complementadas com as ajudas solidárias e voluntárias. Em decorrência, subordina os programas sociais às políticas macroeconômicas, contribuindo para o processo de mercadorização dos serviços sociais.

Na pesquisa de Sônia Fleury, Danielle Migueletto e Renata Bloch, intitulada de *Gestão de uma Rede Solidária: o caso do Comitê das Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida*, a abordagem sobre a solidariedade se concentra no debate acerca da expansão do número de entidades que constituem a rede Comitê das Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP), que teve sua origem em 1993 com o processo de mobilização da sociedade civil contra a fome e pela cidadania, tornando-se um fenômeno social e organizacional.

As estratégias utilizadas pela Ação da Cidadania se centravam em comitês de solidariedade, cuja mobilização e organização da sociedade atuavam de forma descentralizada, autônoma e voluntárias em ações de combate à fome, com grande multiplicidade de iniciativas, recursos envolvidos e formas de participação. Com a campanha maciça de ação solidária, até as comunidades mais carentes se organizavam em comitês

locais. Dirigentes de várias empresas estatais se reuniam para refletirem a respeito da Responsabilidade Social das empresas públicas e como poderiam participar dessas ações.

Foi justamente desses encontros entre as empresas públicas que decidiu-se por constituir o COEP. O COEP é uma rede de solidariedade, voluntária, de articulação de entidades públicas que visam reunir esforços no desenvolvimento de projetos sociais direcionados aos segmentos populacionais em situação de exclusão social, portanto são ações independentes da política social e assistencial do governo. As ações do COEP vinculam a ação solidária à construção da cidadania ativa de todos os envolvidos e incentivam as parcerias como forma de ampliar as possibilidades de aproveitamentos de recursos disponíveis.

*O Programa Capacitação Solidária: Polêmicas e Resultados* trata-se de mais um título de pesquisa que aborda a questão da solidariedade. Esse trabalho foi desenvolvido por Rivânia Lucia M. de Assis, e analisa a relação Estado e sociedade civil frente às transformações contemporâneas, tentando compreender como as políticas sociais vêm sendo implementadas, numa perspectiva neoliberal na minimização do Estado na área social.

O estudo investiga e avalia o Programa *Capacitação Solidária na Comunidade de Sossego*, partindo do pressuposto de que se trata de uma das facetas da política social do governo Fernando Henrique Cardoso e em consonância ao Programa “Comunidade Solidária”.

O governo Fernando Henrique Cardoso atribui um novo caráter às políticas sociais baseado na participação da sociedade civil e como uma oportunidade promovida pelo Estado para a efetivação da cidadania. Contudo, o que se observa, conforme afirma a autora, é uma transferência de responsabilidades, principalmente ao setor privado lucrativo, sob a ideologia neoliberal de incapacidade do Estado no enfrentamento da questão social.

O discurso da solidariedade e da parceria passa a compor as ações sociais desenvolvidas por vários programas sociais que se destinam ao combate à fome e à pobreza; estabelecem-se perspectivas de redes de cooperação entre o Estado, empresa e sociedade civil.

Relata que as demandas pelo trabalho do Serviço Social é crescente nessas novas configurações sociais, porém expressa que é fundamental se fazer uma leitura da realidade para poder compreender o caráter contraditório dos novos discursos sobre participação, cidadania, solidariedade, cooperação, voluntariado, e dentre outras propostas. E afirma que o compromisso ético-político da profissão pode se dar nos micros espaços desde que se compreendam as disputas de concepções contraditórias que os permeiam.

A pesquisa de Josefa Batista Lopes, Marina Maciel Abreu e Franci G. Cardoso apresenta-se com o seguinte título *A Questão da Solidariedade e a Organização/ Reorganização da Cultura no Brasil: dimensão ideológica e a reatualização de estratégia*. Relata os resultados parciais da pesquisa *Processos de organização da cultura e a inserção da prática do assistente social – a solidariedade na base dos processos pedagógicos*, cujo objetivo é demarcado empiricamente com base na reatualização de estratégias interventivas históricas no enfrentamento da “questão social” como a filantropia, o trabalho voluntário e o corporativismo, com referência na realidade do estado do Maranhão.

De acordo com as autoras, os processos político-pedagógicos se constroem e se reconstroem no âmbito da dinâmica da realidade, sustentados pelas orientações contraditórias da solidariedade. A discussão parte do entendimento de que as lutas sociais, no enfrentamento do neoliberalismo e da superação da ordem do capital, necessitam de um amplo processo de reforma intelectual, em que a recuperação da solidariedade é indispensável no interior da classe trabalhadora. Entretanto, expressam que se trata de um desafio, pois o desenvolvimento da acumulação capitalista, em escala intensificada, provocou a alteração das bases materiais da solidariedade, passando a co-existir entre o capital e o trabalho, entre sujeitos antagônicos, como ações ideológicas de controle social, de consenso e reorganização da cultura dominante.

A solidariedade é difundida por um discurso que tende ao ocultamento das dimensões políticas e ideológicas, apresentando-se como estratégia para a superação dos “constrangimentos” existentes nas redes assistencialistas, cujas ações perpassam pela caridade religiosa e pela filantropia.

O redimensionamento da solidariedade social indica a reinserção dos indivíduos em redes solidárias diretas, sob a justificativa de tornar a sociedade mais justa. Nesse sentido, a solidariedade acaba sendo estratégia neoliberal de política social no atendimento das necessidades sociais da classe trabalhadora.

Perante a essas condições, recupera-se e intensifica-se a prática filantrópica e o trabalho voluntário por meio da reinserção da solidariedade, e viabiliza-se a mercantilização dos atendimentos sociais, numa tentativa de dissimular a privatização das políticas sociais incentivadas pela retórica da participação democrática e fortalecimento da sociedade civil; portanto, todo esse processo compõe o campo institucional do Terceiro Setor.

Abordam a importância dessas considerações para o Serviço Social, tendo em vista a intervenção e formação profissional diante das diversas tendências político-pedagógicas na organização da cultura. Colocam como relevante, o desvendamento das contradições e

indicações para o avanço dos processos de crítica sobre a solidariedade e a reatualização da filantropia, do voluntariado e do cooperativismo.

A última pesquisa, do ENPESS de 2002, que discute a temática solidariedade foi desenvolvida por Fábio de Souza Luiz e Cassirlene Maria A. Luiz. Com o título *O desencantamento do Urbano e a Solidariedade*, faz uma análise da realidade urbana e incita a importância do conhecimento sobre o processo de urbanização, principalmente quanto profissionais do Serviço Social, pela qual a atuação se efetiva. O trabalho discute a diáde solidariedade mecânica e orgânica, especificamente na cidade de Betim. Para fundamentar os dados coletados, foi realizado um estudo bibliográfico, seguindo as matrizes teóricas de J. John Palen (1975), Georg Simmel (1987), Louis Wirth (1987), José Albertino Rodrigues (1990), Tom Bottomore (1996), além de se apropriar e retomar sua análise a linha de Émile Durkheim para melhor compreender o sentido de solidariedade que entremeia o meio rural e urbano.

Os efeitos da solidariedade aparecem intensificados cada vez mais na consciência coletiva. Os autores tentam compreender essa incorporação mediante as duas vias de concepção de solidariedade conforme a linha durkheimiana, ou seja, solidariedade orgânica e solidariedade mecânica, que conforme demonstra a pesquisa, mesmo que de forma diferenciada e por razão inversa, as solidariedades orgânicas e mecânicas cumprem a mesma função de assegurar a coesão social. Entretanto, os autores concluem que a solidariedade mecânica está fortemente presente e exerce influência no mundo urbano.

Ao final da pesquisa, os resultados mostraram que o entendimento do que venha ser conceito de solidariedade pelos entrevistados, apresenta semelhança como conceito dado por Durkheim. Porém, o senso comum acaba empregando ao conceito variadas características que se fundem numa só, que se manifesta através da ajuda aos seus semelhantes sem espera de recompensa. Tal fato desencadeia a consideração de que culturalmente seu significado supõe uma totalidade homogênea, que pode ser reforçada pelo discurso do capitalismo que prega a solidariedade e um voluntarismo forçado.

Conforme constatado nas entrevistas, as concepções de solidariedade caminham para duas direções: uma voltada para a tradição cristã e outra para uma visão mais ampla sem interesses transcendentais.

Em 2004, nos Anais do ENPESS, foi encontrado apenas um artigo que contempla em seu título o tema *solidariedade*, cujo debate está localizado no eixo temático II – *Articulação entre Formação e Exercício Profissional (Serviço Social, Política Social, Estado e Sociedade)*. O único título que indica a discussão do tema solidariedade é:

**Quadro 21:** Pesquisa que apresenta em seu título o tema Solidariedade no ENPESS de 2004

<b>Título</b>	<b>Autora</b>
1. <i>Red Solidaria.</i>	Liliana Inês Garciarena

Fonte: Anais do ENPESS de 2004. Elaboração própria.

A pesquisa que foi realizada por Liliana Inês Garciarena consiste basicamente em uma pesquisa quantitativa para análise da rede estabelecida como *Red Solidaria*.

O estudo analisa a situação sócio-econômica registrada na Argentina. Ressalta a importância do funcionamento da rede de troca e participação ativa tanto por parte dos necessitados quanto por parte dos colaboradores. Trata-se de uma ação ou resposta que visa superar as limitações ou faltas de recursos para atender as necessidades mais urgentes do grupo necessitado, dessa forma se produz uma relação e troca entre os participantes da *Red Solidaria*, potencializando as relações independentes e complementares.

No ENPESS de 2006, conforme já indicado anteriormente, foram encontradas 5 pesquisas sobre a questão da solidariedade. Esses trabalhos foram discutidos no eixo temáticos 3 – *Questão Social e Trabalho*, sendo 4 no sub-eixo 3.1 – *Trabalho e Classes Sociais*, 1 (uma) pesquisa no sub-eixo 3.2 – *Políticas Sociais, Instituições Sociais, Lutas Sociais e Organizações*, e 1 (uma) no sub-eixo 3.6 – *Estado, Direitos e Democracia*. Os títulos são:

**Quadro 22:** Pesquisas que apresentam em seu título o tema Solidariedade no ENPESS de 2006

<b>Título</b>	<b>Autores</b>
1. <i>A Questão da Solidariedade na atual reestruturação das relações capital X trabalho: cooperativismo e filantropia como elementos estratégicos.</i>	Marina Maciel Abreu
2. <i>O desenvolvimento e as questões sobre a economia solidária como alternativa à racionalidade do capital.</i>	Terezinha Moreira Lima
3. <i>O discurso sobre solidariedade e sua influência na definição do conceito de cidade.</i>	Nívea Cristiane Pereira da Silva



4. <i>Serviço Social e a Economia Popular Solidária.</i>	Caroline Goerck
5. <i>Sociabilidade do trabalho em Economia Solidária: limites de sua autonomia.</i>	Rosangela Nair Carvalho Barbosa

Fonte: Anais do ENPESS de 2006. Elaboração própria.

A primeira pesquisa analisada foi realizada por Marina Maciel Abreu e recebe o nome de *A Questão da Solidariedade na atual reestruturação das relações capital X trabalho: cooperativismo e filantropia como elementos estratégicos*. Trata-se de uma parte da pesquisa *A constituição da solidariedade e o significado histórico da reatualização da filantropia e do cooperativismo*, vinculada ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

O trabalho analisado é um estudo bibliográfico acerca da temática solidariedade, cuja matriz teórica adota os seguintes autores: István Mészáros (1996), Ricardo Antunes (2002), Célia Soares Martins (2004), Maria Núbia Dias Cunha (2004 e 2006), Francisco de Oliveira (2005), Leide R. Amaral Rodrigues (2005), Zaira Sabry Azar (2005), Marlene c. Torreão (2005), Joana D'arc Matos (2006) e Valéria R. Oliveira (2006).

O trabalho aborda a questão da solidariedade na atual reestruturação capitalista, na qual se presencia a reatualização do cooperativismo e da filantropia como elementos estratégicos. A solidariedade passa a ser utilizada como base material e político-ideológica e funcional às demandas do capital.

A solidariedade, o cooperativismo e a filantropia são considerados práticas criadas pelas classes sociais para enfrentamento das contradições sociais e, que, entretanto, traduzem expressões distintas e contraditórias. No caso da filantropia e do cooperativismo, são usados intensamente na Responsabilidade Social pelo empresariado como estratégia do processo de cooptação dos trabalhadores aos protocolos organizacionais da produção flexível, como a “superexploração” e como ação assistencial voltada para reprodução da força de trabalho e expropriação do tempo livre do trabalhador para os lucros empresariais.

A solidariedade, sob o ponto de vista da classe trabalhadora, é elemento inerente ao processo de organização política, de lutas sociais, contrapondo-se às relações de exploração e dominação que marcam os processos produtivos. Essa tendência se intensifica ainda mais na atualidade da sociedade brasileira com a terceirização e programas de qualidade total.

A autora faz uma discussão acerca dessas ações que integram o Terceiro Setor; cria-se ou recria-se a filantropia social, filantropia empresarial, ação solidária estatal, ação solidária

não estatal, constituindo as múltiplas formas e instâncias da questão da solidariedade tanto como alternativa para o enfrentamento da “questão social” quanto como estratégia do processo de reestruturação capitalista das relações capital X trabalho.

Abreu (2006) conclui que a emergência e fortalecimento das novas formas de organização e resistência dos trabalhadores estão demandando outras formas de luta numa dupla dimensão: o atendimento das necessidades básicas e imediatas de trabalho e subsistência da classe trabalhadora, e recompor a classe como força autônoma e antagônica à ordem do capital numa perspectiva de emancipação política dessa classe e da humanidade.

A segunda pesquisa em análise tem o título *O desenvolvimento e as questões sobre a economia solidária como alternativa à racionalidade do capital*, e foi produzida por Terezinha Moreira Lima. Tem como objetivo contribuir para a discussão sobre as contradições presentes em grande parte nos movimentos e organizações que atuam numa perspectiva de sociedade democrática, solidária e justa, sustentadas na valorização da dimensão endógena do desenvolvimento, da gestão democrática participativa e solidária dos empreendimentos econômicos, da multiplicidade das formas de organização dos interesses sociais e coletivos. Todo esse processo tem como ênfase a participação de sujeitos sociais na gestão das políticas públicas. Nesse sentido, pretende-se trazer algumas reflexões sobre as novas relações de trabalho, destacando os empreendimentos da Economia Solidária.

O artigo pontua algumas questões de ordem teórica e empírica. Adotando como referencial teórico os seguintes autores: André Gorz (1992), Octavio Ianni (1992), Ricardo Antunes (1996 e 2002), Tânia Araújo (2000), Eric Hobsbawm (2001), István Mészáros (2002), Marcio Pochmann (2004) e Ana Clara Ribeiro (2005) para fundamentar as questões que cerceiam a Economia Solidária.

A autora expõe, em seu estudo, que a nova configuração das estruturas produtivas associadas às transformações sociais, econômicas e políticas tem suscitado a atenção para o papel desempenhado pelas instituições e organizações da sociedade civil (LIMA, 2006). Trata-se de uma questão fundamental, considerada pela autora, como um primeiro passo na obtenção das informações para a formulação de projetos de desenvolvimento local e regional, e principalmente para o debate científico potencializar as ações voltadas para a solução dos problemas sociais do estado do Maranhão, assim como em todo o país.

Surgem diversos empreendimentos como as cooperativas e as organizações de autogestão, que emergem como novos padrões de solidariedade e cooperação produtiva. A prática da Economia Solidária não é uma novidade, entretanto reaparece como reação às crises do capitalismo e aos processos de desigualdade social.

O Programa de Economia Solidária tem por objetivo gerar oportunidades de trabalho e consolidar práticas solidárias de grupos. Porém, esse espaço de oportunidades não tem possibilidades de desenvolvimento se não houver a concretização de políticas públicas. No Brasil, a Economia Solidária inclusive já se encontra contextualizada como política pública articulada ao Ministério de Trabalho e Emprego.

Portanto, conclui, com a pesquisa, que a Economia Solidária se constitui não somente uma organização participativa e solidária de interesse social e coletivo, como também se constitui uma forma de organizar a economia, pois amplia as relações de produção, a comercialização e o consumo das populações.

A pesquisa de Nívea Cristiane Pereira da Silva, cujo título é *O discurso sobre solidariedade e sua influência na definição do conceito sobre cidade*, aborda sobre a utilização ambígua do termo *solidariedade* nos discursos de diversos segmentos da sociedade e sua influência no processo de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).

Esse estudo se dá com base em outra pesquisa desenvolvida junto à Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, cujo objetivo está na análise dos significados de solidariedade no discurso sobre a cidade. Trata-se de uma pesquisa documental. Constam como referência teórica, os autores David Harvey (1980), Karel Kosik (1995), Denis Maldidier (1997), Maria V. Borges (1999 e 2001), Edmundo F. Dias (1999), Maura P. B. Veras (1999), Rute Gusmão (2000), Bethania Mariani (2001), Francisco C. Welffort (2004) e Ivo Tonet (2005) para contextualizar e fundamentar sua análise sobre os discursos sobre cidade, emancipação humana, justiça social e principalmente à questão da solidariedade integrada a esse discurso e à ideologia.

Solidariedade se tornou um termo utilizado nos últimos tempos em vários setores da sociedade, seja de âmbito privado ou público, sendo interpretado de acordo com o projeto societário em que se insere. O termo é comumente associado à solução dos problemas estruturais da sociedade capitalista, fundamentada numa concepção humanitária e cristã. Expressa vários sentidos como ajuda, caridade, responsabilidade e partilhamento de sentimentos comuns, fundamentalmente no enfrentamento das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais. Porém, contribui no processo de despolitização dos sujeitos ao criar a idéia de responsabilização do cidadão no combate às questões sociais.

De acordo com os discursos governamentais, a relação de solidariedade e fraternidade aparece co-existindo entre o governo e a sociedade, numa perspectiva de idéia humanista com base numa proposta de enfrentamento dos problemas sociais, promovendo uma solidariedade

interclassista. Esses discursos convocam a sociedade à parceria na gestão de combate às condições de desigualdades sociais numa suposta solidariedade fraterna com empresas privadas, ONGs, movimentos sociais, igrejas e outras instâncias.

Silva destaca que a ideologia da solidariedade encontra-se inserida na noção e concepção sobre a cidade (2006, p. 3), agregando esse valor a expressões “construir juntos” e “benefícios de todos”, denunciando uma concepção limitada de solidariedade e de cidade, ignorando problemas complexos e o antagonismo de classe.

As outras duas pesquisas que constam nos Anais do ENPESS de 2006 e que abordam o tema *solidariedade* não foram possíveis de serem acessadas, pois não estavam disponibilizadas para a leitura. Entretanto, cabe aqui mencionar pela sua importância em termos de pesquisa acerca desse debate tão atual e relevante, sobretudo para o Serviço Social. As pesquisas são intituladas como *Serviço Social e a Economia Popular Solidária* e *Sociabilidade do trabalho em Economia Solidária: limites de sua autonomia*, respectivamente desenvolvidas pelas autoras Caroline Goerck (UNISUL) e Rosangela Nair Carvalho Barbosa (UERJ).

A solidariedade aparece nas pesquisas analisadas sob uma abordagem crítica de debate ideológico, cujo forte apelo associa sua noção às ações focalizadas e emergenciais que desconfiguram a política social pública.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência mais relevante desse processo de construção científica foi sem dúvida o contato e a apropriação dos saberes tangidos nesse corpo científico que compõe os Anais dos ENPESS: um universo científico, um espaço de debate e interlocução acadêmica em Serviço Social. O contato com as pesquisas publicadas a respeito do Terceiro Setor, mesmo num período curto, foi importante para nossa formação profissional por constituir-se em um debate teórico, ideológico e político, situado no contexto contraditório da ordem capitalista, e em fortes desafios colocados ao Serviço Social.

As análises acerca das abordagens sobre o Terceiro Setor nas pesquisas dos ENPESS, possibilitaram, ainda, compreender e elucidar as questões que permeiam o debate no âmbito do Serviço Social sobre esse “fenômeno real” que se configura como política pública não-estatal no enfrentamento das expressões da “questão social”.

Em linhas gerais, as pesquisas analisadas abordam em seis aspectos a temática do Terceiro Setor: o setor na sua inteireza, Organizações Não-Governamentais, Parceiros, Responsabilidade Social, Voluntariado e Solidariedade.

As pesquisas sobre o Terceiro Setor apresentam-se sob duas perspectivas: uma positiva e outra negativa, embora sobressaiam as suas implicações negativas. Algumas pesquisas abordam, no entanto, que é imprescindível aprofundar teórica e politicamente o debate sobre o papel social dessas instituições, para que de fato se voltem ao atendimento das necessidades dos usuários e à criação de espaços de autonomia aos cidadãos.

Em relação aos projetos de Responsabilidade Social, as pesquisas evidenciam que os Assistentes Sociais requisitados a atuarem nos programas e projetos sociais das empresas vêem um grande desafio diante dos objetivos desses espaços de trabalho e do projeto ético-político da profissão. Mas, alguns estudos destacam que os Assistentes Sociais ao se inserirem nesses espaços ocupacionais devem conhecer as demandas globais e a realidade local, e assim, redirecionar sua prática profissional a favor do aprimoramento dos processos políticos dos usuários e do seu acesso aos serviços.

Algumas pesquisas sobre o tema abordam o seu significado na formação profissional, que é colocada à prova, sobretudo quando os Assistentes Sociais passam a integrar a uma equipe interdisciplinar e são requisitados por essas organizações para prestar serviços focalizados e seletistas numa perspectiva de enfrentamento das expressões da “questão social”. As pesquisas revelam que os Assistentes Sociais, muitas vezes, encontram inúmeros

obstáculos para implementar suas ações nas ONGs, que vão desde falta de recursos até os objetivos institucionais que suplantam os objetivos profissionais limitando sua atuação.

As parcerias constituem mais uma vertente do Terceiro Setor. O tema é tratado sob a perspectiva das parcerias estabelecidas entre o Estado e a sociedade civil e entre o Estado e as empresas privadas. São identificadas como relações de compromisso assumidas pelas partes envolvidas no processo de enfrentamento da “questão social”. Embora algumas pesquisas apontem a importância dessa parceria, no sentido da participação da sociedade civil no controle das políticas públicas, a centralidade das análises evidencia que tais relações encobrem e escondem em termos de despolitização da esfera estatal e dos processos democráticos. Algumas discussões sinalizam que a parceria acaba refuncionalizando a relação entre Estado e sociedade civil, propagando-se como co-responsabilidade, num deslocamento de funções do Estado para a sociedade civil, numa perspectiva de descentralização conforme prega o projeto de Reforma do Estado.

No entanto, segundo as algumas pesquisas, identifica-se que a parceria estabelecida entre a esfera pública e o setor privado é fundamental para o custeio dos recursos utilizados nas organizações, como pagamento de funcionários e materiais. Abordam que sem esses mecanismos seria impossível manter a entidade e operacionalizar os atendimentos. Ressaltam que essa relação de parceria deve ser fiscalizada por instâncias representativas, como os conselhos paritários e deliberativos para o controle social.

O voluntariado aparece intrínseco nas discussões sobre questões que envolvam o Terceiro Setor, geralmente associado à solidariedade, motivando o trabalho voluntário sob o aspecto de elevação espiritual, emocional e experiência de vida. As produções sobre o tema situam o voluntariado como parte do processo das políticas neoliberais, da ampliação da esfera pública não-estatal, e falam da sua inserção em substituição ao trabalho formal. Ressaltam a concepção deturpada difundida para o exercício do voluntariado em detrimento de postos de trabalhos formais e perda de direitos trabalhistas. Além de alternativo para o enfrentamento da pobreza, comumente em voga nos discursos de defesa, o voluntariado é menos oneroso às instituições.

As pesquisas sobre o tema relativo à solidariedade, apresentada como a última vertente de análise referente às abordagens sobre o Terceiro Setor, identificam que a noção empregada atualmente sobre solidariedade se deve à ampla repercussão dessa concepção agregada às ações governamentais do Programa “Comunidade Solidária”. Abordam que a idéia de solidariedade vem sendo associada ao compromisso e obrigatoriedade em relação aos segmentos mais excluídos, constituem-se nesse sentido, como atitudes bondosas que reforçam

o caráter assistencialista, compensatório e emergencial das políticas sociais. O apelo à solidariedade passa a compor as ações sociais desenvolvidas em vários programas sociais e a ser estimuladas pelos parceiros envolvidos nesse processo.

Algumas pesquisas apontam, entretanto, que os Assistentes Sociais ao estarem inseridos em espaços ocupacionais que pregam a solidariedade como motivadora para as ações e propostas para o enfrentamento da pobreza, devem se ater à leitura da realidade, compreender o caráter contraditório implícito nesse processo e reforçar o compromisso ético-político pelo qual se pauta a profissão. A solidariedade é um elemento inerente ao processo de luta e organização social e política, porém, atualmente, aparece como elemento central das relações capitalistas e como suporte do discurso hegemônico.

As estratégias e a necessidade permanente de alterar ou reconstruir as relações entre os processos produtivos e os processos sociais são vitais para a manutenção do capital. Por vez, de regulação mínima por parte do Estado a favor da economia de mercado. O estabelecimento da Reforma do Estado na realidade brasileira foi alicerçado numa perspectiva de democracia e progresso e como possibilidade de ampliar a eficiência e a eficácia do aparato estatal. Entretanto, vivenciamos o regresso social, sofrido pela maioria da população do Brasil, mediante a uma reforma de caráter privatizante que transfere ao mercado suas obrigações, no sentido de complementaridade ou co-responsabilidade, de reverter e/ou minimizar a situação de pobreza expressas no campo da saúde, da educação, do meio ambiente e dentre outros setores, cujo programa ou mecanismos estratégicos provocou o desmonte da máquina pública, sob a justificativa de ineficiente, no que resultou um custo social exorbitante, sobretudo à classe trabalhadora.

A discussão acerca do Terceiro Setor, evidenciada na produção do Serviço Social no período analisado e apresentadas nos ENPESS, é tomada num sentido de totalidade no contexto do processo de globalização, de suas expressões no âmbito da reestruturação produtiva, da Reforma do Estado e suas implicações para a sociedade e para a profissão. As pesquisas buscam compreender e desvendar esse tema a partir de múltiplas mediações, identificando as contradições existentes e suas implicações em relação ao projeto ético-político profissional. Ressaltam os desafios postos à profissão uma vez que, apesar de seu caráter contraditório, da precarização e privatização das políticas sociais, o Terceiro Setor constitui-se em um novo espaço de trabalho para os Assistentes Sociais. Frente a essa realidade e às “novas” demandas colocadas pelo mercado de trabalho, as pesquisas apontam para as exigências de qualificação e atualização dos profissionais no sentido de realizar uma análise crítica das tendências atuais e dos caminhos a serem perseguidos.

Para Netto (1999), todo esse movimento tanto no plano da produção de conhecimentos como nas modalidades prático-intervencionistas, não tem em vista somente a re-qualificação e reconhecimento do trabalho profissional, mas além de tudo, como alicerce de todo esse processo e dos debates entorno das políticas sociais, estão as conquistas de direitos cívicos e sociais, intrínsecas ao projeto profissional em defesa intransigente dos direitos humanos.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, Haroldo Baptista de. As novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2000.
- ABREU, Marina Maciel Abreu; SIMIONATTO, Ivete. A situação da Pesquisa em Serviço Social no Brasil. In: **Cadernos da ABESS: formação profissional: trajetórias e desafios**, n. 7. São Paulo: Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_. A Questão da Solidariedade na atual reestruturação das relações capital X trabalho: cooperativismo e filantropia como elementos estratégicos. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2006.
- AMARAL, Maria Virgínia Borges. Trabalho Alienado e Responsabilidade Social. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2004.
- \_\_\_\_\_. O Serviço Social no Campo do Trabalho e o Discurso da Responsabilidade Social. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: **Capacitação em Serviço social e Política Social**. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Módulo1. Brasília: CEAD, 1999.
- ARANHA, Lúcia; SANTOS, Débora Rodrigues. Organizações Não-Governamentais e Serviço Social: um estudo sobre o exercício profissional no município de Aracaju/SE. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2006.
- ARAÚJO, Aline de Almeida. et. al. Responsabilidade Social: uma abordagem em empresas de Maceió. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2004.
- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Mercado de Trabalho, informalidade e o Estado: a direção dos programas de combate ao desemprego por organizações estatais e não estatais. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2002.
- ASSIS, Rivânia Lucia M. de. O Programa Capacitação Solidária: Polêmicas e Resultados. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2002.
- BARBOSA, Rosângela Nair Carvalho. Sociabilidade do trabalho em Economia Solidária: limites de sua autonomia. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2006.

BARROS, Cleicy. et. al. A operacionalização do Programa Liberdade Assistida em Organizações Não-Governamentais da cidade do Recife conveniadas à Terceira Vara da Infância e da Juventude. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2002.

CAMPELO, Maria Helena G.; CARVALHO, Denise Bontempo B. Conselhos Tutelares e Organizações Governamentais e Não-Governamentais na garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2002.

CARVALHO, Lanissa Cristina F. Medeiros; OLIVEIRA, Íris Maria de. As ações das ONGs na área de criança e adolescente no âmbito da Assistência Social em Natal/RN: direitos de cidadania ou assistencialismo? In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2006.

CASSAB, Clarice. Práticas e Organizações Sociais: discutindo ONG e movimentos sociais à luz das novas dinâmicas globais. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2006.

CÉSAR, Mônica de Jesus. Responsabilidade Social: o novo ethos do discurso empresarial. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2002.

COELHO, Ailta B. de S. R. Terceiro Setor: das questões (e imprecisões) conceituais à questão do voluntariado. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2000.

COSTA, Lúcia Cortes da. A Reforma do Estado no Brasil: uma crítica ao ajuste neoliberal. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2000

COSTA, Roberta J.; ALMEIDA, Bernadete de L. F. A rede de sociabilidade privada: a assistência social em questão. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2000.

CUNHA, Núbia Maria Dias da. Filantropia empresarial: uma nova modalidade de controle social? In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2002.

\_\_\_\_\_. O Trabalho Voluntário na Órbita da Responsabilidade Social Empresarial: estratégia de exploração e controle da força de trabalho. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2006.

DANTAS, Isabelle Moreira. et. al. O terceiro setor no contexto brasileiro: a expansão nos anos 90. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2004.

DUARTE, Janaina do Nascimento. A direção social do exercício profissional do Assistente social nas ONGs: tendências e particularidades. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2006.

DUQUE, Sidnéia Bento; VALADÃO, Vanda. Organizações não Governamentais de Atendimento a Crianças e Adolescentes do município de Vitória/ES: entre a precarização das Políticas Sociais e a defesa de Direitos. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2004.

DURIGUETTO, Maria Lucia. Sociedade civil, esfera pública, terceiro setor: dança dos conceitos. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 81. São Paulo: Cortez, 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e Ideologia do trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1989.

FERREIRA, Marli Alcântara. Qualificação da Força de Trabalho em ONGs na Atual Reestruturação do Capital: desafios para o Assistente Social. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2006.

FIGUEIRÓ, Ana Lúcia. **Redefinição Política ou despolitização?** As concepções de “terceiro setor” no Brasil. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

FLEURY, Sônia; MIGUELETTO, Danielle; BLOCH, Renata. Gestão de uma Rede Solidária: o caso do Comitê das Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2002.

GARCIARENA, Liliana Inês. Red Solidária. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2004.

GOERCK, Caroline. Serviço Social e a Economia Popular Solidária. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2006.

GÓIS, João Bosco Hora. A ação anti-aids e os dilemas da solidariedade. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2000.

\_\_\_\_\_; SANTOS, Aline Oliveira. Responsabilidade Social Empresarial: práticas e auto-representações. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2004.

GROSSI, Fabiana F. et al. Participação Feminina nos Movimentos Sociais e ONGs em Juiz de Fora. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2002.

HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima. Terceiro Setor: mudanças e perspectivas. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2000.

\_\_\_\_\_. ONGs: tendências compensatórias e apostas emancipatórias. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2004.

\_\_\_\_\_; CARLETTO, Adriana Estela Custódio. Trabalho Voluntário e seus Rebatimentos na Efetivação das Políticas Sociais. **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2006.

IAMAMOTO, Marilda V. O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e regulamentação social. In: **Capacitação em Serviço social e Política Social. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Módulo 1.** Brasília: CEAD, 1999

JESUS, Cristiane da Silva. **O Serviço Social e as ações sócio-educativas com famílias: um estudo sobre as publicações dos Assistentes Sociais.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências. In: **Cadernos da ABESS: diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social**, n. 8. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. Filantropia empresarial e entidades da sociedade civil. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social. O trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais. Módulo 4.** Brasília, CFESS-ABEPSS- CEAD/NED–UnB, 2000, p. 198-213.

\_\_\_\_\_. Terceiro Setor e políticas sociais empresariais. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Brasília: ABEPSS, 2000

LEAL, Fabiola Xavier. et al. A Dependência Química e as Organizações Não-governamentais no estado do Espírito Santo. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Brasília: ABEPSS, 2002

LIMA, Cláudia Aparecida de; OLIVEIRA, Maria do Rosário de L. Pensando a Responsabilidade Social Empresarial: a concepção dos alunos de Serviço Social de Natal – RN. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Brasília: ABEPSS, 2006.

LIMA, Terezinha Moreira. O desenvolvimento e as questões sobre a economia solidária como alternativa à racionalidade do capital. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Brasília: ABEPSS, 2006.

LIMA, Witalo Rubens S. de. ONGs: A questão do relacionamento da Sociedade Civil com o Estado. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Brasília: ABEPSS, 2002.

LOPES, Josefa Batista; ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci G. A Questão da Solidariedade e a Organização/ Reorganização da Cultura no Brasil: dimensão ideológica e a reatualização de estratégias. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Brasília: ABEPSS, 2002.

LUIZ, Fábio de Souza; LUIZ, Cassirlene Maria A. O desencantamento do Urbano e a Solidariedade. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Brasília: ABEPSS, 2002.

MANFROI, Vânia Maria; CAMPAGNARO, Daniele Vasconcelos; e VIERIRA, Márcia Carvalho. O Serviço Social nas ONGs Infanto-Juvenis. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Brasília: ABEPSS, 2002.

- MARTINS, Paulo. **Qual a diferença entre organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público?** Disponível em: <[www.rits.org.br/legislacao\\_teste/download/lg\\_out99.zip](http://www.rits.org.br/legislacao_teste/download/lg_out99.zip)>. Acesso em: dezembro de 2000.
- MENEGASSO, Ester e VALADÃO JR., Valdir M. A emergência das Organizações do Terceiro Setor: a gestão das associações de base comunitária de geração de trabalho e renda. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2002.
- MIRA, Maria Lúcia Garcia. Organização social de saúde: possibilidades de reconhecimento de um espaço público. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2004.
- MONTAÑO, Carlos. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 59. São Paulo: 1999.
- \_\_\_\_\_. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2007.
- MOTA, Ana Elizabete (org.). Reestruturação produtiva e as novas modalidades de subordinação do trabalho. **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 1998.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço social e Política Social**. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Módulo 1. Brasília: CEAD, 1999.
- NICOLAU, Maria Célia Correia. Formação e fazer profissional do assistente social: trabalho e representações sociais. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 79. São Paulo: Cortez 2004.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- OLIVEIRA, Carla Montefusco. Responsabilidade Social Empresarial: percepções e práticas do empresariado natalense. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2006.
- OLIVEIRA, Edson M. Responsabilidade Social Empresarial e os desafios e possibilidades de atuação do Serviço Social nesta área: caminhos globais e realidade local – um estudo de caso. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2002.
- OLIVEIRA, Elaine Freitas de; COUTO, Renata Mena Brasil do. O Papel das ONGs na Sociedade Civil Brasileira. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2004.
- PASTORINI, Alejandra. As “novas” políticas sociais: ações sociais focalizadas e solidárias. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2002.

PFEIFER, Mariana. **Responsabilidade Social das Empresas: instrumento de consolidação hegemônica do projeto neoliberal?** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

\_\_\_\_\_. **As Estratégias de Responsabilidade Social das Empresas e a Conquista da Subjetividade do Trabalhador.** In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Brasília: ABEPSS, 2006.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do Estado nos anos 90.** In: **Cadernos Mare**, n. 1 Brasília, 1997.

PEREIRA, Claudenizia de Oliveira. et. al. **O Universo da Assistência à Saúde e a Gestão no “Terceiro Setor”.** In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Brasília: ABEPSS, 2006.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O público não-estatal na Reforma do Estado.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais.** In: **Capacitação em Serviço social e Política Social.** Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Módulo 1. Brasília: CEAD, 1999.

PEREIRA, Sitcovsky Santos. **Estado e Sociedade civil: crítica as parcerias na assistência social.** **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Brasília: ABEPSS, 2006.

PORTELLA, Maria Carolina R. et. al. **Movimentos Sociais e Organizações Não-Governamentais: perfil sócio-político.** In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Brasília: ABEPSS, 2002.

RIBEIRO, Sâmbara P. F. **Parceria: os caminhos da relação entre o poder público estatal e ONGs.** In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Brasília: ABEPSS, 2000.

RIVEIRO, Silvia; OBERTI, Patrícia; PACI, Gabriela. **Las nuevas formas de implementación de Políticas Sociales: articulación Sociedad Civil – Estado o desarticulación de las organizaciones sociales?** **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Brasília: ABEPSS, 2004.

RODRIGUES, Mônica Aparecida Grossi; NETO, Mauro Diniz Parreiras. **Ong’s ecologistas em Juiz de Fora: perfil sócio-político e ações ambientais.** In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Brasília: ABEPSS, 2004.

ROSA, Alexandre Morais da. et al. **Marco Legal do Terceiro Setor: aspectos teórico e prático.** Florianópolis: Tribunal de Justiça/ Divisão de Artes Gráficas, 2003.

SANTOS, Aline Oliveira. **Empresariado e questão social: uma análise dos discursos do empresariado brasileiro sobre a “Responsabilidade Social”.** In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Brasília: ABEPSS, 2002.

SANTOS, Revelino Cardoso dos; CARNEIRO, Áurea. A atuação das Organizações Não-Governamentais de João Pessoa junto a crianças e adolescentes In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2006.

SCHERER, Elenise; ROCHA, Waldileya C. A ação solidária nos cantos e recantos da Amazônia. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2000.

SERRA, Rose. Alterações no mundo do trabalho e a repercussão no mercado profissional do Serviço Social. In: SERRA, Rose (org.). **Trabalho e Reprodução: enfoques e abordagens**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRESS - FSS/UERJ, 2001.

\_\_\_\_\_. O mercado de trabalho no Brasil - características e a funcionalidade do “terceiro setor”. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2004.

SILVA, Albany Mendonça. Voluntariado na Educação: o estudo do Projeto Amigos da Escola – Todos pela Educação nas escolas estaduais em Aracaju/SE. **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2006.

SILVA, Ana Márcia G. da. O mercado de trabalho do Assistente Social na contemporaneidade: o mapeamento das demandas do Terceiro Setor na Região Metropolitana do Recife. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2002.

SILVA, Andrew José da. O Projeto Ético-Político da formação profissional do Assistente Social na UFPE na contemporaneidade: suas interrelações com as demandas do mercado de trabalho nas ONGs da Região Metropolitana do Recife. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2002.

SILVA, Cassandra Ribeiro de O. e. **Metodologia e Organização do projeto de pesquisa: guia prático**. Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará. Fortaleza: 2004 (pdf).

SILVA, Diana R. da. Filantropia empresarial: uma alternativa não alterativa. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2000.

SILVA, Jacqueline Oliveira; FEITOSA, Sara; FRANÇOIS, Elias D. O voluntariado e suas motivações. **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2004.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Viviane de; FRANÇOIS Elias D. Terceiro Setor e Assistência Social no Vale do Rio dos Sinos – RS. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2004.

\_\_\_\_\_; PIES, Marcelino Pedrinho. Terceiro setor e assistência social: a questão do público não-estatal. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2004.

SILVA, Lourdes Karoline Almeida; JÚNIOR, Francisco de Oliveira Barros. Solidariedade e Políticas Públicas: uma análise do voluntariado pelo viés da identidade social. **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2006.

\_\_\_\_\_. Estado, Políticas Sociais e Voluntariado: a minimização da ação social do Estado e a ampliação da ação social da sociedade. **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2006.

SILVA, Manoela M. da; LUCENA, Maria de Fátima G. de. Trabalho, formação profissional e Serviço Social: um estudo sobre o projeto de formação ético-política do Assistente Social e as demandas do mercado de trabalho dos Assistentes Sociais nas ONGs da Região Metropolitana do Recife (RMR), na contemporaneidade. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2002.

SILVA, Maria Ozanira S.; GUILHON, Maria Virgínia M.; LIMA, Valéria F. S. Comunidade Solidária: focalização ou fragmentação? In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2000.

SILVA, Nívea Cristiane Pereira da. O discurso sobre solidariedade e sua influência na definição do conceito de cidade. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2006.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade. In: **Capacitação em Serviço social e Política Social**. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Módulo 1. Brasília: CEAD, 1999

SIQUEIRA, Rosângela Bujokas de; COSTA, Lucia Cortes. Assistência social e filantropia: uma análise sobre a relação de parceria entre o poder público e as entidades beneficentes de assistência social. **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2004.

SOUSA, Aione Maria da Costa. et. al. O perfil ético-político dos movimentos sociais e das ONGs de Mossoró. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2006.

TOSS, Luciane Lourdes Webber; SILVA, Jacqueline Oliveira. Democracia como consequência de uma sociedade justa e igualitária: a perspectiva de sociedade das ONGs do Vale do Rio dos Sinos. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2004.